

Vanessa Hauser

**JORNALISMO, RETÓRICA E DIALÉTICA: INCURSÕES
TEÓRICAS**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Jornalismo da Universidade
Federal de Santa Catarina como
requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Jornalismo.

Orientador: Francisco José
Castilhos Karam

Florianópolis
2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Hauser, Vanessa

Jornalismo, retórica e dialética [dissertação] :
incursões teóricas / Vanessa Hauser ; orientador, Francisco
José Castilhos Karam - Florianópolis, SC, 2012.
148 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-
Graduação em Jornalismo.

Inclui referências

1. Jornalismo. 2. Jornalismo. 3. Dialética. 4. Retórica.
5. Controvérsia. I. Castilhos Karam, Francisco José. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Jornalismo. III. Título.

Vanessa Hauser

JORNALISMO, RETÓRICA E DIALÉTICA: INCURSÕES TEÓRICAS

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “mestre” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 24 de setembro de 2012



Prof. Dr. Rogério Christofolletti
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Francisco Karam
Orientador



Prof. Dr. Eduardo Meditsch
Universidade Federal de Santa
Catarina



Prof.ª Dr.ª Sylvia Moretzsohn
Universidade Federal
Fluminense



Prof. Dr. Rogério
Christofolletti
Universidade Federal de Santa
Catarina

Aos Franciscos e às Estrelas

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Jornalismo pela oportunidade concedida, pelo espaço de imenso aprendizado e amadurecimento.

Ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), pela bolsa de estudos concedida, que proporcionou dedicação exclusiva ao mestrado e uma série de experiências enriquecedoras junta ao curso de graduação.

Aos professores Orlando Tambosi, Daisi Vogel, Raquel Longhi, Samuel Lima, Rogério Christofolletti, Mauro Cesar Silveira e Jorge Ijuim pela contribuição a minha formação como pesquisadora e pelos momentos de aprendizado compartilhados.

Aos professores Eduardo Meditsch e Gislene Silva pelas contribuições no exame de qualificação e por todos os ensinamentos, extremamente importantes. À professora Sylvia Moretzsohn pela disponibilidade em participar da banca de avaliação deste trabalho. Pela riqueza de suas contribuições e por sua receptividade.

Ao Francisco José Castilhos Karam, meu orientador, cuja importância nessa trajetória parece ser impossível enquadrar dentro de poucas palavras. Agradeço por toda a sua compreensão e incentivo. Sua receptividade e parceria. Sua sabedoria, experiência e simplicidade.

Aos colegas da turma, por todas as horas de aprendizado, angustias e alegrias, em especial à Cândida de Oliveira, Ana Paula Bandeira, Rafael Alves, Janara Nicoletti, Criselli Montipó, Gabriel Pereira Knoll e Ana Marta Moreira Flores.

Pela contribuição enorme que deram a essa pesquisa, agradeço a três amigos em especial: ao Cristiano Anunciação, por milhares de horas conversadas, pela companhia, companheirismo e incentivo. Um amigo dos mais inesquecíveis.

Ao Felipe Simão Pontes por toda a disposição em discutir os meus dilemas teóricos, por todos os questionamentos, ensinamentos e principalmente pela criação do Grupo de Estudos sobre o livro “O Segredo da Pirâmide”.

Ao Felipe Moura de Oliveira. Um amigo por acaso que trouxe muitas novas ideias e referências. Que acreditou nesta pesquisa e dedicou muito do seu tempo para que ela desse certo.

Aos meus amigos/irmãos Jean, Deise, Ana e Tiarajú, que mesmo distantes conseguem estar sempre por perto.

A toda minha família, de sangue e de coração: meu pai, Roberto; minha madrasta, Vanete; meus irmãos Henrique e Maria Eduarda; aos meus avós Jorge e Clara, Edelmiro e Ivone – a torcida mais fiel de todas; à minha tia, Denise, por ter compartilhado comigo a realização do maior sonho da vida; ao meu primo Nicolas, por todos os abraços; às minhas irmãs Ana e Lia pela inspiração e pela parceria; especialmente à minha dinda, Cristina, por estar sempre por perto, com todo seu apoio e carinho.

Ao meu pai de coração, Suimar, por tudo.

Ao meu irmão Francisco, o amor da minha vida, “só” por existir e tornar tudo mais feliz.

À minha mãe, Ester, minha maior incentivadora e pra quem eu sempre posso voltar correndo. Por insistir em me ensinar a ser livre, mesmo quando eu insisto em não querer ser.

“E tu para que queres um barco, pode-se saber, foi o que o rei de facto perguntou quando finalmente se deu por instalado, com sofrível comodidade, na cadeira da mulher da limpeza, Para ir à procura da ilha desconhecida, respondeu o homem, Que ilha desconhecida, perguntou o rei disfarçando o riso, como se tivesse na sua frente um louco varrido, dos que têm a mania das navegações, a quem não seria bom contrariar logo de entrada, A ilha desconhecida, repetiu o homem, Disparate, já não há ilhas desconhecidas, Quem foi que te disse, rei, que já não há ilhas desconhecidas, Estão todas nos mapas, Nos mapas só estão as ilhas conhecidas, E que ilha desconhecida é essa de que queres ir à procura, Se eu to pudesse dizer, então não seria desconhecida, A quem ouviste tu falar dela, perguntou o rei, agora mais sério, A ninguém, Nesse caso, por que teimas em dizer que ela existe, Simplesmente porque é impossível que não exista uma ilha desconhecida”.

(José Saramago, em "O Conto da Ilha Desconhecida")

RESUMO

A dissertação resgata os conceitos de retórica e dialética, problematizando-os em sua relação com o jornalismo. Busca compreender o que a dialética tem a contribuir para pensar o jornalismo tanto do ponto de vista formal – em seu caráter argumentativo, como do ponto de vista epistemológico, levando em conta que a atividade pode ser considerada uma forma de produção social de conhecimento. Para fazer esta aproximação entre o jornalismo moderno e a dialética, utilizam-se autores da antiguidade e outros contemporâneos. Ao lado da retórica, a dialética ocupava um lugar de destaque na cultura greco-romana, sendo considerada uma forma de argumentação por meio do diálogo e do confronto de ideias. Assim como a dialética não pode ser reduzida a uma forma de argumentação, já que atualmente se constitui em um dos paradigmas do pensamento ocidental, também pretendemos abarcar a sua dimensão epistemológica a partir do pensamento marxista e, conseqüentemente, refletir sobre como é possível pensar o jornalismo a partir deste referencial.

Palavras-chave: jornalismo; dialética; retórica; controvérsia; conhecimento.

ABSTRACT

The dissertation rescues the concepts of rhetoric and dialectic, questioning them in their relationship with journalism. It seeks to understand how dialectic can contribute to journalism in its argumentative aspect as well as from an epistemological point of view, taking into account that the activity can be considered a form of social production of knowledge. Ancient authors and other contemporaries were used in order to make this connection between modern journalism and dialectics. Beside the rhetoric, dialectic occupied a prominent place in the Greco-Roman culture, and is considered a form of reasoning through dialogue and confrontation of ideas. As the dialectic can not be reduced to a form of argument, since currently constitutes one of the paradigms of Western thought, we also intend to cover its epistemological dimension from Marxist thought and therefore reflect on how you can think journalism from this reference.

Keywords: journalism, dialectics, rhetoric, controversy, knowledge;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Página do jornal <i>O Globo</i>	53
Figura 2 – Página do jornal <i>O Globo</i>	56
Figura 3 – Páginas da revista <i>CartaCapital</i>	117
Figura 4 – Páginas da revista <i>Veja</i>	118

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
1.1 Metodologia.....	21
1.1.1 <i>A história do objeto de pesquisa.....</i>	<i>23</i>
1.2 Objetivos e estrutura.....	26
2 A HISTÓRIA TENSIONANDO O JORNALISMO: UM MOMENTO DIALÉTICO.....	29
2.1 A dialética no sentido epistemológico.....	30
2.2 Jornalismo e dialética: as aproximações.....	39
2.2.1 <i>Um momento dialético para o jornalismo.....</i>	<i>40</i>
2.3 O jornalismo e seus pressupostos.....	47
2.3.1 <i>Para além do fenômeno, o jornalismo analisa dados: um caso investigativo do Jornal O Globo (RJ).....</i>	<i>52</i>
3 JORNALISMO E DIALÉTICA: UMA INTERSECÇÃO EPISTEMOLÓGICA.....	59
3.1 Jornalismo e acontecimento: o novo como ruptura.....	60
3.2 A singularidade no jornalismo: reflexões sobre uma possível “essência” dialética.....	68
3.2.1 <i>A singularidade na perspectiva de Adelmo Genro Filho.....</i>	<i>70</i>
3.3 Jornalismo e <i>práxis</i>	77
4 JORNALISMO E ARGUMENTAÇÃO: UM TRIBUTO À RETÓRICA E À DIALÉTICA.....	87
4.1 Retórica e jornalismo: da ágora grega ao espaço público midiático.....	89
4.2 Dialética e jornalismo: a necessidade da controvérsia e os antagonismos do discurso jornalístico.....	101
4.2.1 <i>A ordem e a controvérsia: os conflitos do jornalismo.....</i>	<i>106</i>
4.3 Um golpe de Estado ou um processo legitimamente democrático? A crise paraguaia em <i>Veja</i> e <i>CartaCapital</i>	115
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123

REFERÊNCIAS.....129

ANEXOS.....138

Anexo 1 – Matéria “A silenciosa praga das lavouras” (*O Globo*).....138

Anexo 2 – Matéria “Tenho preguiça mesmo. Tenho a roupa, mas é quente e incômoda” (*O Globo*)..... 141

Anexo 3 – Reportagem “Os neogolpistas” (*CartaCapital*).....143

Anexo 4 – Reportagem “O golpe fracassado de Chávez no Paraguai” (*Veja*)..... 146

1 INTRODUÇÃO

Surgida na Grécia Antiga, possivelmente com Heráclito de Éfeso, a *Dialética* consolidou-se como um modo de ver o mundo que tem a crítica e a mudança constante como questões norteadoras. Foi apropriada pelo idealismo Hegeliano¹ e, mais tarde, invertida pelo Marxismo². Sofreu inúmeras transformações, como não poderia deixar de ser, tendo em vista seu princípio fundador: tudo o que existe está em constante mudança. Muito mais jovem, o *Jornalismo* nasceu, de forma sistemática, regular e periódica, com a modernidade. Não é, no entanto, uma atividade sem memória (SOUSA, 2008), tendo sido considerado tributário de muitas técnicas narrativas surgidas na Antiguidade.

Dialética e Jornalismo, dois conceitos de natureza distinta. Há uma aproximação possível? Se há, por que isso importa? É difícil apresentar respostas, ainda mais definitivas, quando se está lidando com dialética. O que se propõe, nesse sentido, é pensar o jornalismo a partir deste paradigma, tensionando algumas teorias e propondo questionamentos que possam vir a contribuir, ainda que apenas de forma inicial, para o fortalecimento do capital cognitivo do campo jornalístico e para o enriquecimento da relação entre teoria e prática.

Assim como a dialética, o jornalismo não escapou das incontáveis transformações que ocorreram, até aqui, através do movimento da história. Desde o seu aparecimento, passou por fases muito distintas, sempre aliadas ao desenvolvimento de aparatos técnicos que facilitavam a difusão de mensagens e a complexificação das sociedades, que foram se ampliando e se integrando. Hoje, para autores como Neveu (2011), Bruns (2011), Karam (2010) e tantos outros, o jornalismo enfrenta uma crise significativa que pode ser expressa pela seguinte pergunta: em plena Era da Informação, o jornalismo ainda é uma atividade necessária? “Se a informação pode ser obtida por diferentes formas e por distintos protagonistas e fontes e em circuitos que passam à margem do processo tradicional jornalístico, haveria sentido, ainda, durante o século 21, falar em jornalismo profissional, com seus traços distintivos?”, afirmou

¹ Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831). Filósofo idealista alemão, cujo pensamento tinha a dialética como elemento central.

² O marxismo pode ser compreendido como o conjunto do pensamento de Karl Marx (1818-1883), o que segundo Mora (2001, p. 450) “inclui um método, uma série de pressupostos, um conjunto de idéias de índole muito diversa e numerosas regras de aplicação tanto teóricas quanto práticas”.

Karam (2010, p. 279), no sentido de resgatar a importância da atividade. Tal questionamento implica não somente em uma avaliação sobre a contribuição do jornalismo, mas também um resgate conceitual, para não dizer uma revisão que seja capaz de reafirmar teoricamente o jornalismo, sua finalidade e seus traços distintivos. Pode parecer, é claro, uma tentativa de salvar a profissão. Mas é um pouco diferente: uma tentativa de entender por que a atividade teria chances de sobreviver.

A pesquisa em questão parte do pressuposto de que o jornalismo informativo é um modo de produção social de conhecimento, ideológico como todas as palavras (Bakhtin, 1987), condicionado por diversos fatores e interesses, porém fundamental para a manutenção das sociedades democráticas.

Se a humanidade está cada vez mais entrelaçada em ritmos, interesses e poderes, alguém teria de fazer este trabalho de apuração, busca, disposição de temáticas para constituir um espaço – ainda que com limites de variada ordem – de interlocução pública e coletiva, e expressá-lo de forma imediata, plural, contraditória, polêmica. E fazê-lo profissionalmente, como centro de sua atividade cotidiana. A busca pela verdade, reconhecida socialmente e consensuada por verificação, documentação, fatos e versões, é tarefa complexa, mas que se incorpora, gradativamente, a uma cultura profissional que dela depende, como a jornalística. Neste sentido, pode-se defendê-la como socialmente legítima. (KARAM, 2011, p. 282-283).

Escreveu Chaparro, em 2001, que é do conflito que se nutre o jornalismo. “Talvez fosse mais correto dizer que o conflito está no coração da vida organizada dos grupos humanos. Dessa vida faz parte o jornalismo, para dos conflitos dar conta, pela notícia e pelo comentário” (CHAPARRO, 2001, p. 15). Mas o jornalismo não apenas se nutre de conflito. É, ele mesmo, feito do conflito.

Se de um lado precisa atender às necessidades latentes de um modelo de sociedade que se denomina democrática, está sempre atrelado a interesses econômicos de grupos particulares. Traquina (2005) trata sobre dois polos dominantes no campo jornalístico moderno: de um lado o comercial ou econômico, centrado na comercialização das notícias

como um negócio lucrativo; de outro, o ideológico ou intelectual – que identifica a imprensa como um dos elementos fundamentais para a democracia – “o jornalismo é visto como um serviço público em que as notícias são o alimento de que os cidadãos precisam para exercer os seus direitos democráticos”. (TRAQUINA, 2005, p. 125-126).

O jornalismo se debate entre interesses particulares e universais. É essa contradição que encerra o livro de Nilson Lage “Teoria e Técnica da Notícia”, apropriada por Genro Filho para também finalizar o seu “O Segredo da Pirâmide”. Genro Filho observa que a ideia conclusiva de Lage (2001) poderia ser o *lead* de uma nova abordagem sobre a profissão: “Os jornais, em suma, não têm saída: são veículos de ideologias práticas, mesquinhas. Mas têm saída: há neles indícios da realidade e rudimentos de filosofia prática, crítica militante, grandeza submetida, porém insubmissa” (LAGE, 2001, p. 154).

É necessário fazer uma ressalva: ao se referir ao jornalismo, a pesquisa em questão engloba apenas o jornalismo informativo, cujo epicentro é a notícia e a reportagem. Isso não ocorre em função do não reconhecimento de outras práticas como jornalísticas, tais como a crônica ou o jornalismo literário. Apenas é um recorte que torna possível o exercício de reflexão teórica aqui proposta.

Todo conhecimento, diria Paulo Freire (MEDITSCH, 1997) nasce de uma pergunta. Em que medida o jornalismo pode ser considerado tributário da dialética? Essa é a pergunta que a pesquisa em questão pretende responder. Tem como objetivo geral, portanto, problematizar teoricamente o jornalismo sob a perspectiva dialética. O objeto de estudo, portanto, aparece como a relação entre o jornalismo e a dialética. São três os objetivos específicos. Cada um deles dá origem a um dos capítulos do trabalho.

1.1 Metodologia

A pesquisa em questão classifica-se como qualitativa, teórica e com alguns traços de comparação. O esforço realizado foi no sentido de aproximar dois universos conceituais distintos, analisando o que o primeiro – a *dialética* – poderia contribuir para um melhor entendimento do segundo – o *jornalismo*. Compreende-se, portanto, a dialética como um universo maior, inserido dentro da filosofia e da retórica a partir do qual se pode observar o jornalismo e encontrar pontos de aproximação ou distanciamento. Compartilha-se a ideia de Chizzotti (1995, p. 27), para

quem a pesquisa teórica está orientada “mais para a verificação de uma teoria do que para a aplicação imediata dos conhecimentos”. É preciso deixar claro, no entanto, que o objeto de estudo é o jornalismo.

Pensar apenas teoricamente sobre um problema, sem objeto empírico, é um desafio, em dois sentidos. Primeiro porque há um consenso, na academia, de que as pesquisas comprovadas empiricamente são mais legítimas. Segundo, porque a abstração é um exercício delicado e escorregadio. Mesmo assim, optou-se por correr esse risco.

A proposta desta pesquisa já nasce interdisciplinar. Por isso, mais do que pensar o objeto a partir do jornalismo, necessitamos dialogar com conceitos e abordagens de outras áreas do conhecimento, como a filosofia e a sociologia. Entendendo que estas disciplinas ainda têm muito a contribuir com o jornalismo, o objetivo maior do trabalho é auxiliar na consolidação do seu campo científico, através de uma contribuição teórica que possa, dentro do possível, aumentar o seu capital cognitivo, para que ao mesmo tempo em que se torne independente, tenha maturidade para fazer as apropriações interdisciplinares necessárias. Pretende-se, desse modo, trabalhar olhando o jornalismo de dentro para fora e de fora para dentro, num movimento dialético constante de apropriação de conteúdos de outras áreas e construção de uma independência teórica. Não basta aproximar campos de conhecimento distintos sem perceber o que fica de próprio para o Jornalismo a partir desta intersecção.

Neste percurso, partimos de uma abordagem abrangente (interdisciplinar), envolvendo questões da filosofia e da sociologia, para tratar o jornalismo sob o viés da dialética – tanto do ponto de vista da argumentação como do conhecimento. Chega-se, ou pretende-se chegar – ao final do trabalho, em um ponto específico, onde o jornalismo se transforma em objeto mais autônomo, tendo absorvido as contribuições interdisciplinares, mas adquirindo certa independência teórica em relação a elas.

Entendendo a pesquisa como um processo marcado por diferentes etapas – inclusive de readequação do objeto – opta-se por contar como ocorreu a construção do mesmo. Utiliza-se como referência as fases metodológicas da pesquisa descritas por Lopes (2010). A primeira delas seria a *definição do objeto*, o que inclui o problema de pesquisa, o quadro teórico de referência e as hipóteses. Nessa etapa, é importante justificar escolhas, delimitar conceitos envolvidos e determinar os objetivos, que podem ser práticos, empíricos ou teóricos. Estes últimos

visam “contribuir para o estudo da teoria sobre o problema” (LOPES, 2010, p. 139). Lopes (2010) ainda ressalta que geralmente o pesquisador parte de uma questão bastante abrangente até conseguir encontrar a “pergunta-chave” a ser respondida.

É preciso considerar que a dissertação não utiliza a dialética apenas como referencial metodológico, mas também como teoria. Grande parte dos conceitos utilizados e problematizados aqui está inscrita neste paradigma. A pesquisa ainda insere-se dentro da perspectiva de que o conhecimento é um processo, sempre sujeito a transformações e críticas. A proposta aqui realizada não é, portanto, algo que se pretende definitivo. Foi realizado um esforço de vigilância crítica e tensionamento constante de conceitos no “confronto” entre jornalismo e dialética. Sabe-se, porém, que esse cuidado é limitado, tendo em vista a relação, também conflituosa, entre o pesquisador e seu objeto.

1.1.1 A história do objeto de pesquisa

O objeto de estudo em questão nasceu a partir da aproximação entre outros dois universos conceituais bastante amplos – conhecimento e ciberespaço. Iniciada com a pretensão de investigar – empiricamente – a natureza dos comentários de leitores feitos em notícias de jornais *online*, esta pesquisa tinha como objetivo, no princípio, compreender a ideia de jornalismo como forma de produção social de conhecimento neste novo cenário, em que os leitores podem materializar suas interpretações e suas apreensões sobre as notícias. O ponto de partida pensou-se, seria a dialética. Tanto porque responderia à compreensão do conhecimento e de sua relação com o jornalismo, mas também porque seu sentido original – diálogo – caberia para a reflexão sobre os diálogos do leitor com o texto jornalístico nesses espaços de comentários. Um caminho considerável foi percorrido neste sentido, com algumas “descobertas”, acredita-se, interessantes.

A pesquisa pretendia debater as relações entre jornalismo, conhecimento e ciberespaço a partir da dialética, tomando como base a seguinte questão norteadora: pode o jornalismo se potencializar como forma de produção social de conhecimento no ciberespaço, a partir da ampliação das possibilidades de diálogo oferecidas pelas ferramentas de participação dos leitores nos jornais *online*? Chegou-se à ideia de que os conceitos de jornalismo, conhecimento, dialética e ciberespaço poderiam

ser observados como formadores de um ciclo, em que cada termo exerce sobre o outro influências recíprocas.

Sendo assim, o jornalismo como forma de produção social de conhecimento, entendido do ponto de vista dialético, encontra no ciberespaço uma possibilidade de emancipação pela suposta abertura ao diálogo entre o mundo do leitor, o mundo do jornal e do jornalista – um espaço para o confronto de ideias. Levando em conta o fato de que há uma mudança em curso no jornalismo, ocasionada pelas transformações técnicas relativas ao suporte – o funcionamento da internet é diferente – e que se reflete em uma transformação na produção e na recepção da informação jornalística, observava-se, também, a necessidade de refletir sobre como esta perspectiva teórica (o jornalismo como produção social de conhecimento) se adapta às mudanças trazidas pela rede. Compreender o jornalismo como conhecimento, neste novo cenário, precisava levar em conta as possibilidades de interação oferecidas aos leitores através da linguagem hipertextual. Nos espaços destinados a comentários, favorece-se o diálogo (embora mediado pelo computador) e o embate de opiniões, o que poderia fazer florescer o processo de produção de conhecimento.

Se o relato jornalístico adquire, na internet, as contribuições dos leitores – através dos comentários vinculados às notícias – é oportuno pensar se esses comentários têm, ou não, a possibilidade de potencializar a dimensão dialética do jornalismo, seja no sentido de diálogo – e, portanto, uma busca compartilhada pelo conhecimento do imediato e do cotidiano –, seja no sentido de crítica, questionamento e/ou confronto em relação ao texto jornalístico.

A partir desse ponto, a pesquisa tomou novos rumos. Percebeu-se que para entender o que de “dialético” do jornalismo poderia se potencializar na internet, era necessário ter muito bem consolidado aquilo que o jornalismo, independente de sua forma, tinha de dialético. Ao abandonar o objeto empírico, a dissertação se direcionou para a relação do jornalismo com a dialética, em sentido epistemológico e formal, com vistas a melhor compreender a atividade, neste momento crucial, quando tantos de seus “pressupostos” estão colocados em questão.

Nesse percurso, a próxima etapa seria, segundo Lopes (2010), a *observação*. Fundamental para “buscar” possíveis respostas para o problema construído teoricamente, a observação envolve a *amostragem* e as *técnicas de coleta*. Por ser uma pesquisa exclusivamente teórica, é possível relacionar a fase da amostragem com a seleção e filtragem do

referencial a ser utilizado, uma vez que todos os conceitos envolvidos na pesquisa possuem ampla gama de autores, abordagens e obras. A fase das técnicas de coleta foca-se na pesquisa bibliográfica. Por isso, optou-se por selecionar as obras utilizadas como *dados*, a partir de alguns critérios: a) para o entendimento da dialética, foram escolhidas obras com aspecto de crítica – tais como as de Kosik (2005), Konder (2009) e Genro Filho (1986) – e por isso não foram citados com frequência os originais – Hegel, Marx ou Lukács; b) para o universo conceitual da retórica, foram escolhidos alguns clássicos, como Cícero e Perelman&Olbrechts-Tyteca, por serem referência na recuperação dos estudos retóricos na atualidade; c) no caso do jornalismo, foram utilizados autores com uma abordagem dialética mais evidente, como Genro Filho (1989), Moretzsohn (2007), Meditsch (1997) e outras grandes referências como Groth (2011), Lage (2001) e Traquina (2005).

As outras duas fases – *descrição* e *interpretação* – podem ser citadas aqui como procedimentos simultâneos. Ao mesmo tempo em que a pesquisa foi “descrevendo” ideias importantes de outros autores, foi realizando um exercício de interpretação, comparação e análise, produzindo algumas sínteses – processo que ocorreu através do confronto de ideias sobre o jornalismo, a retórica e a dialética – tendo sempre como referência o problema de pesquisa a ser tensionado.

Compreende-se que existem limitações diversas em um estudo teórico, sem referências diretas a práticas ou acontecimentos da realidade. No entanto, para o objeto que foi se desenhando ao longo do percurso, entendeu-se que as respostas a serem buscadas estavam, de fato, em uma esfera muito mais abstrata do que concreta. A referência ao jornalismo se faz, por isso, no sentido atribuído por Groth (2011) à atividade – uma obra cultural com dimensão teleológica e, portanto, finalidades que ultrapassam a sua materialização. Ainda assim, optou-se por utilizar algumas análises de notícias e reportagens ao final do trabalho. O objetivo, contudo, foi apenas exemplificar conceitos abordados a fim de tornar o percurso argumentativo da dissertação de mais fácil compreensão para o leitor. Não há, desse modo, um procedimento metodológico específico adotado. Apenas buscou-se identificar, nas matérias, a ocorrência ou não dos aspectos debatidos teoricamente.

1.2 Objetivos e estrutura

O *primeiro* objetivo específico é refletir sobre a relevância de resgatar a dialética para pensar o jornalismo em pleno século XXI, marcado pelas tecnologias da informação. Portanto, o primeiro capítulo intitulado “A história tensionando o jornalismo: um momento dialético” trata precisamente de explicar a pertinência desse resgate e aproximação conceitual, a partir do momento que o jornalismo vive na atualidade, marcado por uma necessidade de reafirmação profissional. Tal reafirmação passa, acredita-se, pela recuperação das particularidades da atividade jornalística, capazes de oferecer um presente social de referência ao leitor, com certa legitimidade, através de processos específicos de apuração/investigação. O capítulo inicia-se com uma retomada sobre o conceito moderno de dialética, através de autores como Konder (2005, s.n), Kosik (1976), Genro Filho (1986), Mora (2001). Segue abordando a atual crise na qual a profissão parece estar inserida e termina com uma reflexão sobre as características que diferenciariam o jornalista dos demais profissionais da informação. Para tal abordagem, utiliza autores como Bruns (2011), Neveu (2011), Pereira Júnior (2006), Moretzsohn (2007), entre outros.

O *segundo* objetivo específico dá origem ao capítulo intitulado “Jornalismo e dialética, uma intersecção epistemológica”. Neste, pretende-se abordar alguns aspectos teóricos do jornalismo que parecem se articular tendo como pano de fundo um referencial dialético. Em outras palavras, pretende-se resgatar algumas teorias existentes sobre o jornalismo que o entendem do ponto de vista dialético. Nesse sentido, aborda a relação entre jornalismo e acontecimento, com base em Queré (2005), Alsina (2008), Berger e Tavares (2010), Silva e Pontes (2010), Vogel (2010), Henn (2010); a centralidade do conceito de singularidade para o jornalismo, com base em Genro Filho (1989), Groth (2011), Meditsch (1997) e Park (1992); e a relação entre jornalismo e práxis, através de Moretzsohn (2007), Gomis (1991), Lage (2001), entre outros.

O conceito de singularidade, problematizado teoricamente, leva à compreensão do jornalismo como produção social de um modo específico de conhecimento – nem melhor, nem pior que outros tipos, apenas diferente (MEDITSCH, 1992), com potencial de revelar o novo. Levando em conta o fato de que a dimensão “ontológica” da realidade está sempre um pouco à frente com relação àquilo que se conhece – em relação a sua dimensão “epistemológica” – o jornalismo é, sem dúvida, uma forma de produção de conhecimento. Tal ideia encontra-se

sintetizada em uma frase de Adelmo Genro Filho: “a realidade transbordando o conceito” (1989, p. 212).

Genro Filho (1989) parte do pressuposto de que, mais do que uma categoria necessária à classificação do tipo de conhecimento que o jornalismo produz – ou reproduz -, a singularidade possui uma dimensão revolucionária. Desconsiderando todas as implicações ideológicas que a palavra “revolucionária” traz consigo, opta-se por utilizar este termo direcionando-o ao sentido de “crítica”. Neste sentido, Meditsch (1992) também observa essa potencialidade no jornalismo, pois mesmo possuindo um caráter positivista dominante, o jornalismo carrega consigo a contradição e a negatividade. Ao revelar o novo, pode ser crítico mesmo sem perseguir esse propósito. Dadas estas circunstâncias, torna-se necessário refletir sobre o conceito de *acontecimento* e *acontecimento jornalístico*, porque o acontecimento pode ser entendido como a matéria prima do jornalismo, é “o que irrompe da superfície lisa da história” (RODRIGUES, 1999, p.27).

Partindo para a *terceira* e última parte do trabalho, o objetivo específico passa a ser uma análise dos pressupostos da prática jornalística à luz da dialética em seu sentido clássico, ou seja, como arte do diálogo. Parte-se da definição de argumentação e retórica para explicar a noção primordial de dialética, que nasce com os gregos, atrelada ao surgimento da democracia. O capítulo tem início com uma retomada sobre o surgimento da retórica e da dialética. Em seguida, trata da importância da controvérsia e dos antagonismos para o discurso jornalístico. Aborda ainda a questão do diálogo. Este capítulo está embasado teoricamente na obra de Perelman&Olbrecht-Tyteca (2005), Cícero (1997) e Resende (2007, 2009).

Ao longo da pesquisa foram se delineando alguns pressupostos importantes para a compreensão do lugar de onde se parte. Compreendeu-se que se é possível a) relacionar a singularidade com a essência do jornalismo, modo através do qual ele dá forma aos conteúdos da realidade; b) a argumentação como referência para a organização do discurso e c) o acontecimento como sendo a matéria-prima que desencadeia o processo de atribuição de sentido e de transformação do acontecimento em notícia (acontecimento jornalístico), temos, de início, a possibilidade de constatar que todas estas instâncias do jornalismo mantêm uma relação dialética e processual. E em todas elas há um potencial crítico e, portanto, dialético mais ou menos implícito. O modo como isso se evidencia ou oculta,

porém, depende dos vários mundos que entram em confronto no momento da construção e da apreensão da notícia.

Fica claro, nesse sentido, que compreender o jornalismo como totalidade envolve o entendimento de um processo contínuo de apropriação do mundo, por parte do jornalista e da instituição do qual faz parte (e, obviamente, de seus universos de sentido), transformada em singularidade por seu instrumento de diferenciação como forma de produção social de conhecimento. Essa singularidade é novamente apreendida pelo leitor, desencadeando um processo de abertura de sentido. Entre universalidade e particularidades distintas, a singularidade surge como um ponto de conexão para a interpretação da realidade – um processo marcado por complexidades e antagonismos; por estereótipos e por novas ideias; por verdades relativas e por uma realidade que aparece como fenômeno mas contém relações bem mais profundas.

2 A HISTÓRIA TENSIONANDO O JORNALISMO: UM MOMENTO DIALÉTICO

*“É impossível entrar duas vezes no mesmo rio.
As águas são outras e nós já não somos os mesmos”.*
(Heráclito)

Por que recuperar um conceito tão antigo e tão caro para a filosofia e trazê-lo para pensar o jornalismo em pleno século XXI? O capítulo em questão pretende trazer respostas, ainda que não definitivas, para esta questão. Funciona como uma espécie de justificativa e explicação da pesquisa desenvolvida baseada na relação entre o jornalismo e a dialética.

E as possíveis respostas levam a uma reflexão sobre alguns aspectos atuais da atividade sem, no entanto, deixar de resgatar elementos significativos para o jornalismo e que vem se reafirmando há muito tempo. A atividade vive o que alguns pesquisadores têm identificado como uma espécie de crise, tanto profissional como científica. As teorias até então utilizadas para explicar o jornalismo já não são mais suficientes para a plena compreensão dos problemas que se apresentam para os profissionais e pesquisadores. As transformações em termos técnicos têm sido cada vez mais rápidas e radicais, incidindo na cultura e o modo de vida das pessoas. Transformando – e esse é o ponto de interesse – a relação do jornalismo com o seu público.

A formação profissional também mudou. Os cursos precisam se adaptar às exigências do mercado, que passou a atuar imerso na cultura da convergência. A imagem tradicional do jornalista, do repórter, como aquele sujeito que investiga, sai para a rua em busca de notícias é substituída gradativamente por profissionais dos quais se exige habilidade técnica variada. O jornalista sai muito pouco da redação. A facilidade para produzir e divulgar textos, vídeos e fotografias faz com que cidadãos espalhados pelo mundo inteiro não dependam mais exclusivamente dos veículos de comunicação para repercutir suas próprias informações. Todos podem ser “jornalistas”. Ocorre, neste cenário, a necessidade de definição do que é ser um “jornalista”. Este momento de crise parece ser também de afirmação profissional.

Ao mesmo tempo em que a internet se coloca como um meio com possibilidades contra-hegemônicas e de revitalização do espaço

democrático, a sua relação com o jornalismo tem demonstrado que essa pulverização de vozes e informações (nem sempre verificadas) pode ser útil para pensarmos o lugar do “jornalismo” e dos “jornalistas”. É neste cenário que se procura resgatar a dialética como artifício teórico para compreender o que é o jornalismo e qual seu papel nas sociedades democráticas.

2.1 A dialética no sentido epistemológico

De Heráclito a Hegel, passando por Platão, Sócrates e Aristóteles, a dialética sofreu inúmeras transformações. Nenhuma, contudo, tão radical quanto a proposta de Karl Marx. Enquanto um referencial explicativo do mundo/da realidade, adquiriu grandiosidade com o idealismo de Hegel, relacionando-se à construção de uma nova filosofia do ser. Mais tarde, foi incorporada pelo marxismo, o que faz com que até hoje seja fortemente vinculada ao ideal de construção de um projeto político específico e revolucionário: o socialismo.

Enquanto referencial filosófico, a dialética não deve, acredita-se, ser encarada somente sob este ponto de vista (político), já que procura, acima de tudo, constituir um modo de explicação da realidade que dê conta da sua complexidade e constante instabilidade. É possível afirmar, neste sentido, que o princípio fundador da dialética – que nasce com Heráclito de Éfeso, na Grécia Antiga – é o reconhecimento de que tudo está em constante processo de mutação.

A passagem da dialética hegeliana à dialética marxista se dá por meio de uma inversão proposta por Marx: de uma filosofia idealista ela se transforma e se alia ao materialismo histórico, integrando-se a um modo de compreender a realidade, o ser e o conhecimento em suas inúmeras contradições.

Trata-se de uma tarefa complexa definir ou conceituar a racionalidade dialética. É necessário ter extrema vigilância epistemológica para evitar a excessiva formalização de um pensamento que se propõe tão crítico e dinâmico. É inevitável, no entanto, tratar de alguns pressupostos da dialética para que a pesquisa ora empreendida tenha condições de avançar no entendimento daquilo que objetiva. Tenta-se ter sempre em mente a necessidade de coerência metodológica com o embasamento teórico utilizado, levando em conta aquilo que afirma Konder (2009, p. 34):

O modo de pensar dialético – atento à infinitude do real e à irredutibilidade do real ao saber – implica um esforço constante da consciência no sentido de ela se abrir para o reconhecimento do novo, do inédito, das contradições que irrompem no campo visual do sujeito e lhe revelam a existência de problemas que ele não estava enxergando. A exigência do reconhecimento de todas as contradições pode entrar em choque (e, de fato, com frequência entra) com exigências de outro tipo, que são as exigências ligadas às tarefas práticas urgentes que a luta política apresenta aos revolucionários.

A tarefa prática e urgente é, neste momento, tentar entender as contribuições possíveis da dialética para a compreensão do jornalismo. Neste percurso opta-se, então, por sistematizar alguns “conceitos” que, acredita-se, são importantes para o entendimento da dialética e sua relação com o fazer jornalístico numa esfera que é epistemológica. Noções de *contradição*, *suspensão*, *totalidade*, *práxis*, *materialismo histórico* serão abordadas a seguir, levando sempre em conta a transformação que a dialética sofre na passagem do idealismo hegeliano ao materialismo de Karl Marx.

É possível afirmar que a base de toda a dialética é a contradição. Este é um princípio fundamental para Hegel, que não poderia ser suprimido nem do processo de conhecimento e nem da realidade objetiva. Para o filósofo, no entanto, todos os movimentos da realidade material estavam subordinados a uma lógica que ele entendia como Ideia Absoluta. A superação da tese e da antítese pela síntese é o que leva o conhecimento a alcançar o concreto, mas “é a ‘realidade realizada’ o que interessa a Hegel e não apenas o movimento dialético que a realiza” (MORA, 2001, p. 185). Fica evidente, neste caso, que os movimentos contraditórios da realidade parecem convergir, na visão de Hegel, para um destino quase “pré-definido” (absoluto, universal): o que insere, nesta concepção, a ideia de finalidade da história.

Marx não só admite a contradição como também aplica este entendimento à realidade objetiva, material. A história, segundo ele, movimenta-se com base na contradição ou, mais especificamente, na luta de classes. Neste sentido, não só o pensamento passa a ser contraditório, mas a própria realidade – o que Hegel também já admitia, porém não com tanta ênfase. As contradições sociais do capitalismo, o

que foi o objeto mais específico de todo o pensamento de Marx, levariam a uma sociedade sem Estado: o Comunismo. Permanece, portanto, a “finalidade histórica” na dialética marxista. Esta, no entanto, está relacionada a um projeto prático e político. A questão que se coloca é: tanto no “absoluto ideal” de Hegel como na “sociedade ideal” de Marx, estariam superadas todas as contradições? Uma resposta positiva a esta pergunta seria igualmente contraditória, já que o próprio Marx defendia a “crítica implacável de tudo o que existe” (MARX, 1964? apud KONDER, 2009, p. 41).

A contradição não é um princípio admitido pela lógica formal (abstrata): nesta, ou algo é verdadeiro ou é falso. O ser de um implica o não ser de outro. Para a lógica formal, a verdade representa toda e qualquer exclusão do erro. Assim sendo A é sempre A, A não é não A. Tem-se, desse modo, um sistema lógico através do qual, segundo Lefebvre (1983)³, o entendimento chega às formas sem conteúdo: “uma árvore é uma árvore”. Portanto, a não-árvore não faz parte do termo/definição da árvore. Levando em conta o fato de que a palavra “termo” ou “definição” indica limite, Lefebvre afirma que a lei da lógica formal diz que o termo mais extenso é o que possui a mais pobre compreensão, o que sugere como ideal a descoberta de essências fixas, imutáveis. Se para a lógica formal a máxima é “ou sim ou não”, para a lógica concreta (dialética) “sim e não” são admitidos dentro de um mesmo sistema: “o real, o conteúdo, apresenta inumeráveis e imprevisíveis matrizes, mudanças e transições, de modo que só raramente ele se deixa encerrar em um dilema” (LEFEBVRE, 1983, p. 93). A abstração, desse modo, seria apenas uma etapa do conhecimento para a lógica dialética, um dos meios para captar e compreender o concreto, a verdade, sem perder de vista a ideia de movimento: que vai do concreto ao abstrato e ao concreto retorna, ou seja, o conhecimento abstrai a realidade concreta, mas a ela se volta, encontra-a em seu movimento e desenvolvimento. Se num primeiro momento, segundo Lefebvre, o abstrato nega o concreto e dele se afasta, é para logo depois reencontrá-lo em um nível superior: “O conhecimento racional nega e supera essa negação, reencontrando a vida do objeto” (LEFEBVRE, 1983, p. 117).

³ Henri Lefebvre, autor do livro “Lógica formal, Lógica dialética” (1983), é francês com formação em filosofia. Foi ele o primeiro a traduzir, na França, as obras de Marx, Hegel, Engels, Nietzsche e Lênin. É um destacado intérprete das obras de Marx.

Neste percurso, o conceito de superação dialética também é fundamental na dialética hegeliana, conforme explica Konder (s.d, p. 26):

Para expressar a sua concepção de superação dialética, Hegel usou a palavra alemã *aufheben*, um verbo que significa suspender. Mas esse suspender tem três sentidos diferentes. O primeiro sentido é o de negar, anular, cancelar [...]. O segundo sentido é o de erguer alguma coisa e mantê-la erguida para protegê-la [...] E o terceiro sentido é o de elevar a qualidade, promover a passagem de alguma coisa para um plano superior, suspender o nível.

Os três sentidos da palavra ‘suspender’ expressam bem o que Hegel pretendia elucidar: a ideia de que a superação dialética envolve a negação de uma ideia a fim de elevá-la a um nível superior, mais próximo do “verdadeiro” e sem, no entanto, deixar de manter aquilo que esta primeira ideia tem de essencial. Ela é superada, mas mantém-se como história do pensamento. A superação não envolve somente ideias, mas a realidade concreta. Konder (s.n) exemplifica com o que acontece no trabalho: “a matéria prima é negada (quer dizer, é destruída em sua forma natural), mas ao mesmo tempo é conservada (quer dizer, é aproveitada) e assume uma forma nova, modificada, correspondente aos objetivos humanos”. (KONDER, s.n, p. 27).

A superação, neste sentido, não significa supressão, mas expressa a noção de conhecimento como processo, onde está presente, a todo o momento, a relação dialética entre o sujeito e o objeto, entre a verdade e o erro. Desse modo, para a dialética,

Assim como não existe separação absoluta entre a verdade e o erro, tampouco existe linha de demarcação entre a verdade absoluta e a verdade relativa. Cada etapa do desenvolvimento do conhecimento traz consigo novos grãos, e ‘grãos’ de uma verdade cada vez mais aguçada e precisa, mais extensa, para essa colheita de verdades. Cada verdade atingida é relativa; mas o conjunto das verdades atingidas e determinadas como relativas faz parte do conhecimento objetivo absoluto [...] A etapa antiga, a lei aproximativa, a teoria

transitória, não são suprimidas pelo desenvolvimento subsequente que as supera; ao contrário, são conservadas com um sentido novo, *em sua verdade*. (LEFEBVRE, 1983, p. 98).

Para compreender a dialética também é fundamental tratar da distinção entre *concreticidade* e *pseudoconcreticidade*, conforme explica Karel Kosik (1976), em que também se evidencia a ideia de superação. De acordo com o autor, o mundo da pseudoconcreticidade seria o das aparências, dos fenômenos que são apreendidos pelos homens apenas através de uma atitude prática-utilitária com o mundo. Muitas vezes as representações criadas neste contexto em nada coincidem com o que os fenômenos são em si, com a sua essência. A busca pela concreticidade (uma atitude cognoscente em relação ao mundo) seria o objetivo do conhecimento pela via da dialética, o que em outras palavras representaria a superação da pseudoconcreticidade ou do mundo das aparências (aparência, imediatividade). Nas palavras de Kosik, “o mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido” (KOSIK, 1976, p. 11).

Kosik (1976) procura especificar o que seria o mundo da pseudoconcreticidade. Nele inclui quatro outros mundos, referentes, respectivamente a: a) os fenômenos externos, que ocorrem no ambiente cotidiano e na esfera comum da vida humana; b) o tráfico e a manipulação, que correspondem a *práxis* fetichizada (oposta à *práxis* crítica e revolucionária), ou seja, ao trato cotidiano com a realidade que pode ser alienado ou naturalizado em demasia e, portanto, não permite uma atitude crítica em relação ao processo histórico; c) as representações comuns, “projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da *práxis* fetichizada, formas ideológicas de seu movimento” (KOSIK, 1976, p. 11); d) objetos fixados, que parecem condições naturais e que não são reconhecidos, de modo imediato, como produtos da atividade social dos homens. O mundo da pseudoconcreticidade é, ainda, marcado pela regularidade, imediatismo e evidência. A *práxis* imediata e utilitária “deste mundo” proporciona aos homens a condição de se orientarem no mundo, “familiarizar-se com as coisas e manejá-las” (KOSIK, 1976, p. 10), mas não cria condições para a sua compreensão efetiva.

A práxis de que se trata neste contexto é historicamente determinada e unilateral, é a práxis fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre elas se ergue. Nesta práxis se forma tanto o determinado ambiente material do indivíduo histórico, quanto a atmosfera espiritual em que a aparência superficial da realidade é fixada como o mundo da pretensa intimidade, da confiança e da familiaridade em que o homem se move “naturalmente” e com que tem se avir na vida cotidiana (KOSIK, 1976, p. 10-11).

Nota-se, já, a influência do pensamento de Marx para a dialética. É necessário, desse modo, tratar da inversão operada por ele, com base no materialismo. O materialismo expressa-se, segundo Lefebvre (1983), a partir de alguns eixos centrais: (a) o conhecimento supõe um objeto real exterior (natureza ou matéria penetrada progressivamente); (b) o ser humano é um “sujeito-objeto”: pensa, mas sua consciência não se separa da realidade objetiva; (c) o sujeito e o objeto são ao mesmo tempo distintos e ligados, em luta incessante no seio de sua própria unidade; (d) contém uma crítica ao idealismo por sua unilateralidade, sem rejeitar, no entanto, os avanços forjados pelos grandes idealistas, como Hegel.

Marx chega a afirmar que um “ser não-objetivo é um *não ser*” (2005, p. 182), na tentativa de avançar criticamente no pensamento de Hegel. O que ele pretende estabelecer com isso é a ideia de que o homem é também um ser da natureza, cujos objetos de suas necessidades existem fora dele. Para Hegel, em contrapartida, o ser humano é equivalente à sua autoconsciência, quase como um sujeito não objetivo. “Um ser não-objetivo é um ser irreal, não sensível. Meramente pensado, isto é, puramente imaginado”, salienta Marx (2005, p. 183). Ao reconhecer a dualidade da essência do ser, entre o natural e o humano, Marx compreende a autoprodução humana como um processo através do qual os sujeitos precisam “se expressar e se legitimar” tanto no ser, como no pensamento. “E assim como tudo o que é natural deve ter a sua *origem*, também o *homem* tem o seu processo de gênese, a *história*, que no entanto para ele constituem processo consciente e que assim, como ato de origem com consciência, se transcende a si próprio” (MARX, 2005, p. 183).

Segundo Genro Filho (1986), Marx uniu a premissa materialista com o caráter ativo e criador da subjetividade humana, forjando um novo conteúdo para o conceito de práxis, de modo que a dialética deixa de se realizar apenas no plano conceitual, das ideias, e passa a revelar, também, a relação do homem com a sua realidade objetiva, com a qual mantém uma relação contraditória, cuja apropriação envolve um duplo movimento de subjetivação e objetivação. Ele subjetiva a realidade (quando humaniza o mundo) e é objetivado, ao mesmo tempo, pelas mediações e produtos que vai construindo (GENRO FILHO, 1987):

Assim, gerado [o homem] a partir do universo natural, condicionado pelo mundo que ele mesmo vai construindo através da história, enquanto realidade objetiva e subjetiva, ele escolhe seu futuro entre alternativas reais e forja novas condições. (GENRO FILHO, 1986, p. 29-30).

Marcado pelo conflito entre necessidade (mundo natural/objetivo) e liberdade (mundo humano/subjetivo), o homem produz a sua história e sua consciência no interior da *práxis*. O faz, segundo Genro Filho (1986), ao mesmo tempo como um processo de identificação e diferenciação com relação ao mundo natural: ou seja, como apropriação de um mundo já dado e, ao mesmo tempo, livre para se autodeterminar através da história.

A teoria e a filosofia, assim, ficam resgatadas em todo o seu significado da história humana, pois enquanto desvendamento fazem mais do que realizar uma identidade pressuposta da Ideia ou da natureza consigo mesmo. Enquanto crítica, fazem mais do que enunciar o que já é (Hegel) ou do que profetizar revolucionariamente aquilo que inevitavelmente será (Marx). A teoria fica, portanto, com um pé no objeto outro no sujeito, um pé na necessidade outro na liberdade. Ficam asseguradas a possibilidade da verdade objetiva e a necessidade da crítica revolucionária, ao mesmo tempo teórica e prática, no processo de invenção histórica que o homem faz de si mesmo. (GENRO FILHO, 1986, p. 50).

A dialética marxista funda-se, assim, sobre o ideal de ser uma filosofia não apenas conceitual, mas um instrumento prático de transformação da sociedade. Ao mesmo tempo em que pretende ser uma forma de interpretação da realidade, quer propor formas de mudar o mundo, engendrando dentro de si própria sua crítica e seu potencial de desenvolvimento. O conceito de *práxis* – o homem como ser prático-crítico – está no centro dessa reflexão sobre a dialética, dessa sua inversão. Marx pensava que a dialética hegeliana estava de cabeça para baixo e deveria ser recolocada sobre seus próprios pés. Genro Filho (1986) descreve a dialética marxista como um “pássaro antecipado”⁴, adiantando-se na compreensão da realidade a fim de propor transformações. Hegel já afirmava que a filosofia chegava sempre muito tarde, com ideias e explicações maduras para um ciclo que estava a se findar. “Não vem a filosofia para rejuvenescer, mas apenas reconhecê-la” (HEGEL, s.n apud GENRO FILHO, 1986, p. 28). A filosofia marxista mostra o contrário. Que é capaz de vir antes que um período histórico esteja prestes a terminar.

A *práxis* – “No conceito da *práxis* a realidade humano-social se desvenda como o oposto do ser dado, isto é, como formadora e ao mesmo tempo forma específica do ser humano. A *práxis* é a esfera do ser humano”. (KOSIK, 1976, p. 201-202, grifo do autor) – aparece, portanto, como conceito essencial para a definição daquilo que o marxismo propõe de radicalmente novo para a filosofia – ou seja, a criação de uma filosofia da *práxis*.

De contemplativa a ativa, a filosofia passa a ser, com a *práxis*, um instrumento de transformação do mundo, orientando a produção teórica e o conhecimento para este fim. Não há, portanto, apenas uma mudança de objeto da filosofia, mas uma inversão da própria prática da filosofia – que se transforma, com o marxismo, na filosofia da revolução. Neste sentido, uma *práxis* revolucionária moverá e será movida por uma teoria vinculada à ação real. Do contrário, uma *práxis* reformista irá requerer uma teoria objetivista, conforme explica Sánchez Vázquez (2002). Por isso, entre as funções da filosofia da *práxis*, está o seu papel crítico. Ou

⁴ Expressão utilizada por Genro Filho (1987). Hegel também se referia à filosofia como um “Pássaro de Minerva”, que estaria atrasado: “Quando a filosofia chega com sua luz crepuscular a um mundo já a anoitecer, é quando uma manifestação de vida está prestes a findar. Não vem a filosofia para rejuvenescer, mas apenas reconhecê-la. Quando as sombras da noite começam a cair é que levanta vôo o pássaro de Minerva.” (HEGEL, 1976 apud GENRO FILHO, 1986).

seja, como crítica “das ideologias que tendem a conciliar o pensamento com o estado de coisas existente” (VÁZQUEZ, 2002, p. 174) – o que é típico da contemplação.

A *práxis*, no entanto, não está contraposta à teoria, mas constitui-se enquanto a “determinação da existência humana como elaboração da realidade”. (KOSIK, 1976, p. 202). Para Genro Filho (1986), a ideia de *práxis* contém, ao mesmo tempo, a dialética da natureza e a sua apropriação “histórico-social” realizada pelo homem, através da dialética histórica, marcada pela subjetividade e pela liberdade – e se o homem transforma a natureza em um mundo e social, através da *práxis*, o faz teleologicamente. Há, para o autor, unidade e oposição entre essas duas dialéticas: isto é, a identidade originária do mundo como dialética da natureza, que forma o substrato natural dos homens e do seu mundo histórico, e a ruptura ocasionada pela emergência da humanidade como subjetividade e consciência (GENRO FILHO, 1986, p. 34). Por isso a *práxis* (entendida deste ponto de vista) se torna o núcleo ontológico do marxismo.

A questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objectiva não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. É na *práxis* que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o carácter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da *práxis* é uma questão puramente *escolástica*. (MARX, 1982, n.p).

A interpretação de Genro Filho (1986) sobre o marxismo é extremamente relevante, pois traz uma nova abordagem: o marxismo, assim como a dialética, é um texto profano. Isso significa que precisa ser constantemente reinterpretado, criticado, reinventado – os textos profanos, na visão do autor, são aqueles que “exigem uma interpretação que implica, inevitavelmente, numa reconstrução de sentido” (GENRO FILHO, 1986, p. 20), ao contrário dos textos sagrados, cujas verdades se mantêm sempre estáveis. A dialética marxista, neste sentido, é duplamente profana. Pois além de exigir uma interpretação constante, relativa à mudança de contextos históricos e sociais, necessita – para ser verdadeiramente dialética – uma autocrítica permanente. Seria, de outro modo, assustadoramente contraditória, negar-se-ia a si mesma, ao se

propor definitiva, ao se cristalizar ou negar a rever-se (KONDER, s.n). Afinal, a dialética é “maneira de pensar elaborada em função da necessidade de reconhecermos a constante emergência do novo na realidade humana”, conforme explica Konder (n.p, p. 39).

As determinações da história são, portanto, fundamentais para a dialética marxista ao passo que as categorias abstratas são, na visão de Marx (2001), igualmente resultado das condições históricas. Nesse aspecto, os acontecimentos, dos quais o jornalismo se nutre, são forjados no interior de um determinado momento, inscritos em um processo histórico pelos sujeitos que os interpretam, marcados pela capacidade de contradizer e renovar categorias e conceitos anteriormente elevados à abstração, enquanto concreto que se manifesta para o pensamento.

2.2 Jornalismo e dialética: as aproximações

Como síntese das questões até então expostas, tem-se que: a) o marco do pensamento dialético, de cunho materialista, é a noção de que a realidade (natural e histórica) está em constante movimento; b) o que provoca o movimento (do pensamento e da realidade) são as contradições; c) o conceito de práxis é fundamental para a dialética materialista, pois coloca os “sujeitos” numa posição ativa diante da história; d) a dialética, em termos epistemológicos, encara o conhecimento como processo, sempre abrindo espaço para a emergência do “novo” na realidade.

Partindo do pressuposto de que o jornalismo vive, justamente, do movimento histórico e da emergência do novo, é natural pensar que o movimento contraditório da realidade é a matéria-prima daquilo em que a prática jornalística encontra sua razão de ser: relatar o que acontece, seja no mundo natural ou no mundo histórico-social. Essa realidade com a qual o jornalismo trabalha é instável, mutável e, por isso, repleta de acontecimentos que, em muitos casos, surgem como a antítese da ordem e da estabilidade. Por mais que o mundo da pseudoconcreticidade, conforme explicado por Kosik (1976) seja marcado por certa estabilidade, os sujeitos estão constantemente produzindo fatos que contradizem essa aparente “naturalidade” ou “linearidade” da história. E o jornalismo, sem dúvida, se alimenta dessas contradições. A questão que se coloca, no entanto, é de que modo o jornalismo transforma essas contradições (fatos) em notícias: o que irá refletir, obviamente, no modo como os sujeitos “veem” e as compreendem; ou seja, no modo como

compreendem a realidade para além das aparências. Lage (2001, p. 148) já advertiu para o fato de que as notícias são “relatos de aparências codificadas”, seja pelo código linguístico ou semiológico, seja através das técnicas de seleção, ordenação ou nomeação ou ainda, por um “estilo” que lhe é próprio. Mas é um discurso sobre aparências, poderíamos dizer: sobre o mundo da pseudoconcreticidade.

No entanto, o jornalismo pode ser encarado como forma de conhecimento que encontra sua legitimidade justamente no fato de produzir um conhecimento que é diferente, nem melhor, nem pior do que o científico e, que a rigor, procura a essência das coisas (MEDITSCH, 1997). Meditsch (1997, p. 08) defende, então, que sendo diferente da ciência, o jornalismo “é o que mantém a comunicabilidade entre o físico, o advogado, o operário, o filósofo”. É o que generaliza os conhecimentos extremamente específicos e com linguagens incomunicáveis para público em geral. Dito de outro modo, as especialidades científicas reduzem seu campo de complexidade para se evidenciar como aparência através do jornalismo. Este, mesmo sendo “tão positivista quanto a mais positiva das ciências” (MEDITSCH, 1997, p. 56), carrega consigo a contradição, a negatividade já que ao revelar o novo, pode ser crítico mesmo sem perseguir esse propósito (GENRO FILHO, 1989).

Para dar conta das questões levantadas nessa dissertação opta-se por tratar, em um primeiro momento, sobre a noção de “acontecimento” para o jornalismo, relacionando essa abordagem com a perspectiva dialética e compreendendo como o jornalismo textualiza os fatos, atribuindo-lhes sentido de uma forma bastante específica. Em seguida, trabalha-se a relação do jornalismo com a singularidade - reflexão que, aparentemente, deixa mais explícita a relação do jornalismo com a dialética.

A dialética relaciona-se com o jornalismo, também, através de seu potencial de revelar o novo. O novo surge da práxis – a relação prática (utilitária) e “crítica” do homem com o mundo, antes de ser elaborado conceitualmente. Genro Filho (1989) elaborou teoricamente o potencial revolucionário, e por que não dialético, do jornalismo através do conceito de singularidade, o que será abordado adiante.

2.2.1 Um momento dialético para o jornalismo

A história é um processo de integração do passado no presente, afirma Karel Kosik (1976, p. 150-151): “Neste sentido – diz – a realidade humana não é apenas produção do novo, mas também reprodução (crítica e dialética) do passado. A totalização é um processo de produção e reprodução, de reavivamento e rejuvenescimento”. Tal ideia representa a noção dialética de história e de conhecimento, que é processual. Quando a humanidade alcança formas superiores de desenvolvimento, conhecimentos mais avançados, isso não significa que o passado foi esvaziado ou esquecido. Quer dizer, apenas, que ele está se integrando ao novo. Em outros termos, isso significa que a relação entre *tese* e *antítese* – que produz a *síntese*, não é uma relação de anulação ou negação completa, mas de *suprassunção*⁵.

A síntese, portanto, resulta também de momentos da tese e da antítese que permanecem. A proposta que aqui se apresenta é refletir sobre o jornalismo com base nessas premissas dialéticas. O jornalismo já sofreu inúmeras transformações ao longo da história. Seu desenvolvimento foi um processo marcado tanto pela organização social e política das sociedades quanto pelo aparecimento de novos meios tecnológicos de difusão das informações. Costuma-se dizer, inclusive, que quando um novo meio de comunicação surge, ele não significa o fim do seu antecessor, apenas sua adaptação. O exemplo mais claro dessa situação talvez seja o surgimento da televisão, o que levou muitos a profetizarem o fim do rádio – um engano, já que o rádio existe até hoje, tendo, é claro, se adaptado aos novos cenários tecnológicos, culturais e sociais. Com o advento da internet, mais uma vez foi sinalizado o fim do rádio e, principalmente, dos jornais impressos. Esse pensamento, corroborado por fatos como a redução da circulação de versões impressas de alguns jornais dos Estados Unidos⁶, como o Times-Picayune, é um ponto de divergência significativo entre profissionais e pesquisadores em jornalismo.

O que se pretende analisar aqui diz respeito ao fato de que embora o jornalismo tenha se transformado radicalmente ao longo dos

⁵A palavra *suprassunção* foi utilizada por Paulo Meneses para traduzir a expressão alemã *Aufheben*, utilizada por Hegel em “A Fenomenologia do Espírito”. Sua tradução é tida como referência e segundo explicação de Moraes (2005) é a forma mais adequada de expressar o significado da expressão alemã, pois contém em si *supra*, que quer dizer elevar, ir além ou ultrapassar; *assumir*, que significa conservar ou manter para si e *sumir*, que indica negação ou desaparecimento.

⁶<http://knightcenter.utexas.edu/es/comment/reply/10278>

séculos, sendo praticado de modos distintos em diferentes países, deve haver algo que seja comum a todas essas práticas e que se mantenha de modo mais ou menos “essencial”, como jornalismo. Isso significa que, em uma análise mais radical, o jornalismo praticado na internet não possa ser analisado sem que se leve em conta o passado da atividade, sua história, suas estratégias de legitimação social; em síntese – a finalidade à qual o jornalismo tem correspondido de modo mais ou menos constante e que o torna uma atividade tão significativa em uma sociedade democrática, a ponto de muitos defenderem a sua autonomia enquanto campo científico.

Na tentativa de problematizar teoricamente as transformações do jornalismo na atualidade sem perder de vista aquilo que permanece da atividade, é que se propõe esse olhar via dialética: para compreender o jornalismo nesse processo de suprassunção, se tomarmos a situação atual como a síntese de momentos anteriores antagônicos: de um lado o jornalismo como pura e simples mercadoria – marcado por interesses econômicos; de outro, como articulador do espaço público, porta-voz da democracia e do interesse público. Esse também poderia ser o antagonismo interno do sistema do qual o jornalismo faz parte – o capitalismo. A questão seria, portanto, a contradição no modo como a atividade lida diariamente com seu processo de evolução e consolidação dentro de um sistema marcado por antagonismos. Ora propondo discursos de ruptura, ora convergindo para uma aceitação do *status quo*.

Neveu (2010) afirma que não é possível tentar compreender o jornalismo atual, enquanto profissão e know-how, “imerso em um turbilhão de mudanças”, sem considerar sua história e o estado atual de sua identidade. Não é possível, em outras palavras, profetizar sobre o futuro sem compreender o passado e o presente. Há um momento de tensão e redefinição das práticas jornalísticas que é impulsionado por diversas tendências contemporâneas que desafiam constantemente a atividade, ressalta Neveu. Nesse cenário, é ainda mais importante resgatar os aspectos que possam salvaguardar e consolidar a cultura e as habilidades específicas dos jornalistas.

eu gostaria de defender a possibilidade de identificar alguns caminhos e algumas estratégias para evitar o pior, para salvaguardar – sem mistificá-la – a definição do jornalista como alguém que coleciona fatos que não estão numa tela no seu escritório, como alguém que fala para as audiências que não sejam apenas consumidores,

mas também cidadãos, como alguém que mantém autonomia suficiente para praticar aptidões de um *verificador crítico das notícias*, e não a tarefa ambígua de lavar e passar como “notícias” as mensagens e os discursos das autoridades e das instituições poderosas. (NEVEU, 2010, p. 30-31).

O medo que Neveu (2010) deixa claro ter é que o jornalismo seja diluído dentro de um espaço marcado por “funcionários da informação”, que a instituição jornalística entre em colapso e que as notícias passem a existir e circular sem os jornalistas. O título de seu artigo já expressa bem esse temor: “As notícias sem jornalistas: uma ameaça real ou uma história de terror”. É neste cenário que se torna cada vez mais importante, para os jornalistas, reafirmar sua identidade, suas capacidades específicas e sua finalidade enquanto grupo profissional.

Há que se verificar, nesse processo, o que se mantém do jornalismo – enquanto campo profissional e acadêmico que vem tentando se consolidar e se definir – ao longo dos séculos e que se manterá com as transformações radicais que já ocorrem e que ainda estão por vir. É um exercício real do conceito de suprassunção hegeliano, extremamente útil para pensarmos o vir-a-ser do jornalismo. É nesse cenário de redefinição que a atividade pode reafirmar a sua identidade.

Neveu (2010) analisa o impacto causado pela internet no jornalismo e observa como alguns princípios básicos da profissão acabam sendo esquecidos, como por exemplo, a regra básica de verificar os fatos, afinal de contas muitos sites jornalísticos funcionam com base no recorte e colagem de notícias produzidas por outras fontes, “ou lavando e passando como `notícias` o comunicado de fontes institucionais ou interesses organizacionais”(NEVEU, 2010, p. 40).

Seguindo esse raciocínio, mas sem deixar de considerar os avanços proporcionados pelo ciberespaço, Neveu (2010) fala sobre a internet como um grande paradoxo: ao mesmo tempo possibilitando o acesso e a circulação de informações de um modo nunca antes visto e tornando a produção de notícias responsáveis e analíticas extremamente enfraquecidas.

Naturalmente, os jornalistas não estão impotentes ou cegos ao enfrentar estas ameaças e estes desafios. Eles conseguiram desenvolver uma nova

aptidão: desconstruindo e criticando os eventos-mídia, mas a sua imaginação e competência não podem modificar os fatos nus e crus. Há mais relações públicas e mais profissionais da comunicação e propaganda produzindo notícias, muito mais do que jornalistas, e aqueles têm a tendência de ter maiores orçamentos e mais tempo. (NEVEU, 2010, p. 35).

Quando as características específicas da profissão parecem se confundir com tantas outras práticas de difusão e produção de informações – que se multiplicam cada vez mais -, são justamente os elementos mais dialéticos que ressurgem para reafirmar o papel do jornalista: a apuração, a desconfiança, a capacidade crítica, a estratégia da dúvida constante, articulação das diferentes versões sobre um mesmo fato. De todas as perdas consideráveis apontadas por Neveu (2010), a falta de apuração é uma das principais.

Com um pensamento similar, Moretzsohn (2007) utiliza o conceito de suspensão de Lukács para reconhecer o papel do jornalismo como um mediador que é capaz de gerar momentos de atitude crítica em relação aos acontecimentos. Tal atitude se consolidaria através do questionamento, da dúvida, da verificação – o que acaba por resgatar, mais uma vez, a dimensão dialética da atividade. O jornalismo teria, mesmo diante de práticas e rotinas restritivas, um potencial dialético latente, ora mais, ora menos manifesto.

A relação entre o jornalista/jornalistas e seu público também se transforma significativamente com a internet. Uma estrutura bem mais descentralizada de produção e distribuição de informação passa a fazer parte da vida de muitos cidadãos. Estes, inclusive, começam a participar do processo, seja através dos comentários que fazem nas notícias dos jornais “oficiais”, seja criando seu próprio sistema “jornalístico” através de blogs, seja participando de ações colaborativas de produção da informação, como é o caso da *Wikipedia*. É neste cenário que Bruns (2011) identifica o aparecimento de uma nova função para o jornalista: a de *gatewatching*. A nova denominação flerta com a antiga: *gatekeeping* (desenvolvida por David White na década de 50). Enquanto o *gatekeeping* está relacionado à escassez de canais de notícia e, dentro desses canais, em uma escassez de espaço – não é possível tratar de todos os assuntos e portanto, eles precisam ser selecionados. (BRUNS, 2011). Com a internet, há um crescimento significativo do espaço disponível para as notícias e isso, segundo o autor, desafia a prática e o

conceito dos portões. O que aparece, então, é a prática de *gatematching*, que está focada muito mais na “republicação, divulgação, contextualização e *curation* do material existente em vez do desenvolvimento de conteúdo jornalístico substancialmente novo” (BRUNS, 2011, p. 126).

Neste cenário, o papel desempenhado pelo público e pelas audiências é muito relevante, pois contribui efetivamente com informações. Bruns (2011, p. 130-131), observa que

Se os recursos financeiros (e então, o número de funcionários) na indústria do jornalismo estiverem fadados a continuar o seu declínio, então será melhor que sejam levados a declinar de tal maneira que os aspectos mais cruciais do jornalismo profissional – ou seja, aquelas habilidades prática e práticas que forem menos substituíveis pelo trabalho voluntário dos jornalistas cidadãos – permaneçam mais fortemente isolados dos cortes de recurso e pessoal. Mas se os cortes forem inevitáveis, será melhor deixar que sejam feitos onde o trabalho dos jornalistas cidadãos fora da própria indústria puder compensar pelo menos uma boa parte destas perdas. Se a indústria do jornalismo tiver que encolher-se, em outras palavras, que se encolha retornando às suas práticas principais do jornalismo investigativo e da cobertura de qualidade; se o jornalismo cidadão expandir-se correspondentemente para fechar a brecha, que se expanda nas áreas em que já se sai bem: nos comentários e na *curation* de notícias.

A investigação e a apuração aparecem mais uma vez como aquilo que *deve* sobreviver do jornalismo, caso haja uma crise financeira que provoque o seu encolhimento, caso ajam sobre ele mudanças radicais que transformem as suas finalidades e sua relação com o público, como já vem ocorrendo.

O jornalismo, assim como todas as áreas, sofre transformações ao longo da história, diante de circunstâncias variadas. Num processo que se desenvolve a partir da negação e da superação, ao mesmo tempo em que se transforma, se preserva. Sendo a síntese constante do seu

passado, do seu presente, com vistas à finalidade que deverá cumprir no futuro. Viríssimo (2009, n.p) afirma, neste sentido, que o jornalismo “é uma prática em permanente transição, ao mesmo tempo em que preserva normas e técnicas que consolidam sua identidade profissional”. Desse modo, salienta, os métodos de coleta, busca e apuração de informações são aspectos fundamentais que dão legitimidade à profissão.

Fidalgo (2009) também procura compreender como o jornalismo vem se transformando na relação com a internet. O autor observa que há uma transformação da natureza da atividade e não somente de suas práticas. A mudança mais radical, no entanto, estaria relacionada ao fato de que as fronteiras do que é e do que não é jornalismo estão se tornando incertas. Neste cenário, o que está em “causa” é a sobrevivência do jornalismo como ele se desenvolveu a partir dos finais do século XVIII. A questão que se coloca, nesse sentido, é se o jornalismo seria uma forma obsoleta de informar? Ao abordar o jornalismo a partir do conceito de Otto Groth e das quatro características que esse autor define como essenciais para os jornais (a periodicidade, a universalidade, a atualidade e a publicidade), na relação com o online, Fidalgo defende que não: “o jornalismo online conhece menos limites que as formas tradicionais de jornalismo”, afirma (FIDALGO, 2009, p. 13).

Groth (2011) estabelece que o jornal é uma obra cultural e como tal, orientada para os homens, teleológica. Neste sentido, o que importa para a obra cultural é sua essência, o sentido atribuído a ela. Independente de como se materializa (jornal, rádio ou TV), a essência da obra jornal permaneceria a mesma. No entanto, a obra cultural também é uma ideia objetivada que ganha autonomia na medida em que se realiza. Portanto, é uma realidade ideal que se objetiva mais ou menos de acordo com as finalidades pré-estabelecidas. O jornalismo online, nesse caso, seria apenas uma materialização diferente, específica, de uma realidade ideal do jornalismo. A partir dessas premissas, Fidalgo (2004) procura demonstrar que o jornalismo online tem possibilidades de se aproximar mais da realidade ideal do jornalismo, mais do que o rádio, a TV ou o impresso. Tem condições para concretizar mais perfeitamente a ideia de jornal: ao ideal da periodicidade e da atualidade (que o jornal pudesse sair a todo o momento, ininterruptamente, com grau máximo de atualização), corresponde o contínuo informativo que se observa no jornalismo online. Ao ideal da universalidade (o jornal dar conta de tudo o que se passa, em todos os mundos objetivos dos leitores) corresponde o caráter ilimitado e sem fronteiras do jornalismo online.

Ao ideal da publicidade (o jornal deve ser acessível a todos) corresponde o fato de que o jornal online pode ser acessível a todos.

No entanto, é preciso relativizar a transposição dos conceitos elaborados por Groth (2011). Em um ambiente tomado por informações, que vem de todos os lados e lugares, faz falta uma espécie de “gestão” informativa, que seja capaz de articular o presente, de testar a veracidade das informações e de conseguir formular uma síntese de tudo o que acontece e que seja do interesse do leitor.

2.3 O jornalismo e seus pressupostos

Alguns autores dão pistas e apresentam ideias que podem auxiliar no movimento de definição de alguns pressupostos do jornalismo. Referem-se a aspectos que são centrais, sem os quais o jornalismo deixaria de ser o que é. Pereira Júnior (2006) é um dos autores mais atuais que faz esse esforço. Para ele, independentemente do suporte, das transformações ocasionadas pelas novas tecnologias, do interesse do público ou das determinações do mercado, há algumas características que definem o campo. Entre elas, encontra-se, segundo o autor, a relação simbiótica entre forma e conteúdo, entre procedimentos instrumentais e éticos. É dentro desta simbiose que está localizado o processo de apuração: ao mesmo tempo em que se caracteriza como um padrão técnico para toda a atividade jornalística, torna-se condição primordial para que seja praticada a ética. Em outras palavras, a falta de apuração ou uma apuração insuficiente, também compromete os preceitos éticos do jornalismo.

o ato de apurar e escrever na imprensa envolve tanto a retórica (ter o público como horizonte) quanto a ética (respeitar esse público e a realidade que se testemunhou para ele) e a técnica (exige que se trabalhe sobre o verificável). O produto do trabalho jornalístico é sempre uma combinatória. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 75).

Para o verbo *apurar* existem as seguintes definições no dicionário Aurélio (1999, p. 174): aperfeiçoar, esmerar, indagar, aguçar, conhecer ao certo. Segundo Pereira Júnior (2006), a apuração é a espinha dorsal do jornalismo. Aquilo que diferencia o trabalho jornalístico – que é, em

síntese, a produção de narrativas/discursos sobre o real e o verificável – e não uma obra de ficção. Enquanto obra cultural (GROTH, 2011), cumpre a finalidade (estabelecida pelos homens) de dizer sobre o mundo na medida em que ele acontece. Também para Nunes (2011), a base do bom jornalismo é a apuração. Esse processo permite aos profissionais fugir do que se conhece como “jornalismo declaratório”, ou seja, informações noticiadas com base apenas em fontes oficiais. “O que se busca hoje é um repórter que questione as fontes oficiais, que analise os dados e estatísticas que recebe e veja além dos números” (NUNES, 2011, p. 25-26).

A apuração jornalística envolve uma postura cética do profissional. Como também ocorre na pesquisa. É preciso estar atento com relação às evidências, evitar a ingenuidade e conseguir entender o que está por trás de tudo aquilo que *aparece*. É um esforço dialético de vigilância, crítica e investigação para que se possa ir além das aparências. Abramo (1998 apud VIRISSIMO, 2009, n.p) salienta esta questão: “O jornalista deve ter uma atitude cética diante das coisas, deve duvidar, às vezes, do que ouve e do que vê, não pode encarar as coisas de maneira simples, pois elas nunca são apenas como se apresentam, são mais complexas”.

Influenciada por alguns constrangimentos técnicos e “políticos”, a apuração nem sempre dá conta de aprofundar determinadas questões. Fatores como o tempo, por exemplo, impedem que os jornalistas analisem a fundo determinadas questões. Em um relato sobre seu trabalho investigativo no jornal *O Globo* (Rio de Janeiro), a jornalista Angelina Nunes (informação verbal)⁷ conta, por exemplo, que a equipe do periódico precisava de um mês para investigar a relação do uso de agrotóxicos com o aumento da mortalidade por câncer, no Rio de Janeiro. Os jornalistas, no entanto, tiveram apenas 12 dias para produzir a série. Mesmo assim, a investigação foi feita e obteve resultados surpreendentes. Os dados levantados através do cruzamento de informações oficiais sobre a produção agrícola e a taxa de mortalidade por câncer no estado foram posteriormente utilizados pela Fundação Oswaldo Cruz para compreender a problemática da utilização desordenada de agrotóxicos no RJ. O processo revela como o jornalismo pode ser uma forma de produção social de conhecimento, com origem nas contradições que atingem diretamente a vida do público e que se

⁷ Curso sobre Metodologia da Reportagem ministrado na Universidade Federal de Santa Catarina no dia 29 de junho de 2012.

materializa por meio de um relato singular. É relevante observar como a apuração jornalística é importante para tornar visíveis questões que muitas vezes permanecem escondidas e não chegam ao alcance do público.

A notícia e a reportagem, neste sentido, não se mostram apenas como um “reflexo” daquilo que acontece. Não é uma tarefa que envolve apenas a descrição, por parte do jornalista, sobre o fato ocorrido. É, por outro lado, uma construção feita a partir da investigação apurada, da observação, da pesquisa, da verificação de informações. Nasce também a partir de uma pergunta, da desconfiança, da percepção de uma contradição, de um conflito. A apuração jornalística se aproxima, em alguns aspectos, da investigação e da pesquisa científica. Ao propor um exercício de aproximação da prática científica com a prática jornalística, Becerra (2011) assinala, em primeiro lugar, que ambos se tratam de um trabalho cuja base é o diagnóstico, a argumentação, a demonstração e a interpretação.

A investigação parte do ensaio de respostas para as perguntas que se formulam sobre um objeto ou um processo. Obviamente, nem todas as perguntas são pontos de partida para a investigação, nem todas originam investigação jornalística ou científica. Mas há perguntas que fazem isso. (BECERRA, 2011, p. 102, tradução nossa).

A estratégia que geralmente origina uma pergunta de investigação é colocar duas ou mais variáveis em conflito (BECERRA, 2011). Ao transpor tal consideração para o jornalismo, é possível observar que muitas notícias ou reportagens nascem a partir desse processo, como é o caso da série do jornal *O Globo* sobre agrotóxicos, à qual se fez referência anteriormente. Ao jornalista, portanto, não cabe apenas observar a aparência dos fatos e reproduzir o que vê fielmente nos jornais, programas de rádio ou TV. Seu esforço também está relacionado ao processo de investigação e de descoberta de contradições da realidade. O exemplo trazido por Becerra (2011) é elucidativo:

Se vivêssemos em um país onde a propriedade dos meios de comunicação fosse transparente, então, conhecer – através de uma simples consulta a um sítio de acesso público – os principais acionistas, não seria realmente fazer investigação. Setrata

simplesmente de uma ação, uma busca no computador e lá está a informação disponível. Sabemos que, na América Latina, isso não acontece. Os donos dos meios de comunicação, que são muito ativos para exigir dos poderes políticos, sindical e, em menor medida, econômico, que sejam transparentes, eles mesmos como setor institucionalizado que produz e distribui massivamente informações e entretenimentos, não são transparentes. (BECERRA, 2011, p. 103).

A questão poderia se transformar em um problema de investigação científica ou jornalística, assim como tantas outras que são “opacas”, ou seja, não transparentes. O exemplo de Becerra revela como os sistemas democráticos são repletos de processos não esclarecidos e que tornam necessária a investigação jornalística e científica. Entender os mecanismos que controlam as concessões públicas de TV, ou quem são os donos dos meios de comunicação na América Latina e, mais especificamente, porque não fornecem informações sobre si mesmos, são questões importantíssimas para compreender como a informação circula nestas sociedades. Justamente por ser uma relação obscurecida e aparental, a investigação se torna necessária. Mas os constrangimentos óbvios nesse caso, como a própria concentração dos meios de comunicação e os interesses econômicos por trás destas corporações, fazem com que uma apuração deste tipo fique de lado. Ao mesmo tempo em que o jornalismo se sustenta como arsenal democrático, nestes casos, também está inserido em um sistema que precisa esconder seus mecanismos para sobreviver. O exemplo lembra muito a noção dialética de pseudoconcreticidade trabalhada por Kosik (1976).

Relacionada ao conceito de alienação, a ideia de pseudoconcreticidade ou mundo das aparências revela que a maioria dos sujeitos vive cotidianamente sem levar em conta as contradições que estão por trás dos processos aparentes. O exemplo mais claro está na troca de mercadorias. Se vendem e se compram milhares de objetos cotidianamente, mas esta prática do dia-a-dia, que é alienada, não faz referência alguma a toda a relação social que está por trás deste processo: a compra e a venda da força de trabalho e, ainda mais profundamente, a mais valia. Ao vender sua força de trabalho, os sujeitos não estão fazendo outra coisa se não vender o tempo de sua vida. Kosik (1976) faz referência à Karl Marx para quem aqueles que

determinam as condições sociais, o mundo dos fenômenos desconectados de suas razões mais profundas é o mundo ideal.

Naquilo que é intimamente contraditório, nada veem de misterioso; e seu julgamento não se escandaliza nem um pouco diante da inversão do racional e do irracional [...] Nesta práxis se forma tanto o determinado ambiente material do indivíduo histórico, quanto a atmosfera espiritual em que a aparência superficial da realidade é fixada como o mundo da pretensa intimidade, da confiança e da familiaridade em que o homem se move “naturalmente” e com que tem de se avir na vida cotidiana. (KOSIK, 1976, p. 14).

É neste aspecto que o jornalismo vive sua própria contradição: ao mesmo tempo em que busca servir ao esclarecimento – o que, segundo Kant⁸, permitiria aos sujeitos viverem com verdadeira autonomia – não tem condições de se desvincular totalmente do mundo da pseudoconcreticidade em função de suas características específicas enquanto prática profissional. A apuração coloca-se, desse modo, como o método mais típico e como estratégia mais crítica do jornalismo, na tentativa de buscar os antagonismos que se refletem mais diretamente na vida dos sujeitos, condicionando-a cotidianamente. É com vistas a este objetivo que muitas notícias e reportagens são produzidas. É para trazer à tona processos e mecanismos nos quais o racional e o irracional, o ético e o antiético e o legal e o ilegal coexistem e se confrontam.

Parece ser nesse sentido que Moretzsohn (2007) se refere ao jornalismo que trabalha contra os fatos. Esta ideia não quer dizer que o jornalismo deva eliminar os fatos do seu horizonte enquanto prática profissional e adotar apenas a discussão de grandes contradições. Nem tampouco representa uma negação da objetividade dos fatos ou uma proposta de indistinção entre aparência e essência. Os acontecimentos e os fatos são justamente aquilo que servem de base e dão sentido ao jornalismo. São eles que revelam, pela singularidade, os problemas de ordem particular ou universal.

⁸Immanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão, para quem a consciência dos sujeitos interfere ativamente no processo de conhecimento.

Pensar contra os fatos não é desconsiderá-los na sua objetividade, mas apreende-os em sua complexidade, contrariando o processo de naturalização que nos faz aceitá-los sem considerá-los, pois é essa inconformidade em aceitar o mundo 'tal qual é' que conduz à formulação de perspectivas capazes de modificá-lo. Isso não é nada mais que a recuperação de uma velha concepção da dialética, segundo a qual é a negatividade que move a história. (MORETZSOHN, 2007, p. 25).

Os acontecimentos que irrompem aparecem como fenômenos, mas eles têm uma ligação com as estruturas mais profundas da organização social. Se for possível pensar em uma escala entre aparência e essência, o jornalismo vai até certo limite na tentativa de expor as contradições que ocorrem. Talvez a maioria das contradições que ele mostra fiquem num plano pseudoconcreto. Mas o que ele faz já é extremamente relevante na medida em que expõe para a sociedade os problemas que ela enfrenta, os antagonismos que a compõem e até mesmo suas irracionalidades. Isso serve, e muito, para que as pessoas possam compreender esses processos, ainda que superficialmente, e entender que elas podem interferir no curso da história. Assim como o mundo da pseudoconcreticidade é marcado pelo jogo entre a verdade e o engano (KOSIK, 1976), o jornalismo se insere nesse mundo como uma fronteira entre a luz e a sombra (MORETZSOHN, 2007).

2.3.1 Para além do fenômeno, o jornalismo analisa dados: um caso investigativo do Jornal O Globo (RJ)

A matéria publicada no dia 03 de junho de 2012, na editoria Rio, do jornal *O Globo*, trata da relação entre o uso de agrotóxicos e os altos índices de mortalidade por câncer e suicídio em algumas regiões agrícolas do Estado do Rio de Janeiro. Os repórteres Carla Rocha, Fábio Vasconcellos e Natanael Damasceno cruzaram dados do Datasus e do IBGE e descobriram que as três regiões com maiores índices de mortalidade coincidem com aquelas onde há maior produção de tomate. Segundo a matéria, o tomate é uma das principais culturas do Estado e apresenta alto índice de resíduos tóxicos. Todas essas informações constam resumidamente, já na linha de apoio e em detalhes, no terceiro

parágrafo. Compõem o lead da matéria, apresentando aquilo que a reportagem trás de novidade. A matéria ocupa uma página do formato *standard*.

Mas a notícia começa com o relato detalhado, ainda mais singular, sobre a história de um dos entrevistados, José de Andrade, de 77 anos, que é agricultor desde os 15 e teve o dedo amputado em função de lesões na pele. “As lesões vermelhas no rosto, que vez ou outra se espalhavam para braços e pernas, não o fizeram parar de roçar a lavoura. Era seu ofício desde os 15 anos, de sol a sol” – com essas duas frases é que o texto inicia.



Figura 1

Questionada sobre a estrutura do texto apresentado, e sobre o fato de o *lead* estar localizado no terceiro parágrafo e não no início, como é o habitual, a jornalista responsável pela editoria Rio, Angelina Nunes, afirma que é uma estratégia para prender a atenção do leitor. “Se iniciássemos o texto com o *lead* tradicional, cheio de números, ninguém ia dar continuidade a leitura”, observou. Poderia ser um caso de sensacionalismo, pois como explica Genro Filho (1989), é a extrema singularidade que o provoca. Mas a história de José de Andrade, narrada na abertura da notícia sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos, é,

como afirmou Angelina Nunes, retórica com informação. Os detalhes expostos sobre a vida do “personagem” são apenas, nesse caso, um bom exemplo sobre o problema que a notícia pretende retratar – uma grande contradição, na verdade. Um das informações dadas pelo agricultor é de que ele tinha pouca instrução e, por isso, na maioria das vezes não entendia o que os rótulos dos agrotóxicos explicavam sobre a segurança na sua utilização. Assim, ele passou a vida inteira mexendo com o produto tóxico sem nenhum tipo de proteção.

O tema da notícia - uso de agrotóxicos de forma insegura e indiscriminada (em regiões de grande produção agrícola) e sua relação com o número de mortes por câncer e suicídio no Rio de Janeiro – já traz muitos indícios sobre a presença de contradições sociais que podem ser expressas através do jornalismo. Contradições, essas, que fazem parte de um complexo processo e alimentam as bases da controvérsia. Neste caso, é expressa por uma abordagem que foge do tom simplista ao falar do tema, já tratado tantas vezes. Especialmente quando, em um de seus subtítulos, revela que o mercado do agrotóxico no Brasil movimentava sete bilhões de dólares, sendo o maior consumidor de venenos agrícolas do mundo.

Além de José de Andrade, a reportagem ouviu outras cinco fontes. Uma agricultora que também nunca usou proteção durante a aplicação de agrotóxicos e perdeu o irmão, que morreu aos 37 anos em função de um câncer no cérebro. Ela se chama Maria José Rodrigues. Também foi ouvido pela reportagem Armando Mayer – Diretor do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e estudioso do assunto. Ele se referiu ao poder econômico e político do agronegócio no país e afirmou que o agricultor não é culpado por essa situação, mas o governo. Em pesquisas realizadas em 2003, o professor e sua equipe constataram o risco maior de morte por câncer no esôfago e estômago entre agricultores da Região Serrana do Rio, em comparação com agricultores de Porto Alegre (RS). Os dados indicaram que, dependendo da idade, os agricultores do RJ chegava a ter 300% a mais de risco de morte. “Os primeiros passos que tornaram o Brasil um jogador pesado do agronegócio foram dados nos anos 70, quando um decreto do governo determinou que uma parte do financiamento agrícola deveria ir para a compra desse tipo de insumo”, observou.

Já o professor do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Unicamp, Ângelo Trapé, afirmou que os dados obtidos pelo jornal não são relevantes, na medida em que não demonstram uma correlação real. Disse que não há estudos clínicos que comprovem a influência dos

agrotóxicos no aumento dos riscos de doenças cancerígenas. Gerente Geral de Toxicologia da Anvisa, Luiz Cláudio Meirelles disse aos repórteres que há uma preocupação com essa relação. “Há alguma coisa que acontece nessas áreas do interior para registrar taxas de câncer acima da média”, disse. Ubirani Otero, responsável pelo Departamento de Vigilância do Câncer Relacionado ao Trabalho e ao Ambiente, do Instituto Nacional do Câncer, também foi ouvido. Segundo ele, há um silêncio epidemiológico que precisa ser vencido. Os profissionais de saúde atendem pacientes com câncer e não perguntam com o que e onde eles trabalham.

Médico da Família há oito anos na região de Vargem Alta, uma das localidades investigadas, Breno Braga já fez ligações entre as mortes e o uso de agrotóxicos. É a sua declaração que encerra a matéria: “É muito difícil estabelecer uma relação de causa e efeito, mas a localidade registra muitos casos de depressão e suicídio, que impressionam porque atingem jovens entre 20 e 30 anos. É muito comum eles beberem o próprio agrotóxico”, afirma Braga.

De todas as fontes ouvidas, duas exemplificam a questão. Uma acha que a relação entre mortalidade e uso de venenos agrícolas não faz sentido e as demais, todas, demonstram preocupação com o problema. São fontes que entendem do assunto e, apresentam, ainda assim, “verdades” distintas. Há vontades de verdade que entram em jogo: primeiro, é claro, a do próprio jornal, que procura demonstrar a pertinência da relação através de um trabalho que é investigativo e, ao mesmo tempo, de argumentação. Isso fica mais ou menos explícito, pois há outra matéria na mesma edição que mostra casos de agricultores usando agrotóxico sem nenhum tipo de proteção. “É preguiça mesmo. Tenho a roupa, mas é quente e incômoda”. Esse é o título da segunda matéria da edição sobre o assunto. Nessa, foi também ouvida a Associação Nacional de Defesa Vegetal. Obviamente, os fabricantes não aceitam a correlação entre agrotóxicos e câncer. Mais uma vontade de verdade em jogo.

Essa outra matéria começa no mesmo estilo da anterior, com o relato singular da experiência de uma agricultora que passa pulverizantes na lavoura de salsa sem a roupa de proteção adequada. É dela a frase que dá título à página. Elane de Freitas da Silva, de 42 anos, ao contrário do personagem da matéria anterior, não sofreu ou sofre qualquer problema de saúde, apesar de já ter sido advertida por técnicos da Emater sobre os cuidados necessários.



Figura 2

Nesse caso, também foi ouvida a Titular da Primeira Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo de Teresópolis, Ana Helena Malhães Miranda, que há 10 anos está tratando desse problema. Segundo ela, os rótulos dos produtos são de difícil entendimento para o agricultor. A reportagem também ouviu um agricultor internado com câncer de próstata, que afirma nunca ter utilizado agrotóxicos. Apenas o “mata mato”, que acredita ser inofensivo. Em sequência, a matéria explica qual a classificação dos agrotóxicos. Por último, ouve a médica Carla Ismael, Presidente da Sociedade Franco-Brasileira de Oncologia Médica, que estuda há 30 anos a evolução da doença em Petrópolis. Segundo ela, o contato com os produtos tóxicos podem ter um efeito altamente cancerígeno. Um quadro explicativo sobre os efeitos da contaminação completa a página. Foram mais cinco fontes ouvidas, representando médicos, usuários e fabricantes de agrotóxicos.

A matéria em questão traz algo novo, sem dúvida. E o traz com base em um trabalho investigativo, com muita apuração. Isso fica bastante nítido pela própria estratégia utilizada – cruzar bancos de dados. Dada essa etapa, de descoberta de uma “aproximação” entre duas variáveis distintas, os jornalistas vão para as regiões apontadas como mais “problemáticas” para observar o que acontece por lá. Encontram quatro casos de agricultores. Dois que corroboram os dados levantados, uma que contradiz a questão, pois utiliza agrotóxico e não tem doença alguma e outro que, mesmo doente, afirma não ter utilizado o produto. As duas matérias publicadas na edição do dia 03 de junho sobre o assunto dão mais destaque aos dois casos que confirmam a estatística. Isso, sem dúvida, sugere uma “universalidade” implícita dos jornalistas, que está relacionada à preocupação com o uso de agrotóxicos e a tentativa de confirmação do problema.

Ainda assim, são ouvidas outras oito fontes: médicos, pesquisadores e fabricantes. Diversos valores entram em jogo neste ponto. Os fabricantes, obviamente, negam a correlação. E mais: dizem não admitir que tal prospecção seja feita. De todas as outras fontes, apenas uma não acredita no levantamento feito pelo jornal *O Globo*. Os dois médicos entrevistados, próximos da realidade daqueles agricultores, confirmam que há uma relação preocupante, apesar de não existirem estudos que confirmem a questão. A maioria das fontes, portanto, está de acordo com a “universalidade” implícita que a matéria apresenta, ou seja, de que os agrotóxicos podem causar doenças cancerígenas, ainda mais se utilizados em condições inadequadas.

A abertura de sentido proporcionada pelas matérias em questão, no entanto, parece ser relevante. É possível tirar do texto inúmeras possibilidades de interpretação, que estarão, no entanto, ligadas diretamente à experiência do leitor. Para quem, por exemplo, tiver um caso na família que corresponda à problemática exposta – alguém que morreu de câncer depois de ter utilizado agrotóxicos a vida inteira – a matéria vai fazer todo o sentido, assim como está exposta. No entanto, inúmeras controvérsias podem surgir a partir do texto, pois existem muitas “verdades” em jogo, se contradizendo.

Porém, entre a tese (agrotóxicos são cancerígenos) e a antítese (não são), a notícia produz uma síntese que se direciona claramente para a confirmação da tese, sem deixar de considerar as ressalvas da antítese, ou seja, sem deixar de perceber que é necessário maior investigação sobre o assunto. Acima de tudo, maior cuidado com a utilização de

produtos tóxicos nas lavouras. Entre ter e não ter certeza sobre as influências dessa utilização, é melhor prevenir.

A grande contradição que fica evidente, no entanto, é que ao produzirem alimentos, tão necessários para a manutenção da vida, os agricultores estão eles próprios “se matando”, por uma necessidade de produzir mais, diante a concorrência com a agroindústria. O fazem “ironicamente” por sobrevivência. Em nenhum momento a matéria se refere diretamente a isso, mas tratam-se, fica evidente, de pequenos e médios agricultores.

Os dados levantados pelo jornal *O Globo* serão utilizados pela Fundação Oswaldo Cruz, o que demonstra, acima de tudo, como o jornalismo pode ser uma forma de produção social de conhecimento, diretamente relacionada à vida prática dos sujeitos, propondo questionamentos sobre costumes naturalizados que os cercam. A partir de um enquadramento singular, marcado pela narração de experiências pessoais, por números inéditos, a notícia se abre para uma série de outros questionamentos, hipóteses e possíveis respostas. Pode revelar algo novo, para tensionar o que já está dado. Pode apresentar, a partir da investigação e apuração cuidadosa, um jornalismo com potencial crítico, que desnatura os fatos e se propõe dialético, seja do ponto de vista da forma (através da investigação, ao confrontar visões), seja do ponto de vista da essência, ao trazer à tona contradições sociais que, apenas do ponto de vista do fenômeno, da aparência, não podem ser explicadas, nem compreendidas a fundo. Ao trazer à tona uma controvérsia, a matéria em questão se aproxima do campo dialético, seja no conteúdo expresso – que manifesta contradições sociais latentes; seja na forma como constrói o discurso, apresentando “verdades” diferentes e até mesmo antagônicas.

3 JORNALISMO E DIALÉTICA: UMA INTERSECÇÃO EPISTEMOLÓGICA

“Os homens fazem a sua história, mas não em circunstâncias por eles escolhidas”
(Karl Marx)

Ao propor uma intersecção epistemológica entre o jornalismo e a dialética este capítulo pretende realizar um esforço teórico que envolve o conceito “clássico” do termo *intersecção*, oriundo da geometria: o ponto onde se cruzam duas linhas ou superfícies. E, ao mesmo tempo, tendo consciência de que dialética e jornalismo são dois conceitos de natureza distinta: o primeiro é um paradigma filosófico e o segundo uma obra cultural (GROTH, 2011), uma instituição social (FRANCISCATO, 2003) ou um campo profissional e acadêmico (BOURDIEU, 2005), o que se pretende, de fato, é investigar em que pontos o jornalismo é atravessado pela dialética, ou ainda, sistematizar as abordagens dialéticas sobre o jornalismo.

Para dar conta deste objetivo, o capítulo aborda a relação entre jornalismo e acontecimento, este último entendido como aquilo que dá início ao processo de produção da notícia sendo, portanto, sua matéria prima. Os conceitos trabalhados em torno do acontecimento, especialmente com Queré (2005), Rodrigues (1999), Alsina (2009), Henn (2011) e Berger e Tavares (2011) estão entrelaçados pela perspectiva do acontecimento ligado à noção de ruptura, desestabilização e singularidade, o que permite associar essa ideia com outra (trabalhada na terceira parte do capítulo): a de que a essência do jornalismo poder ser “o novo”, que aparece quando houver um enquadramento singular sobre o acontecimento – o que é uma construção tipicamente jornalística. Por isso, nas palavras de Genro Filho (1989), o jornalismo seria uma forma peculiar de conhecimento: “a realidade transbordando do conceito” é a frase que melhor sintetiza a aproximação possível entre a noção de acontecimento (ruptura) e singularidade. Por último, trata-se de debater a relação entre o jornalismo e a práxis – conceito central da dialética marxista, para refletir sobre qual o papel que esse acontecimento transformado em acontecimento jornalístico cumpre na vida dos sujeitos e qual a relação

possível (dialógica) que pode haver entre o mundo do texto e o mundo do leitor (RICOEUR, 1994).

3.1 Jornalismo e acontecimento: o novo como ruptura

Entre as referências mais recorrentes no estudo sobre o acontecimento do ponto de vista jornalístico, encontra-se a ideia de Queré, para quem o acontecimento é dotado de um poder hermenêutico, ou seja, é, ele próprio, portador e criador de sentido. “Abre um horizonte de sentido, em particular introduzindo novas possibilidades interpretativas, concernentes tanto ao passado como ao presente e ao futuro” (QUERÉ, 2005, p. 16). Nas palavras de Rodrigues (1999), o acontecimento é o que irrompe – e portanto, de certa forma desestabiliza – a superfície lisa da história (RODRIGUES, 1999). Henn (2010), nesta perspectiva, avalia que o acontecimento tem um poder inaugural, armazenando dentro de si, sua própria possibilidade de sentido. Partindo de uma visão sistêmica, Alsina (2009) entende o acontecimento como aquilo que rompe com a norma de um ecossistema.

Tais reflexões levam à distinção, necessária, entre dois *status* do acontecimento: de um lado como acontecimento “ontológico” – a realidade que transborda o conceito, na visão de Genro Filho (1989), de outro como o processo de “acomodação”, semiotização, textualização – enfim, de atribuição de sentido e de nexos para o acontecimento. É este o processo que transforma, por exemplo, o acontecimento em acontecimento jornalístico – este último, com regras próprias de transformação, elaboração e construção. O jornalismo é, assim, um dos lugares onde o acontecimento se transforma em texto (SILVA; PONTES, 2010).

Para que se possa compreender com mais clareza o processo de transformação do acontecimento em acontecimento jornalístico e então, posteriormente, observar as relações que estes dois conceitos estabelecem com o conceito de singularidade e de emergência do novo, é necessário, primeiro, tratar do acontecimento em seu sentido “ontológico”, para depois passar ao seu sentido “discursivo”.

Para Queré (2005), os acontecimentos podem ser esperados e em certa medida, previsíveis – o que ocorre quando são provocados pelos sujeitos, com objetivos e finalidades. Os acontecimentos inesperados, no entanto, são os mais importantes, na medida em que introduzem uma

descontinuidade. Através das reflexões de Mead⁹, assinala que os acontecimentos – da ordem do inesperado – não são, nunca, inteiramente condicionados por aquilo que os provocou ou tornou possível. Desse modo, não podem ser simplesmente inscritos num contexto de causas ou nexos, pois não são unicamente “o fim onde culmina tudo o que o precedeu” (ARENDR, 1980 apud QUERÉ, 2005, p. 03).

Assim que a ruptura se manifesta – ou seja, um acontecimento imprevisível – a tendência é que seja restaurada a continuidade, que seja ligado a uma ordem coerente de explicações que o relacionam a um passado, do qual ele é um ponto de chegada. Do mesmo modo é inserido em um contexto coerente. No entanto, para Mead, citado por Queré, esse passado e esse contexto não preexistem ao acontecimento. Age-se, por assim dizer, como profetas virados para o passado, com a finalidade de encaixar o acontecimento – a ruptura – à ordem, atribuindo-lhe um passado, um contexto e um sentido. “É, então, o acontecimento que torna compreensível o seu passado e o seu contexto, em função do sentido novo cujo surgimento ele provocou”, explica Queré (2010, p. 06). A noção de Mead (1964 apud QUERÉ, 2005, p. 05), ao afirmar que “se o novo emerge, não pode haver aí uma história da continuidade da qual ele seja integrante”, ajuda a compreender o acontecimento a partir de seu caráter “ontológico” que se mostra para além dos modelos explicativos e da ordem já instaurada – o ontológico sempre à frente do epistemológico.

O acontecimento, portanto, tem um poder de revelação. Ele “dá o tempo a ver-se”, conforme Queré (2005, p. 17). Nas palavras de Henn (2010), se por um lado ele pode ser explicado por causas, por outro, faz compreender as coisas.

O acontecimento, desta forma, configura-se como fenômeno revelador: ele emerge como um fenômeno que cria condições renovadas de interpretação da realidade circundante e do campo problemático no qual ele toma forma. Ao adicionar novos quadros de sentido, o acontecimento ilumina diferentemente uma situação e alarga o horizonte dos possíveis. É nesse sentido que se pode dizer que ele é dotado

⁹ George H. Mead (1863 – 1931), filósofo, sociólogo e psicólogo estadunidense. Autor de livros como “A Psicologia do Presente” e “A Filosofia do Ato”.

de um poder hermenêutico. (FRANÇA; ALMEIDA, 2008 apud HENN, 2010, p. 78).

Ao embasar-se nas reflexões de Deleuze, Henn (2010) aponta que nunca é possível apreender as coisas quando elas acontecem, elas são sempre traduzidas em linguagem. Nesse sentido, o acontecimento, ao mesmo tempo em que é linguagem, transcende-a. Em outras palavras, ao acontecimento será atribuído um sentido, em detrimento de outros. A linguagem, por sua natureza, irá cercar o acontecimento de um número de significados possíveis – num processo que necessariamente exclui uma gama de outros sentidos.

Ao mesmo tempo em que o acontecimento é singularidade, é o que irrompe e desestabiliza a “aparente” ordem natural e estável do mundo, ele é acomodado (HENN, 2010), encaixado aos esquemas de sentido pré-existentes. Há, de uma certa forma, uma institucionalização do acontecimento e uma acomodação a partir de certos sentidos atribuídos a ele, que automaticamente exclui todas as outras possíveis interpretações; “O jornalismo age exatamente no sentido de atenuar a singularidade sistêmica do acontecimento para colocá-lo em uma perspectiva de ordem, o acontecimento como que se dissolve na experiência ordinária [...]” (HENN, 2010, p. 92), no *sensu comum*.

Através do entendimento de Alsina (2009), é possível compreender o conflito que opera no jornalismo ao passo em que ele transforma o acontecimento em acontecimento jornalístico. O autor parte de uma perspectiva um pouco mais radical, ao afirmar que o jornalismo, enquanto sistema com suas próprias normas, tende a controlar o acontecimento/enquadrar os acontecimentos. “O controle vai pressupor aplicar ao conhecimento um determinado marco. Em último caso, a forma mais clara de imposição do determinismo do sistema acontece quando o acontecimento fica simplesmente excluído” (ALSINA, 2009, p. 135). Existem, no entanto, acontecimentos que conseguem se impor ao sistema da mídia – exemplos são variados: um atentado terrorista é o mais emblemático de todos. Eis o conflito: o jornalismo seria um sistema que trabalha substancialmente com um “material” que é capaz de promover rupturas e revelar campos problemáticos, mas tende a “enquadrar” essa essência quase “revolucionária” a partir de lógicas internas que o fazem funcionar, mediando o novo enquanto uma instituição comunicativa.

Em outras palavras, é como se o jornalismo esperasse o conflito – o acontecimento – porque é dele que sobrevive e quando ele acontece, imediatamente recoloca-o na “superfície lisa da história”. Uma reflexão,

talvez um pouco exagerada, é interessante apenas para que se possa avaliar a dimensão que essa discussão já tomou em outros momentos:

Os poderes instituídos e as religiões estabelecidas tendem a eliminar a novidade, a reduzir seu poder de corrosão, a digeri-lo através do ritual. Todas as sociedades estabelecidas procuram se perpetuar através de um sistema de notícias que tem como única finalidade negar o acontecimento, pois o acontecimento seria justamente a ruptura que colocaria em xeque o equilíbrio sobre o qual elas se fundamentam. Da mesma forma que a verdade, o acontecimento é sempre revolucionário. (NORA, 1972 apud ALSINA, 2009, p. 119)

Ao elaborar teoricamente as possíveis aproximações entre jornalismo e arte, Daisi Vogel (2010), afirma que o acontecimento – seja apreendido pela arte ou pelo jornalismo – *se singulariza ao se transformar em registro cultural*. A autora considera estas duas formas de apreensão como séries particularizadas de procedimentos culturais que conferem uma nova materialidade ao acontecimento – a do registro, do texto. “Ocorre, pois, uma fixação do acontecimento, na medida em que é apreendido na rede cultural dos sentidos, o que aponta para um primeiro problema filosófico, o de haver anterioridade no acontecimento, quer dizer, se ele é ou poderia ser anterior a sua percepção e fixação, ou se é a fixação que o constitui” (VOGEL, 2010, p. 65-66).

Ainda nesta direção, Deleuze afirma que apenas a arte, e não o discurso jornalístico ou midiático é capaz de apreender o acontecimento. Isso porque a arte é, “por uma quase vocação, um lugar de instabilidade ou, melhor dizendo, de desestabilização dos discursos”. Em outro sentido, mas não discordante, porque a arte está ligada ao plano das imagens, sejam visuais, mentais ou verbais, cuja lógica é radicalmente diferente da linguagem verbal.

Sobre o processo de “fixação” do acontecimento através da linguagem – ou, em outras palavras, processo de atribuição de sentido ao acontecimento e sua transformação em acontecimento jornalístico – é oportuno lembrar que, na perspectiva teórica acima exposta, o acontecimento tem uma força que lhe é própria – uma força objetiva – que não pode ser negada no momento de sua textualização. Ao ser narrado, o acontecimento é reconstruído pela linguagem. É, também,

neste momento em que seu poder hermenêutico é limitado, constrangido.

A noção de acontecimento e sua transformação em “acontecimento jornalístico” remete a uma discussão sobre a fenomenologia. Segundo Mora (2001), existem outras duas posições capitais que distinguem as formas de conhecer, de um lado tomando como perspectiva o sujeito e de outro, o objeto. A primeira seria o idealismo e a segunda o realismo. Em síntese, no idealismo, o conhecimento vem das ideias da consciência para as coisas. No realismo, opera o contrário, o conhecimento vai dos objetos à consciência. Como síntese destas duas concepções, Mora descreve a fenomenologia, “que reconhece a necessidade do sujeito e do objeto sem precisar em que consiste cada um deles, ou seja, sem se deter em averiguar a natureza de cada um deles ou de qualquer suposta realidade anterior a eles ou consistente na fusão deles” (2001, p. 120). Assim, a fenomenologia do conhecimento entende que o sujeito apreende o objeto, e esse apreender nada mais é do que representar. Quando o sujeito consegue representar o objeto em coerência com o que ele é, tem-se um conhecimento verdadeiro. Quando não consegue, tem-se um conhecimento falso. Neste caso, o objeto se divide em dois: o que é de fato e o que é representado pelos sujeitos.

Aprofundar a relação entre fenomenologia e dialética seria frutífero neste momento, mas há, de fato, uma inviabilidade teórica: esta é uma discussão muito densa. O que é necessário dizer, de momento, é que a diferença fundamental entre as duas concepções de mundo é que enquanto a primeira acredita apenas na existência dos fenômenos (que podem ser apreendidos pelos sentidos), a segunda pondera que a verdadeira descoberta da realidade vai além dos fenômenos e deve encontrar a essência.

Seguindo o raciocínio de Sponholz (2009), o conhecimento sobre algo é possível, e resulta de um jogo entre sujeito e objeto. “Neste sentido, o resultado de um processo de conhecimento não é nem espelhamento, nem invenção ou construção, mas sim uma *reconstrução* da realidade” (BENTELE, 1993 apud SPONHOLZ, 2009, p. 19). Neste sentido, o processo de transformação do acontecimento em acontecimento jornalístico poderia ser entendido como um processo de reconstrução, onde estão em jogo diversas forças, que ora convergem, ora divergem. É a partir dos conceitos de *realidade social* e *realidade midiática*, que Sponholz desenvolve a noção de objetividade em

jornalismo. Esta, portanto, deve ser compreendida como a adequação da representação (realidade midiática) à realidade (social).

Objetividade como uma característica da relação entre realidades midiática e social pressupõe a existência de uma realidade primária, de um mundo exterior que não depende de um sujeito conhecedor para existir. O estabelecimento de uma correspondência entre ambas as realidades pressupõe não somente a existência, como também o acesso à realidade primária. (SPONHOLZ, 2009, p. 19).

Ao tratar do acontecimento a partir das categorias fenomenológicas de Peirce, Henn (2010) refere-se ao acontecimento ideal como pertencente à categoria da primeiridade, ou seja, o acontecimento em estado puro, sem interferências da consciência: “algo que é aquilo que é sem referência a qualquer outra coisa dentro dele, ou fora dele, independentemente de toda a força e de toda a razão” (PEIRCE, 1977 apud HENN, 2010, p. 81). Neste mesmo sentido, conforme Peirce (apud HENN, 2010), o mundo é repleto de uma espécie de originalidade irresponsável, que é livre. Ao se transformar em signo, o acontecimento se enquadra a uma realidade já mais ou menos estabelecida, se transforma em linguagem, em relato, em narrativa, tomando como base os mapas culturais já socialmente estabelecidos, pois só assim pode fazer sentido.

A passagem do acontecimento ontológico para o epistemológico (ou em texto jornalístico) não ocorre, portanto, senão através do processo dialético fundamental de relação do homem com o mundo social, que atuam reciprocamente um sobre o outro (BERGER; LUCKMANN, 1966 apud MEDITSCH, 2010) tanto na reprodução da vida material, quanto na produção dos significados, da cultura. Envolve, portanto, processos de objetivação e subjetivação, ou seja, o mundo construído pelo homem que se objetiva e o mundo objetivado que é interiorizado pelo homem através do conhecimento.

Se os acontecimentos já representam, por si só, a emergência do novo – tornam-se, ao mesmo tempo, a principal matéria prima do jornalismo. Quanto mais improváveis forem estes acontecimentos, mais facilmente serão transformados em notícia. É possível, neste sentido, que um acontecimento bastante improvável ocorra e, por isso, ganhe destaque. Aos poucos, no entanto, vai se naturalizando e,

consequentemente, perdendo importância, enquanto detentor de algum valor-notícia. Alsina (2009) refere-se, neste sentido, ao prazo de validade de um acontecimento.

Benetti (2010) observa que os índices de notabilidade capazes de gerar interesse para aqueles que escrevem a história, ou seja, transformam os acontecimentos em narrativa (entre eles, os jornalistas), são relacionados à ruptura, repentina ascensão, acidente ou desvio. Assim, mesmo que a história, na visão da autora, não tenha nada de linear – ao contrário, é complexa, irregular, movida por fenômenos sociais que contêm, para alguém, algum índice de notabilidade – os fenômenos recorrentes perdem espaço no jornalismo, tornam-se parte de um sistema, que naturaliza os fatos.

A perversidade dessa lógica, que contra qualquer argumento plausível mantém-se como estruturante do discurso jornalístico, é que grandes fenômenos sociais, cujo interesse público não poderia ser questionado sem contrangimento, geralmente não têm lugar no jornalismo porque se estebeleceram, historicamente, como invariantes. São os casos da fome, das desigualdades e das injustiças sociais, que contemporaneamente costumam ser percebidas como ‘parte do sistema’. Dito de forma crua, são fatos cnicamente percebidos como ordinários ou comuns, por isso, não alcançam os requisitos que lhes permitiriam ocupar o estatuto de acontecimento jornalístico. (BENETTI, 2010, p. 146).

Neste sentido e, entendido como forma de produção social de conhecimento, o jornalismo – ao trabalhar com acontecimentos – é dotado, possivelmente, da capacidade de revelar o novo, expondo assim, campos problemáticos, rupturas, novas formas de interpretar o mundo (BERGER; TAVARES, 2010). Ao mesmo tempo, no entanto, poderia atuar no sentido de desnaturalização dos fatos, sendo crítico – inclusive – com relação aos seus próprios critérios de seleção dos acontecimentos – aqueles que transforma em acontecimentos jornalísticos. Se o acontecimento é fundamental para a notícia, esta também se transforma em acontecimento para o público leitor, levando até este o conhecimento necessário para que se mova no mundo e para que entenda a realidade social na medida em que ela acontece. Ao limitar o potencial dialético do acontecimento, quando este é capaz de revelar conflitos e, a partir

disso, inclusive, propor novas possibilidades para o que está por vir, o jornalismo opera, de certa forma, negando a condição de sujeito do “outro” – o leitor.

Aqui, uma ressalva parece conveniente: os acontecimentos também podem ser produzidos propositalmente por sujeitos que pretendem acessar o espaço público e promover rupturas na ordem social. É o caso de ações praticadas por movimentos sociais, por exemplo, que representam, em último caso, uma ação antagônica provocada pelos sujeitos: estes produzem fatos sociais com o objetivo de tensionar/revolucionar as condições tidas como “normais” mas com as quais não estão satisfeitos.

Nesta perspectiva, Resende (2009) reconhece que o ato jornalístico pressupõe um exercício dialógico: esse processo implica reconhecer que há, no texto, uma possibilidade de dissenso (confronto) e não apenas de consenso (acordo). Em outras palavras, que o jornalismo deveria promover o dissenso ou o diálogo: abrindo, assim, as possibilidades de produção de sentido sobre o acontecimento.

Nesse lugar, contrária à noção de um discurso formatado que explica o mundo, trabalha-se com a ideia da construção de uma narrativa que está em processo. Para tal efeito, fala-se de uma necessária dialogia, quando o que se pretende é considerar as possibilidades do encontro” (RESENDE, 2009, p. 40).

A necessidade de abertura de sentido sobre o acontecimento também aparece na obra de Genro Filho (1989). Para o autor, eles (os acontecimentos) precisam ser entendidos como processos incompletos que estão sobrepostos e articulados. Essa abertura é o que proporcionaria o dialogismo do texto jornalístico ou o encontro de que fala Resende (2009), ou seja, a verdadeira relação entre o mundo do texto e o mundo do leitor, não de uma forma pronta ou determinada, mas enquanto processo, enquanto construção. Esse seria o conhecimento proporcionado pelo jornalismo, na visão do autor: o diálogo. O jornalismo seria, nesse sentido, mais do que um produto que cumpre determinadas finalidades e sim um processo complexo de mediação entre o mundo dos jornalistas, dos jornais e dos leitores (GENRO FILHO, 1989). Ampliando o caráter dialético do jornalismo, essa noção poderia auxiliar na compreensão sobre como o jornalismo ajuda a articular o mundo de referência dos sujeitos. Esta questão será

trabalhada com mais detalhes na quarta parte do capítulo. Por ora, para dar continuidade, é preciso avançar na noção de singularidade.

3.2 A singularidade no jornalismo: reflexões sobre uma possível “essência” dialética

Por que tratar da singularidade como algo relativo à essência do jornalismo? O próprio termo “essência” pode levantar alguns questionamentos, especialmente por ser dotado de uma certa radicalidade/totalidade do ponto de vista conceitual. Em termos dialéticos, no entanto, a palavra tem um sentido ou significado específico, tornando-se, inclusive, um dos conceitos fundamentais deste paradigma. Kosik (1976) explica a distinção entre aparência e essência afirmando, com base em Marx, que a ciência e a filosofia seriam inúteis caso estas duas coincidissem. Neste sentido, todo o movimento dialético (do pensamento) vai da aparência (pseudoconcreticidade) à essência (concreticidade), em busca do conhecimento, da coisa em si – que está para além dos fenômenos que se manifestam diretamente. “O homem faz um desvio, se esforça na descoberta da verdade só porque de um modo qualquer pressupõe a existência da verdade, porque possui uma segura consciência da existência da ‘coisa em si’” (KOSIK, 1976, p. 13).

No jornalismo, seja tratando-se do campo acadêmico ou profissional, são pouco comuns as referências a tal terminologia – “essência do jornalismo”. De igual modo, os esforços de investigação para delimitar aquilo que seria o jornalismo parecem de alguma forma, desencontrados¹⁰. Neste meio, destaca-se a obra de Otto Groth (2011), cujo objetivo é, precisamente, delimitar o objeto da ciência dos jornais. Em um primeiro momento classifica os jornais e as revistas como objetos culturais – consequentemente, a ciência dos jornais pertenceria a uma esfera maior, qual seja, a da ciência das obras culturais. Tal definição coloca o jornalismo dentro de um campo cujo fator determinante é a sua dimensão teleológica. Ou seja, a compreensão de toda e qualquer obra cultural passa, necessariamente, pelo entendimento de suas finalidades e pela ideia de valor a partir da qual esta obra foi

¹⁰ Esforços concretos têm sido realizados nos últimos anos, na tentativa de aglutinar as teorias sobre o jornalismo. Exemplo disso é a criação de vários grupos de pesquisa e sociedades, como a SBPJOR (Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo).

construída.¹¹ Deste modo, para o autor, a essência da obra cultural, seu sentido, é o que interessa. Neste caso, a aparência ficaria em segundo plano e, portanto, o que determinaria o objeto da ciência dos jornais é justamente sua dimensão imaterial – a essência que permanece a mesma, independentemente da materialidade que assume.

A obra jornal pode concretizar-se de forma mais ou menos aprimorada com relação à ideia/valor que lhe deu origem. Em função de sua determinação teleológica, possui objetivos que orientam a sua criação. Mas, segundo Groth (2011), toda obra cultural, ainda que seja dominada pelo sentido geral do sistema cultural do qual faz parte, “encontra-se ora perto, ora longe desta ideia, que se apresenta como uma norma” (p. 37). As obras culturais, neste sentido, podem desenvolver-se e o fazem a partir da relação dialética (contrastante) entre a ideia da obra e sua concretização – possuem desse modo, uma história. Conforme Lukács (1978), aliás, traz uma reflexão importante sobre a centralidade da teleologia para aquilo que constituiria a base da ontologia do ser social – o trabalho. Para o autor, os sujeitos movimentam-se no mundo do trabalho (e atualmente o jornalismo pode ser considerado parte deste mundo, enquanto atividade), tendo em vista certas finalidades. Estas, no entanto, estão estreitamente vinculadas a certas casualidades, circunstâncias, que escapam à consciência. Nesse sentido, a necessidade sempre exerce certa pressão sobre as decisões de caráter teleológico, condicionando determinados movimentos. O movimento, portanto, dá-se entre circunstâncias por vezes incontroláveis, por pressões que acabam por orientar a tomada de decisões. Em certas ocasiões, é verdade, os resultados das ações realizadas teleologicamente, produzem resultados radicalmente diferentes do que era esperado (LUKÁCS, 1978). As respostas dadas pelos homens, portanto, diante do trabalho e de projetos conscientes são produzidas imersas nesse antagonismo constante entre necessidade e liberdade.

Ao problematizar a relação entre história e teoria, Groth (2011) afirma que os conceitos teóricos relativos à essência da obra cultural não podem ser postos de forma dogmática, “rígidos contra o devir, contra o desenvolvimento e o desaparecimento de fenômenos históricos” (p. 45). Sendo assim, a ideia de essência está posta pelo autor do ponto de vista dialético, ou seja, tendo sempre em vista a possibilidade de mudanças na

¹¹ Há muitos estudos mais atuais sobre o jornalismo. No entanto, Groth continua sendo uma referência. Sua obra, recentemente traduzida para o português, retoma, inclusive, a importância de suas considerações sobre o jornalismo.

teoria/nos conceitos, constantemente tensionados pelo aparecimento de novas ocorrências, de novos acontecimentos que são trazidos à luz pela história: “Assim, história e teoria se condicionam reciprocamente como correlatas, elas são indispensáveis uma para a outra, são praticamente inseparáveis em qualquer divisão lógica. Nós não temos outro caminho para o progresso da ciência a não ser o do retorno contínuo da teoria para a história e da história para a teoria”. (GROTH, 2011, p. 47).

Esta ideia relaciona-se de modo direto com a reflexão teórica feita por Adelmo Genro Filho em torno do conceito de singularidade, do qual trataremos a seguir, na tentativa de explicitar detalhadamente a sua relação com aquilo que denominamos “essência do jornalismo”. Em 1690, Tobias Peucer já escreveu que a matéria dos periódicos “são as coisas *singulares*, fatos realizados ou por Deus através da natureza, ou pelos anjos, ou pelos homens na sociedade civil ou na Igreja” (2004, p. 20, grifo nosso). Já observava que, como estes fatos são quase infinitos, é preciso selecionar aqueles que merecem ser recordados ou conhecidos. Em 1987, a singularidade vai adquirir o status de uma das categorias centrais para a teoria do jornalismo, a partir de sua problematização filosófica, o que dá subsídios para a reflexão teórica aqui proposta.

3.2.1 A singularidade na perspectiva de Adelmo Genro Filho

A obra de Adelmo Genro Filho pode ser, para muitos, considerada datada – afinal, está inscrita num momento histórico de grandes transformações políticas – foi elaborada e publicada pela primeira vez em 1987, dois anos antes da queda do muro de Berlim. Tem como pano de fundo, obviamente, o pensamento político de uma época que ainda almejava – com muito mais força – a construção de uma sociedade sem classes. As considerações do autor sobre o jornalismo, no entanto, não deixam de ser pertinentes para a elaboração deste trabalho. Acima de tudo, porque partem de uma visão crítica e dialética sobre o jornalismo como produção social de conhecimento. Consideramos, ainda, que sua obra é um marco na teoria do jornalismo, justamente porque representa o esforço – empreendido por Otto Groth – para encontrar a sua essência, a sua imaterialidade ou seu objeto.

É no último capítulo de sua obra, intitulado “O segredo da pirâmide ou a **essência** do jornalismo”, que Genro Filho reconhece a notícia diária como a menor unidade de informação jornalística. A partir disso, propõe aquilo que seria único em sua reflexão: a reversão da

pirâmide invertida – que se constitui, na história do jornalismo, como a imagem/ilustração do *lead*¹² – pressuposto da prática jornalística que diz que a notícia caminha do “mais importante” para o “menos importante”. A questão é que, ao responder as perguntas o que?; quando?; onde?; quem?; como?; por que?, o lead não está sendo outra coisa se não o núcleo **singular** da informação, o epicentro da notícia. Nas palavras de Genro Filho (1989), representa, de fato, o momento *mais importante*, tratando a notícia do ponto de vista descritivo. Deste ângulo, faz todo o sentido que a base da pirâmide esteja em cima. No entanto, ao pensar sobre a questão epistemologicamente, ou seja, ao teorizar *o lead*, torna-se, de imediato, necessário e coerente que a pirâmide deixe de estar invertida e seja representada em pé e assentada sobre suas bases. Assim, ela representaria as notícias que partem do singular (representado, primeiramente, pelo *lead*) para o particular. Esta seria a estrutura epistemológica da notícia, representada idealmente por Genro Filho como um triângulo equilátero (com três ângulos iguais). A notícia passa a ser entendida do ponto de vista teórico, a partir do que ela tem de singular.

A igualdade dos três ângulos indica um equilíbrio entre a singularidade do fato, a particularidade que o contextualiza e, com base nessa relação, uma certa racionalidade intrínseca que estabelece seu

¹² Ao traçar uma panorama histórico da objetividade, Sponholz (2009) relaciona o surgimento do *lead* (ou, modelo da pirâmide invertida) e sua consolidação como modelo-base para a produção jornalística à sua qualidade comunicativa. O valor do *lead* - que passa ser amplamente utilizado pelo jornalismo norte-americano a partir do fim do século XIX - no entanto, está vinculado a um momento histórico específico, qual seja, o desenvolvimento da sociedade industrial, à urbanização e a intensificação do ritmo de vida das pessoas. Sua qualidade comunicativa reside, portanto, no fato de que facilita e agiliza a leitura das notícias, tratando dos temas de maneira direta, quando as pessoas passam a ter cada vez menos tempo para tal atividade. Porém, o *lead* também pode ser considerado como um aperfeiçoamento e adaptação de técnicas narrativas da retórica e da literatura da Antiguidade Clássica. Para Sousa (2008, p. 15): “De algum modo, o modelo de estruturação e disposição textual da *força decrescente* [encontrado já no Canto I da *Ilíada*, de Homero] corresponde, embora, para o caso, imperfeitamente, à técnica jornalística da pirâmide invertida (técnica em que as informações são gradativamente dispostas da mais importante e interessante, colocadas no início do texto, para a menos importante e interessante, que aparece no final do texto” .

significado universal. Essa racionalidade pode ser contraditória com a positividade do social, se for elaborada numa perspectiva crítica-revolucionária, ou funcional em relação a essa positividade, o que definirá seu caráter conservador. Sempre que um fato se torna notícia jornalística, ele é apreendido pelo ângulo da sua singularidade, mas abrindo um determinado leque de relações que formam seu contexto particular. É na totalidade dessas relações que se reproduzem os pressupostos ontológicos e ideológicos que direcionaram a sua apreensão. (GENRO FILHO, 1989, p. 192).

Desdobrando os detalhes dessa afirmação de Genro Filho é possível compreender mais a fundo o enquadramento filosófico e dialético a partir do qual ele trabalha com a singularidade enquanto essência mesma da notícia. É, antes, necessário entender que sua crítica recai sobre a vulgaridade com que o termo é tratado pelos bons jornalistas, que se preocupam com a singularidade, mas sem problematizá-la teoricamente, em sua relação com a particularidade e a universalidade. A utilização destas três categorias – singular, particular e universal – e sua aplicação ao jornalismo parte da obra de Lukács e sua “Introdução a uma estética marxista”. Genro Filho propõe, em síntese, uma transposição das categorias utilizadas por Lukács em sua teoria estética para a elaboração de uma teoria do jornalismo. É dessa transposição, um esforço filosófico, que nasce a proposta teórica do autor, sintetizada pela frase: “o jornalismo é uma forma de conhecimento centrada no ‘singular’” (GENRO FILHO, 1989, p. 14).

Tal compreensão sobre o jornalismo surge, igualmente, da comparação do jornalismo – como forma de conhecimento – com outras formas de apreensão e representação da realidade, como a arte e a ciência. É nesse conflito dialético entre o que é singular, particular e universal que se estabelecem os pressupostos fundamentais da teoria marxista elaborada por Genro Filho para o jornalismo. “Somente o aparecimento histórico do jornalismo implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular” (GENRO FILHO, 1989, p. 160).

Cabe, nesse sentido, delimitar as diferenças entre jornalismo e ciência, na tentativa de estabelecer de forma mais clara, por que não só a

singularidade é fundamental para o jornalismo, como também o modo como esta categoria se relaciona contraditoriamente às demais. A ciência, a partir da visão de Genro Filho (1989) é uma modalidade de conhecimento cuja aspiração maior é a universalidade. Por mais específicos, especializados e singulares que sejam seus objetos – apreendidos de forma quase radicalmente detalhada – a ciência só faz esse esforço porque pretende, em última instância, fornecer modelos explicativos estáveis e universalmente válidos, ainda que estes modelos sejam permanentemente questionados, tensionados e postos em “xeque” pela emergência de novos acontecimentos, novas ocorrências (GROTH, 2011). A universalidade, porém, também aparece com certo protagonismo no jornalismo, principalmente na visão de Groth (2011), e relacionada a atualidade, periodicidade e publicidade. São, no entanto, duas formas distintas de tratar o conceito. Para Genro Filho, a universalidade, além de ser o “lugar” para o qual a ciência se projeta, é aquilo que permanece como horizonte de conteúdo nos relatos jornalísticos – as notícias -, adquirindo, por vezes, a condição de estereótipo (LIPPMANN, 2008) ou lugar de quantidade (PERELMAN; OLBRECHT-TYTECA, 2005), quando tratamos a questão do ponto de vista argumentativo.

Estas questões serão melhor analisadas no terceiro capítulo, que tratará do jornalismo em termos de forma/formato. Por ora, estão presentes para diferenciar duas dimensões do termo “universalidade” que, para Groth (2011) aparece como uma das características fundamentais do jornalismo: é o que garante ao “objeto jornal” a qualidade de ser útil ao maior número de pessoas possível, a partir daquilo que eleger como seu conteúdo. Esta noção está estreitamente relacionada a ideia de que o homem se move em um mundo objetivo, o qual ele precisa conhecer de forma abrangente para poder conduzir da melhor maneira a sua existência: “o jornal é um elemento indispensável de informação ao homem moderno para **conhecer** o seu mundo objetivo e para nele se orientar, para **construir** o seu pensamento e **formular** os seus juízos” (FIDALGO, 2010, p. 05, grifo nosso). A universalidade, no entanto, não pode ser desligada da particularidade, na medida em que o universo abrangente do qual o jornal trata depende, subjetivamente, dos “mundos específicos” de cada público. Em outros termos, a universalidade está, para Groth (2011) entre a esfera da intimidade e a realidade externa que, de tão externa, se torna indiferente para os sujeitos.

A singularidade, portanto, é o ângulo a partir do qual os eventos são jornalisticamente reproduzidos. É óbvio, afinal, as notícias tratam dos fatos novos (LAGE, 2001) – a atualidade/novidade é um dos pressupostos básicos do jornalismo. E os fatos novos são justamente a emergência daquilo que, dentro de um fluxo mais ou menos previsível de acontecimentos, irrompe com certo grau de desvio. O que acontece objetivamente no mundo – seja o mundo natural ou histórico/social (marcado também pela teleologia e pela práxis) – é convertido em material jornalístico, em notícia. Essa transformação, como se sabe, obedece critérios específicos da profissão tendo em vista, sempre, a ideia de que a universalidade é, em certo sentido, relativa: nem tudo pode virar notícia ou porque não há espaço ou porque nem tudo é de “interesse humano”.

Esse processo também é marcado por outra característica fundamental: ao ser apreendida pelo ângulo da singularidade, a notícia não nega ou exclui a particularidade e a universalidade. Isso ocorre porque estas outras duas instâncias sempre irão permanecer, apesar de serem superadas. Este é um princípio dialético que se relaciona com as três diferentes noções de suspensão que aparecem no pensamento de Hegel: 1) em um primeiro momento, o singular **nega** o universal ao propor o movimento oposto, ou seja, o foco naquilo que é único/diferente e não no que é regular, esperado; 2) ao mesmo tempo, o singular **mantém-se** suspenso (elevado) no sentido de que se preserva destacado de outros eventos com os quais poderia estabelecer algum tipo de relação. Esse destaque é, no jornalismo, preservado como o valor-notícia principal; 3) No terceiro sentido de suspensão proposto por Hegel – elevar a qualidade/ passagem para um plano superior – a singularidade **eleva-se** na medida em que pressupõe a particularidade e a universalidade que está por trás de sua apreensão, ampliando-se como forma de conhecimento.

Mas esta universalidade que está para a singularidade como horizonte de conteúdo é apenas hipotética, na medida em que é irrealizável. É uma universalidade relativa e não absoluta. Para a melhor compreensão dessas ideias é necessário retomar o pensamento de Genro Filho (1989), no momento em que exemplifica a relação dialética entre singularidade, particularidade e universalidade. O autor toma o caso de uma greve de trabalhadores na região do ABC, em São Paulo. Afirma que, em um primeiro momento, serão considerados os fatos mais específicos deste acontecimento – que ao ser transformado em notícia terá, no primeiro plano, a singularidade. Em um segundo momento, a

notícia sobre a greve deverá ser elaborada, segundo Genro Filho, como pertencente ao conjunto de um contexto político que é particular. “Será um acontecimento que, de modo mais ou menos preciso, terá de ser situado numa ou mais ‘classes’ de eventos, segundo uma análise conjuntural que pode ser consciente ou não” (GENRO FILHO, 1989, p. 163). Estará, portanto, mais ou menos explícita a particularidade do fato.

Mas e a universalidade? Esta, por mais que não esteja colocada de maneira explícita no corpo da notícia, estará sempre presente como conteúdo: “como pressuposto que organizou a apreensão do fenômeno e como significado mais geral da notícia” (GENRO FILHO, 1989, p.163). E, mais importante, estará presente enquanto uma concepção sobre a sociedade, sobre a história ou a luta de classes, nesse caso específico. Essa universalidade, portanto, não é de fato, pois depende, entre outros fatores, daquilo que compõe “o modo de ver o mundo” tanto do jornalista, como da empresa onde trabalha e também (e talvez isso seja o mais determinante), daquilo que é socialmente compartilhado pelo público como “universal”, como “normal”.

É necessário ressaltar que a ciência objetiva buscar explicações que sejam universais. Isso, acima de tudo, garante uma certa estabilidade no mundo “humano”, que permite que os sujeitos conduzam a sua existência tendo inúmeros pressupostos como base. Estes pressupostos que chegam a praticamente todos os sujeitos e que provêm do conhecimento científico sofrem um processo de naturalização – “precisamos de oxigênio para respirar”; “a terra é redonda e gira em torno do sol”, são alguns dos mais simples e naturalizados. Existem muitos outros, mais complexos, e não tão óbvios que também se naturalizam. Existem, ainda, os estereótipos que servem, de algum modo, para facilitar a compreensão da experiência.

Ao refletir sobre os estereótipos, Lippmann (2008) sugere a existência de hábitos de apreensão da realidade que facilitam esse processo. Estes hábitos estão baseados na precisão e distinção, na consistência e estabilidade. Representam, portanto, uma espécie de economia: “A tentativa de ver todas as coisas de uma nova maneira, em detalhe, mais do que tipos e generalidades, é exaustiva, e nos assuntos muito intensos praticamente fora de questão” (LIPPMANN, 2008, p. 90). Essas pré-concepções, chamadas de estereótipos, são o que governa a percepção dos sujeitos – esta depende, na visão de Lippmann, não só da realidade objetiva em si, mas do modo como enxergamos e do lugar onde estamos posicionados para ver. Nesse sentido, a sensação real e os pré-conceitos **ocupam a consciência simultaneamente**. É “como se

olhássemos o vermelho através dos óculos azuis e víssemos o verde” (LIPPMANN, 2008, p. 99). Outra constatação do autor e que é pertinente para a discussão aqui proposta é a ideia de que o que é desconhecido, novo, aparece como confuso – como algo que precisa ser reordenado. Para Genro Filho (1989, p. 212), “no processo constante de transformação da realidade, o novo aparece sempre sob a forma do singular, como fenômeno isolado, como exceção. Por isso, o singular é a forma originária do novo. Ela é a diferenciação da mesmice, aquilo que escapa da mera reprodução e da simples identidade em relação ao universal já constituído”.

Tendo observado que a universalidade está para a ciência assim como a singularidade está para o jornalismo, na perspectiva de Genro Filho (1989), é necessário problematizar a relação entre estas duas instâncias do conhecimento humano. Se, por um lado, a ciência busca ordenar o mundo através de explicações universais, aquilo que surge como novo, através da singularidade, pode adquirir rumos diferentes: ou é acomodado aos modelos explicativos já existentes, ou provoca uma reformulação destes. A relação, portanto, entre a singularidade e a universalidade pode ser tomada como dialética – onde a singularidade (o novo) contradiz a universalidade já dada, em nome de uma nova síntese. Esse processo leva a evolução do conhecimento humano, que nunca será estático, absolutamente definitivo. O novo surge da práxis – a relação prática (utilitária) e “crítica” do homem com o mundo, antes de ser elaborado conceitualmente. Neste sentido, o que é ontológico está sempre à frente do epistemológico, rompendo e contradizendo o que já foi categorizado, entendido, cientificizado: é “a realidade transbordando o conceito, a realidade se criando e se diferenciando de si mesma” (GENRO FILHO, 1989, p. 212).

É deste lugar que Genro Filho compreende o potencial revolucionário da singularidade. O contexto histórico e político de sua obra torna evidente o sentido que ele atribui à palavra. Mas é possível, acredita-se, pensar essa característica da singularidade de um modo menos provido de ideologias e utopias políticas. Porque o que se quer, de fato, com a expressão é afirmar aquilo que a singularidade tem de crítica e desestabilizador – por isso o termo “revolucionário” cabe. Neste movimento reflexivo sobre a singularidade, o autor propõe dois caminhos possíveis: ou ela é apreendida e entendida através da cosmovisão dominante ou através de uma ideologia oposta e revolucionária. E mesmo no caso de a abordagem jornalística conter uma “universalidade” coerente com o modo de ver o mundo que é

dominante, este possui e revela suas próprias contradições através da singularidade. Vinte e cinco anos após a publicação do livro “O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo”, é muito menos evidente a divisão ideológica do mundo entre dois polos antagônicos – ideologia burguesa X ideologia revolucionária. No entanto, pensar a relação dialética entre singularidade, particularidade e universalidade continua sendo válido para o entendimento do jornalismo, principalmente do ponto de vista da sua essência/finalidade.

A singularidade pode ser a característica fundamental que distingue o jornalismo das demais formas de conhecimento. Mas por ser uma categoria filosófica, ela se aplica a inúmeros outros casos – a história, por exemplo, também pode ter sua “essência” compreendida pelo viés da singularidade. A questão fundamental do jornalismo, portanto, pode diferenciar-se, efetivamente, de todas as outras “formas de conhecimento”? Que outras características, aliadas à singularidade, diferenciam o jornalismo? Sua relação dialética com a universalidade já fora problematizada e em dois sentidos: a universalidade para Genro Filho (1989) – utilizada enquanto categoria filosófica – e a universalidade para Groth (2011) – relacionada com o interesse público. Transversalmente, esta categoria também foi utilizada por Lippmann, em sua definição dos estereótipos.

Mas o que a singularidade do jornalismo tem de diferente e única? O seu caráter imediato, talvez – o jornalismo jamais espera que os acontecimentos sejam profundamente compreendidos para publicá-los. Algumas informações são, sempre, absolutamente necessárias: as que compõem o *lead*. Este, como já observado, não é outra coisa se não a materialização da singularidade jornalística/da novidade. A singularidade é o novo e o novo é (também) o atual.

Apresenta-se, aqui, outro problema que é de ordem dialética. A relação entre aparência e essência. Neste sentido, que é epistemológico, opera-se um conflito entre a “essência” do jornalismo e a busca pela concreticidade dialética. Tratando o mundo sob o viés da imediaticidade, do cotidiano, o jornalismo não teria condições de ir além das aparências, ou seja, de encontrar a essência dos fenômenos que descreve, as suas causas e explicações mais profundas, muito embora essa não seja a sua finalidade.

3.3 Jornalismo e *práxis*

A reflexão sobre o jornalismo do ponto de vista dialético não é recorrente entre os pesquisadores da área. Genro Filho é, provavelmente, o mais enfático ao propor esse olhar. Sylvia Moretzsohn (2007) também se propôs a pensar o jornalismo nesta perspectiva. Em “Pensando contra os fatos”, a autora busca explicitar aquilo que entende ser a finalidade do jornalismo: “realizar esse difícil trabalho de demonstrar, no cotidiano tão acostumado à percepção do imediatamente visível, que os fatos não são o que parecem” (MORETZSOHN, 2007, p. 26). Já nas primeiras páginas de seu livro, adverte o leitor que procurará recuperar um velho princípio da dialética, segundo o qual é a negatividade (contradição) que move a história.

Moretzsohn (2007) também adverte que “pensar contra os fatos” não quer dizer desconsiderá-los em sua objetividade, mas reconhecer a sua complexidade e contrariar o processo de “naturalização que nos faz aceitá-los sem considerandos.” (MORETZSOHN, 2007, p. 25). Seu convite de pensar contra os fatos não é tampouco um convite irracionalista, de estilo pós-moderno, cujas percepções, segundo ela, inviabilizariam a identificação de “uma realidade”. Influenciada pelo marxismo, se mostra contra tal visão, que tende a apagar a distinção entre aparência e essência: “é essa inconformidade em aceitar o mundo ‘tal qual é’ que conduz à formulação de perspectivas capazes de modificá-lo” (p. 25).

Retomando o conceito de negatividade, proveniente da dialética, Moretzsohn questiona por que, ao contrário do pensamento científico em seu movimento de negação do senso comum, o jornalismo não tem como hábito questionar/ contestar as evidências. Por lidar com fatos imediatos do cotidiano, é aceitável que o jornalismo se limite ao reino das aparências? Isso, se assim o fosse, não lhe retiraria qualquer possibilidade de contribuir para a transformação do *status quo*? Assim, ao lembrar os ideais iluministas que justificaram historicamente o jornalismo, a autora afirma que a atividade estaria negando esses ideais – em especial o de esclarecimento – caso fosse reduzido apenas “ao relato dos fatos” (mesmo que isso seja impossível, pois todo relato carrega consigo uma interpretação).

Para a autora a atitude tipicamente filosófica/dialética de contestar permanentemente os fatos é comum no pensamento científico e rara no senso comum, o qual a ciência nega constantemente. Isso, porém, não ocorre no jornalismo que, conforme a autora lida com os fatos “imediatos”, com o “cotidiano”: “parece aí perfeitamente aceitável que uma atividade voltada a ‘relatar fatos’ se limite ao reino das

aparências, o que lhe retiraria qualquer possibilidade de contribuir para a alteração da ‘ordem natural das coisas’.” (MORETZSOHN, 2007, p.25)

Para contrariar a ideia de que “contra os fatos não há argumentos”, Moretzsohn acredita que os argumentos devem ser valorizados como investidas contra a naturalização dos fatos, o que seria imprescindível para que o jornalismo caminhasse do senso comum ao senso crítico. Contrariando o pensamento de Park, para quem o jornalismo funcionaria como a percepção para os indivíduos, Moretzsohn se baseia principalmente na obra de Lukács e sua ideia de suspensão, com vistas a promover o reconhecimento do jornalismo como um mediador capaz de frutificar momentos de atitude crítica em relação aos eventos “tais quais são”.

Conforme destaca Moretzsohn, para Lukács o homem é um ser da práxis, que se reproduz na cotidianidade, dando respostas e inserido em uma sociedade marcada pela grande síntese entre causalidade e teleologia, entre necessidade e liberdade. Vale reproduzir a metáfora criada por Lukács para compreender a cotidianidade como um grande rio, nas palavras de Moretzsohn (2007, p. 53):

ao mesmo tempo fonte e desaguadouro das ‘formas superiores de recepção e reprodução da realidade’ (a ciência e a arte), pois é das demandas práticas do cotidiano que elas partem, e é a esse leito que retornam, enriquecendo-o. A propósito, o papel social da cultura, e sobretudo o da ciência, seria o de descobrir e introduzir mediações entre uma situação previsível e a melhor maneira de enfrentá-la; porém, logo que se incorporam ao cotidiano, essas mediações se apagam, tornando-se ‘naturais’, parte da rotina: o retorno ao leito desse grande rio se dá ao preço dessa diluição aparente.

Neste sentido, segundo Moretzsohn (2007, p. 53) a vida cotidiana é marcada pela imediatividade, “que se traduz na relação direta entre pensamento e ação” – a *práxis*. Essa dimensão da vida é a condição, segundo Lukács, para que possa funcionar. Se tudo fosse, a todo o tempo, atividade crítica e de suspensão, as atitudes mais simples do dia-a-dia estariam imersas em uma compreensão ontológica de cada objeto (o que é atividade da ciência e da filosofia). Para dirigir, por exemplo, não é preciso conhecer em profundidade o funcionamento do carro,

sendo necessário apenas um conhecimento prático que vai se naturalizando até se tornar mecânico (MORETSZOHN, 2007).

A vida inteiramente prática e naturalizada conduz os indivíduos à aceitação do mundo como algo evidente, sem outras possibilidades. É o reino das aparências. Para que se possa sugerir uma mudança é necessário, conforme Lukács e na compreensão de Moretzshohn, que haja uma atividade de suspensão, “que conduz a uma atividade reflexiva capaz de gerar a crítica da vida cotidiana, ao retornar a ela” (p. 55). Essa suspensão faria com que os indivíduos recuperassem a sua noção de pertencimento ao gênero humano, a sua totalidade – que fica oculta quando estão imersos em atividades práticas, singulares, naturalizadas. Esse processo de suspensão pode se realizar, segundo Lukács, de três formas: através do trabalho criador e, portanto, não alienado, da ciência e da arte. Ao abordar a espetacularização da mídia, a autora critica a forma como esta mistura ficção e realidade, tornando esta última um simulacro, ou seja, apagando as fronteiras entre aparência e essência, o que segundo Moretzsohn (e o pensamento dialético) não contribuem para a desnaturalização dos fatos.

A autora propõe um “cotidiano exercício de suspensão para o jornalismo”, ou seja, um distanciamento que permita o senso crítico. Apesar de estar inserido na “indústria cultural” e sendo uma atividade alienada como qualquer outra sob o capitalismo, conforme salienta Moretzsohn, o jornalismo pode possuir “fissuras”, por onde a atitude crítica consegue entrar. “Sobretudo no caso do jornalismo, defrontado com uma contradição permanente entre seu propósito de esclarecimento e uma prática submetida as rotinas que conduzem à alienação, o que obriga o jornalista a interrogar-se – ou, mais propriamente, a ver-se interrogado – sobre o sentido de seu trabalho” (MORETZSOHN, 2007, p. 246).

Isso significa, em síntese, que a própria “essência do jornalismo” (proveniente de sua gênese iluminista) é dotada de uma contradição que abre muitas brechas, ou fissuras, para a realização da suspensão. É como se o jornalismo fosse a síntese entre seu projeto ideal de esclarecimento e as condições objetivas nas quais é praticado sob a influência de um sistema hegemônico – o capitalismo - , de modo que essa síntese é um escape a essa naturalização, ao mundo das aparências constantemente reiterado universo de significados (simbólico) deste sistema.

Ao concluir que o jornalismo frequentemente se limita à imediaticidade dos fatos, Moretzsohn também observa que é falso dizer que ele não os contextualize. Segundo ela, no entanto, esta

contextualização está alienada, reiterando o senso comum com interpretações “prontas” (poder-se-ia dizer estereótipos, conforme Lippmann). Neste sentido, ao afirmar que pensar contra os fatos significa manter a relação do jornalismo com o imediato, ou seja, “partir do fenômeno para conectá-lo ao processo”, a autora se alinha ao pensamento de Adelmo Genro e à dialética, propondo um tipo de jornalismo que não seja aquilo que descaracterizaria a atividade, mas que retome novamente o projeto iluminista e a ideia de suspensão, auxiliando a humanidade e se re-conectar com sua totalidade e partir do cotidiano, da singularidade, da práxis – o singular como práxis (cotidiano) e universal como totalidade, conforme Lukács.

Moretzsohn defende que haja a apreensão dos fatos em sua complexidade. Pensar contra os fatos quer dizer, portanto, pensar os fatos dialeticamente, numa atividade de constante suspensão das certezas e da naturalidade da prática jornalística – um exercício de permanente senso crítico.

Obrigado a lidar com a informação imediata, o jornalismo freqüentemente se limita a ela. Mas é falso dizer que deixa de contextualizá-la, como quem focaliza a árvore e perde a dimensão da floresta: a contextualização está ali, alienada, reiterando o senso comum a partir de ‘interpretações prontas’. Pensar contra os fatos significa preservar a relação do jornalismo com o imediato, imprimindo-lhe um duplo movimento de abranger a floresta a partir das árvores para revelá-las em sua conexão singular com o universo a que elas pertencem. Noutras palavras, partir do fenômeno para conectá-lo ao processo. (MORETZSOHN, 2007, p. 289).

Não significa, entretanto, que o jornalismo deva, via dialética, encontrar a concreticidade da realidade. Pois se seu fim fosse a dimensão ontológica desta, seus meios precisariam ser radicalmente diferentes. Logo, o jornalismo deixaria de ser jornalismo para ser outra coisa, como um tratado de sociologia (GENRO FILHO, 1989). É, por isso, bastante conflituosa a relação do jornalismo com a dialética em termos epistemológicos. O jornalismo está, parece, muito mais relacionado ao conhecimento prático, cotidiano, não tendo as condições de “desvendar” completamente a realidade. Neste sentido, a relação

entre jornalismo e dialética funda-se muito mais na capacidade que a atividade tem de ser crítica (em relação ao mundo e a si mesma), proporcionando o confronto de opiniões e o diálogo com a própria sociedade. É, em certo sentido, uma das condições para que a ciência (aquela que se desamarrou das correntes da caverna de Platão) possa se voltar novamente à sociedade e auxiliar na sua transformação.

É neste sentido que Meditsch (1997) afirma - e aqui reiteramos - que o conhecimento produzido pelo jornalismo não é melhor nem pior que o da ciência, apenas diferente – e é nessa diferença que está sua força. O jornalismo, segundo ele, opera no campo lógico da realidade dominante e se relaciona com todas as formas de conhecimento, que são repartidas socialmente – isso inclui tanto o conhecimento mais especializado quanto o senso comum. Em síntese, o jornalismo proporcionaria o diálogo entre todos estes saberes específicos que, de outro modo, manter-se-iam enclausurados em suas linguagens próprias e compreensíveis apenas entre os seus pares. O jornalista, ao contrário, não escreve para outros jornalistas, mas para o público em geral – um auditório ora universal, ora particular - traduzindo o conhecimento científico. Faz, constantemente, esse movimento dialético: entre a ciência e o senso comum, entre o singular e o universal. Faz com que a ciência retorne ao cotidiano, à práxis. Neste sentido, o conhecimento que o jornalismo produz, segundo Meditsch (1997, p. 7):

É frágil, enquanto método analítico e demonstrativo, uma vez que não pode se descolar de noções pré-teóricas para representar a realidade. É forte na medida em que essas mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade de seu público, nele incluídos cientistas e filósofos, quando retornam a vida cotidiana vindos de seus campos finitos de significação. Em consequência, o conhecimento do jornalismo será forçosamente menos rigoroso do que o de qualquer ciência formal mas, em compensação, será também menos artificial e esotérico. (MEDITSCH, 1997, p. 7).

Se por um lado o jornalismo apresenta dificuldade em aprofundar os assuntos dos quais trata, oferecendo explicações que convergiriam para a essência dos fenômenos – esse é o papel das ciências - por outro lado a sua condição “aparencial” oferece as condições fundamentais

para que os sujeitos se orientem no seu cotidiano, na sua vida prática, através das informações que o jornalismo faz circular. Sua finalidade, portanto, relaciona-se em muitos aspectos com aquilo que a dialética definiu para a *práxis* – “determinação da existência humana como elaboração da realidade” (KOSIK, 1976, p. 202).

O jornalismo apresenta-se, desse modo, como “a forma pela qual, cotidiana e *potencialmente* – ressaltamos -, é possível o acesso imediato ao todo – plural e diverso – que está sendo produzido no espaço social da humanidade e no tempo presente” (KARAM, 1997, p. 16, grifo do autor). É a imagem da realidade com a qual os sujeitos contam, cotidianamente, para que possam continuar a elaborá-la – seja em um sentido conservador ou crítico. Um jornalismo que despertasse a crítica, como idealiza Moretzsohn (2007) faria parte da filosofia da *práxis*, ou seja, da elaboração crítica e transformadora da realidade. Um jornalismo que reproduz, constantemente, a universalidade do *status quo* contribui para a naturalização da realidade, ou seja, para que o mundo tal qual é seja entendido como condição natural, que independe da vontade e das finalidades atribuídas pelos sujeitos históricos.

Sabe-se que ao passo em que as sociedades se complexificam de forma intensa, a globalização transforma o mundo em uma *aldeia global*¹³. Nela, tudo parece inter-relacionado e os relatos não servem mais apenas para satisfazerem a curiosidade humana, senão para orientarem os indivíduos em seu cotidiano. Gomis (1991) assinala que os meios de comunicação oferecem aos sujeitos o presente social, de modo que sem esta mediação, o presente seria pobre, reduzido apenas à família, à vizinhança, ao ambiente de trabalho. Segundo o autor, “graças aos meios, vivemos no mundo e sabemos um pouco do que está acontecendo em todas as partes.”¹⁴ (GOMIS, 1991, p. 14, tradução nossa).

“Explicar como funciona o jornalismo é explicar como se forma o presente em uma sociedade”¹⁵ (GOMIS, 1991, P. 11, tradução nossa). Em outras palavras, é entender como o jornalismo ajuda a fornecer a imagem que a sociedade tem de si mesma, uma imagem que é ao mesmo tempo efêmera e duradoura, compartilhada diariamente pelos sujeitos que, imersos em um ritual de acesso à informação – ler o jornal

¹³ Conceito proposto por Marshall McLuhan (1967).

¹⁴ “Gracias a los medios, vivimos en el mundo y sabemos lo que esta pasando un poco en todas las partes”.

¹⁵ “Explicar como funciona el periodismo es explicar cómo se forma el presente social en una sociedad [...]”.

impresso, ouvir o rádio, assistir a TV, navegar na internet – se acostumaram a ter um presente social de referência (Gomis, 1991): “todos que lêem um diário, escutam o noticiário radiofônico ou veem e ouvem as notícias na televisão estão entrando em contato com a realidade global que os envolve, se detêm a captar o presente social em que vivem. Este é o sentido do rito.”¹⁶ (GOMIS, 1991, p. 15, tradução nossa).

Esta referência não é obtida unicamente através dos meios de comunicação social, já que o que se constitui como primeiro círculo de referência, segundo Gomis (1991) é a imagem “vecinal” da realidade. Aquela que é comum às pessoas que estão fisicamente próximas e que compartilham experiências mais particularizadas. Mas que não deixam, no entanto, de se conectarem permanentemente com o resto do mundo. Aquilo que interessa aos sujeitos é o que se passa no círculo da família, da vizinhança, do bairro – os relatos contados pessoalmente -, mas também a realidade “maior”, mais complexa, à qual se tem acesso, principalmente, através do jornalismo. Neste sentido, Meditsch (2010, p. 40) afirma que “o jornalismo, como instituição, e seus agentes, participam da produção da realidade, especialmente em seu âmbito simbólico, mas nunca isoladamente, porém em diálogo com os demais atores sociais”.

Isto que chama de imagem do presente social, que é oferecida pelos meios, Gomis (1991) compreende como uma imagem específica – jornalística - e, por isso, construída laboriosamente através de processos de escolha e montagem. A realidade – em sua dimensão totalizante, diversa e contraditória – não pode ser esgotada pelo conhecimento humano ou pela linguagem (nem científica, muito menos jornalística). É necessário que alguns fatos sejam escolhidos e ordenados, a partir da consideração do que é *importante* ou *interessante* para o discurso jornalístico e levando-se em conta a função que a atividade procura exercer na sociedade (LAGE, 2001). Tal função relaciona-se ao fato de que a sociedade está acostumada a dispor de um presente social de referência. Desse modo, a análise sobre como é feita e qual a influência que a imagem da realidade criada pelos meios tem sobre as audiências,

¹⁶ “todos los que leen um diário, escuchan el noticiario radiado o ven y oyen las noticias en la television están entrando en contacto con la realidad global que les envuelve, se detienen a captar el presente social en que viven. Ese es el sentido del rito”.

possibilita a compreensão de como a sociedade evolui, intimamente ligada a eles (GOMIS, 1991).

Para Silva (2003), o jornalismo pode ser percebido como prática social e exercício público de entendimento do mundo. Neste sentido, as matérias jornalísticas exigem, simultaneamente, um vínculo com o passado e uma projeção para o futuro, um sul e um norte:

Qualquer matéria jornalística pede os quatro pontos cardeais: informação que vem do leste (direita, do principal envolvido, da circunstância originária do fato, do sujeito principal, da afirmação), do oeste (da esquerda, dos demais envolvidos, das circunstâncias afetadas, das testemunhas, da negação, da oposição, do lado contrário), do sul (da remissão ao passado, da comparação, das situações ou sujeitos precedentes) e do norte (de projeção para o futuro, para a possível solução, para novos efeitos). (SILVA, 2003, p. 08).

O jornalismo começa a se delinear, nesta perspectiva, como a forma através da qual a humanidade conhece a si própria no tempo presente. E esse conhecer é simultâneo ao fazer. Ou seja, enquanto a sociedade está se produzindo e reproduzindo, está se conhecendo. Mas este conhecimento só pode ser aparential, pois é imediato. E se é imediato, sua existência é necessária de um modo particular, já que ao se produzir e conhecer simultaneamente, a sociedade também faz uso desse conhecimento para conduzir a sua auto-produção, assim como para projetá-la. Tal explicação também poderia ser aplicada ao conhecimento científico. Mas enquanto um modo de conhecer a realidade é imediato, o outro é profundo (e não por isso definitivo).

Robert Park, nos anos 1920, já observava o fato de que a sociedade vivia a época da notícia, e que esta exercia uma função cada vez mais importante na sociedade moderna, uma vez que mudanças ocorriam de forma rápida e drástica. Nesse sentido, o jornalismo é que tem condições de fornecer explicações e interpretações igualmente mais rápidas, na medida em que os fatos vão ocorrendo. Por isso, o autor afirma que a notícia não foi desbancada pela ciência. Os relatos jornalísticos têm como característica o fato de possuírem uma dupla contemporaneidade, onde o presente é a perspectiva e o objeto: “é o que explica o apelo intenso e universal do jornalismo, e também a

extraordinária dificuldade com que o jornalismo se depara para conseguir um relato dos acontecimentos que a experiência e a crítica afirmem ser coerente, equilibrado e fidedigno” (WEAVER, 1999, p. 295). É um tipo de relato que dá a realidade a se conhecer e de uma maneira distinta, cujas implicações e potencialidades diferem, também, daquelas oferecidas pelo conhecimento científico.

4 JORNALISMO E ARGUMENTAÇÃO: UM TRIBUTO À RETÓRICA E À DIALÉTICA

*“A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso;
a palavra foi feita para dizer”.*
(Graciliano Ramos)

O objetivo deste capítulo é aproximar o jornalismo da argumentação a partir da retórica e, principalmente, da dialética em seu sentido clássico, como “arte do diálogo”. Partimos do pressuposto de que através do jornalismo a sociedade pode ver a si mesma enquanto totalidade em constante processo de autoprodução (GENRO FILHO, 1989), por meio de uma imagem do presente social que é construída a partir de uma lógica específica (baseada, como vimos, na singularidade por meio da qual o jornalismo transforma os acontecimentos em notícia e se configura como produção social de conhecimento por sua potencialidade de revelar o novo). A produção desta “imagem”, porém, mais do que ser baseada na força objetiva dos fatos (evidências), envolve um processo de argumentação e, por vezes, de controvérsias, via linguagens.

Procura-se observar como a retórica (argumentação) se desenvolveu a partir da *ágora ateniense*¹⁷ e tornou-se midiaticizada através de um processo intenso de complexificação do espaço público e da democracia, da qual a imprensa passou a ser peça fundamental. O texto jornalístico, no entanto - e suas estratégias de legitimação diante do público -, carrega consigo características que são mais antigas do que a modernidade – período no qual muitos localizam a gênese da atividade. Neste sentido, Sousa (2008) destaca que as técnicas jornalísticas não são técnicas sem memória. Por isso, o autor propõe uma história do jornalismo que começa bem antes do sistema capitalista, ou seja, nos fenômenos pré-jornalísticos que aparecem na Antiguidade Clássica e vão até o Século XV e XVI.

¹⁷ Segundo Sousa (2008), a *ágora* era a praça central onde os cidadãos se encontravam para discutir sobre o governo e os negócios: “na Antiga Grécia, o espaço público se configurava metaforicamente na *Ágora*” (SOUSA, 2008, p. 21).

Da passagem de um espaço público presencial (como ocorria na Grécia Antiga) ao espaço público midiático – do qual os meios de comunicação são peça fundamental – há, como já destacado, um processo de ampliação e complexificação das relações sociais que pode ser considerado gigantesco. Para Genro Filho (1989) o capitalismo é responsável por ter integrado de maneira irreversível a sociedade. Mas não apenas isso: as transformações de ordem econômica – a expansão do comércio e o processo de industrialização – criaram as condições para o aparecimento de uma nova classe social – a burguesia e, com ela, vieram transformações de cunho ideológico e filosófico que marcaram significativamente a modernidade.

É na modernidade que surge o Iluminismo, movimento que passa a reivindicar os direitos do homem anteriores ao aparecimento do Estado e independentes de seu reconhecimento: todo esse pensamento culmina em processos revolucionários e emancipatórios, com o foral da Revolução Francesa, na Revolução Inglesa e, principalmente, na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. A partir desse momento, os direitos individuais passam a ocupar o primeiro plano hierárquico, o que pode ser visto, talvez, como a maior conquista da humanidade. Todas as transformações sociais, políticas e culturais acabam por ser o reflexo dessa nova visão “humanista” – o homem passa a ser o centro de todas as coisas. Isso se relaciona efetivamente com a expressão que melhor define o iluminismo – a *Aufklärung* – que quer dizer iluminar, esclarecer. Ela representa, em síntese, o ideal do século das luzes, que Kant define como o processo através do qual a humanidade alcança sua maioridade, sua autonomia.

A influência desse pensamento é marcante e aparece como questionamento em um texto de Foucault intitulado “*O que são as luzes?*”: “Qual é então esse acontecimento que se chama *Aufklärung* e que determinou, pelo menos em parte, o que somos, pensamento e fazemos hoje?” (FOUCAULT, 2000, p. 335). Com base em um texto de Kant, publicado em um periódico alemão em 1784, ele responde: “Em todo o caso, a *Aufklärung* é definida pela modificação da relação preexistente entre a vontade, a autoridade e o uso da razão” (FOUCAULT, 2000, p. 337). Talvez essa seja a melhor ideia para justificar o aparecimento do “direito social à informação” presente, ainda que indiretamente, no artigo 11 da declaração francesa de 1789: “A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever,

imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei”.

É este ideal e este direito que justificam até hoje a importância do jornalismo e, especialmente, sua característica de ser uma forma de produção social de conhecimento (GENRO FILHO, 1989; MEDITSCH, 1997; MORETZSOHN, 2007, PARK, 1972). Neste sentido, ao recuperar a história da liberdade de imprensa, Cornu (1999) relembra que esta é uma liberdade de toda a humanidade, para quem a informação e o esclarecimento são direitos fundamentais, assim como a participação no espaço público: neste aspecto, o jornalismo exerce um papel fundamental.

4.1 Retórica e Jornalismo: da ágora grega ao espaço público midiático

Assim como o conceito moderno de jornalismo, a retórica dificilmente será compreendida sem duas vinculações fundamentais: a cidade e a democracia. É justamente na polis (cidade-Estado grega), por volta do Século V a.C, que a retórica se consolida enquanto técnica do discurso persuasivo (GARAVELLI, 1988) ou como a arte do discurso eficaz (LOPES, 1987) – um ambiente onde começam a se intensificar as polêmicas políticas e os debates sobre questões de interesse comum.

Esta relação primeira entre o jornalismo e a retórica serve de embasamento para as demais, que serão abordadas ao longo deste subcapítulo. Além de contextos parecidos, retórica e jornalismo apresentam semelhanças quanto às questões formais. Este é um indício de que, por mais que seja um produto da modernidade, o jornalismo recebeu influências significativas da cultura greco-romana no que se refere a uma tradição narrativa. Autores como Sousa (2008, 2004) e Karam (2009) defendem que o jornalismo herda muitas de suas técnicas e procedimentos de narrativas da antiguidade clássica. Para Karam (2009), o lead, assim como os conceitos de *clareza*, *brevidade* e *verossimilhança* podem ser observados já em Marco Túlio Cícero, orador Romano dos anos 80. A.C. “Tanto na Grécia Antiga como na Roma Antiga [...] houve exame e especulação sobre a articulação do discurso. Os retóricos [...], já haviam consolidado a ideia de que o discurso deveria ser bem articulado e acessível às massas” (KARAM, 2009, p. 110). A referência aos oradores da Antiguidade Clássica aparece, no entanto, já em Tobias Peucer:

Peucer socorreu-se dos antigos filósofos e retóricos gregos e romanos, como Fábio Quintiliano ou Cícero, que, entre outros contributos para os estudos jornalísticos, há mais de dois mil anos foram fixando para a posteridade a fórmula dos elementa narrationis para contar novidades (circunstancias de sujeito, objeto, lugar, tempo, causa e maneira, ou seja, ‘quem?’, ‘o quê?’, ‘onde?’, ‘quando?’, ‘porquê?’ e ‘como?’, tantas vezes atribuída erroneamente aos americanos do século XIX. (SOUSA, 2004, p. 35).

Voltando às bases do surgimento da retórica, a democracia, é oportuno retomar a teoria aristotélica sobre as três formas de governo. Nela, *democracia* é “o governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania” (BOBBIO, 1998, p. 319). Distingue-se, portanto, da *monarquia* que é o governo de um só, e da *aristocracia*, o governo de poucos. Os gregos de Atenas foram os primeiros a elaborar um ideal democrático. Sua organização política era baseada no princípio de que o cidadão deve participar da polis, decidindo o seu destino. Sabe-se que a abrangência da cidadania sofreu grandes transformações ao longo dos séculos e que nem sempre *todos* tiveram o direito de participar.

A discussão que interessa para esta pesquisa, no entanto, diz respeito aos desdobramentos discursivos que a participação de diversos interesses em uma decisão política acarreta – é precisamente esta questão que justifica o aparecimento da retórica. Segundo Garavelli (1988) é neste contexto que se torna necessário defender uma tese e destruir a dos adversários, negociando opiniões e decisões: “a Retórica, como expressão da liberdade da palavra, se opõe ao exercício autoritário do poder” (GARAVELLI, 1988, p. 19, tradução nossa). A técnica do discurso persuasivo está, portanto, estreitamente vinculada ao ideal democrático, de modo que representa a garantia da livre troca de ideias e argumentos e, acima de tudo, representa o respeito pelos outros “que não se querem ver constrangidos, mas persuadidos (e, inclusive convencidos) pela força do raciocínio: ao contrário do autoritarismo, que não explica suas razões” (GARAVELLI, 1988, p. 11, tradução nossa).

A polis grega – espaço onde se desenvolveu a retórica antiga¹⁸ – exercia uma democracia direta (os cidadãos se encontravam na ágora para debaterem as questões públicas), onde o tamanho do auditório era um fator fundamental. Fidalgo (2010) observa que Platão e Aristóteles preocupavam-se com a dimensão ideal da cidade, de modo que esta fosse adequada ao alcance do discurso e da ação presencial dos cidadãos. Neste sentido, Platão chegou a propor o número de 5040 cidadãos como o tamanho ideal da *polis*. Aristóteles referia-se a uma “comunidade grande o suficiente para atender às incumbências vitais, mas não tão grande que a voz de um indivíduo não chegue a todos” (FIDALGO, 2010, p. 06). Acreditavam, em síntese, que os cidadãos deveriam se conhecer bem entre si para que fosse possível exercer uma boa administração da cidade.

Para Armañanzas e Noci (1986), a retórica é a primeira tentativa de articulação sistemática do discurso. Os autores a caracterizam como a arte ou técnica de formular ideias e opiniões mediante o discurso linguístico que é dirigido a um auditório ou público plural. Para Lopes (1987), a retórica adquiriu, na Antiguidade, uma certa autonomia enquanto disciplina, tendo sido capaz de formular um “saber coerente, organizado em torno da referência à complementaridade interna das diferentes partes do discurso” (LOPES, 1987, p. 02). Estas partes são, na visão de Lopes (1987) e Lopez (apud Karam, 2009): a) invenção (*inventio*); b) disposição (*dispositio*); c) elocução (*elocutio*); d) memorização (*memoria*); e) enunciação (*actio*). Cabe salientar que todas as partes formam um todo, que compõe um mesmo percurso enunciativo (LOPES, 1987).

A *invenção* corresponde ao processo de seleção dos assuntos que serão materializados no discurso; a *disposição* refere-se à ordenação dos assuntos, correspondendo a um determinando arranjo interno entre as partes do discurso; a *elocução* nada mais é do que a elaboração formal, estética expressiva do discurso (LOPES, 1987); a *memorização*, como já sugere o termo é necessária para que o orador retenha o discurso e consiga pronunciá-lo; por fim, a *enunciação* corresponde ao ato, ou seja, a ação de apresentar o discurso ao público. Quanto às funções da retórica, Barilli (apud Karam, 2009), refere-se a três aspectos. O

¹⁸ O termo “retórica antiga” será utilizado em referência à retórica desenvolvida por Aristóteles, Cícero e Quintiliano. De acordo com Lopes (1987), irá surgir, contra essa concepção, a retórica clássica, de Petru Ramus, que provocará, com o passar do tempo, a redução da retórica à elocução, ou seja, a expressão linguística e estilística.

primeiro deles corresponde à transmissão de noções intelectuais, ou seja, o *docere*. O segundo, *movere*, relaciona-se com o objetivo de atingir os sentimentos do público e o terceiro, a capacidade de manter a atenção do público – *delectare*.

Lopez (2003 apud KARAM, 2009) defende que as três primeiras fases de construção do discurso, segundo a retórica, são perfeitamente aplicáveis e importantes para o jornalismo. Neste caso, a fase da invenção corresponderia à apuração, ou seja, recolhimento do material informativo – a maior quantidade possível; a disposição seria a fase da produção/construção do texto jornalístico, respondendo as perguntas clássicas do *lead* – o que compõe a estrutura típica de um texto jornalístico informativo; a terceira fase, ou seja, a elocução, que corresponde a elaboração linguística e do estilo do texto. A memorização ficaria de fora, no caso do jornalismo impresso, mas poderia estar presente no texto televisivo, por exemplo, quando o repórter precisa decorar o texto da passagem. A enunciação também estaria presente no momento em que a notícia é divulgada para o público.

Cícero¹⁹ nomeia de um modo diferente as partes do discurso: estas seriam a invenção, disposição, estilo, memória e representação. Existem também algumas diferenças, embora não muito drásticas, na definição de cada uma das partes. Em Cícero (1997), a invenção seria a parte que corresponde à busca por argumentos que sejam verdadeiros ou verossímeis, que deem credibilidade ao tema tratado; a disposição representa a ordenação adequada dos argumentos; o estilo a utilização das palavras adequadas para expressar argumentos escolhidos na etapa da invenção; a memorização apresenta o mesmo conceito na definição de Lopes (1987), ou seja, a reter as palavras e as ideias e finalmente, a representação seria a expressão, pela voz e pelos gestos, do discurso formulado.

¹⁹ Cícero foi um célebre advogado e orador romano que nasceu, provavelmente, por volta do ano 106 a.C. Através do processo de helenização da cultura romana, muitos elementos da tradição grega foram compartilhados, entre eles, a arte retórica. Foi Cícero o autor de um dos primeiros tratados sobre retórica escritos em língua latina – “A Invenção Retórica” – obra que ele não chegou a concluir. Retórica a Herenio, de autor desconhecido, foi também atribuída a Cícero. Sua formação filosófica e retórica é considerada bastante variada. Muitas das suas ideias, no entanto, são baseadas na obra de Aristóteles.

Referendo-se à disposição do discurso, Cícero (1997) já afirmava que para atrair a atenção do auditório era necessário iniciar a narração pelo exórdio, ou seja, a parte do discurso que dá ânimo ao ouvinte para escutar o restante da exposição. Para o orador romano, a narração “é a exposição dos fatos como tenham ocorrido ou como se supõem que tenham ocorrido” (CÍCERO, 1997 apud KARAM, 2009, p. 110). Como já observado anteriormente, três são os requisitos indispensáveis da narração, quais sejam, a clareza, a brevidade e a verossimilhança. Cícero segue a concepção de Aristóteles para conceituar a retórica, afirmando que sua finalidade é persuadir através da palavra (CÍCERO, 1997). Também segue a mesma linha de raciocínio do filósofo grego para classificar os gêneros retóricos, os separando em *demonstrativo*, *deliberativo* (reservado às discussões políticas e para expressar opiniões) e o *judiciário* (onde funciona o princípio de acusação e defesa).

O jornalismo pode ser inserido nos três gêneros retóricos: ao mesmo tempo em que demonstra que certos “fatos” realmente aconteceram e precisa provar isso para garantir sua legitimidade, é um espaço de discussão política e expressão de opiniões diversas e também de acusação e defesa, na medida em que investiga e denuncia certos fatos, mesmo não fazendo isso do ponto de vista jurídico. O jornalismo que se diz “investigativo” já foi fundamental em diversas ocasiões, como por exemplo, quando denunciou um esquema de corrupção na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em 2009.²⁰ Esse exemplo é apenas ilustrativo de uma série de inúmeros outros processos investigativos do jornalismo.

Conforme Armañanzas e Noci (1986), o que Aristóteles escreveu sobre a retórica também é extremamente válido para o jornalismo, já que o texto, ou o discurso, na visão do filósofo, será mais influente quanto mais for construído da maneira correta. Não só esta questão, mas muitas

²⁰ A série “Diários Secretos” foi produzida por jornalistas da Gazeta do Povo, do Paraná. Uma base de dados foi criada pela empresa para cruzar informações sobre as contas da Assembléia Legislativa. James Alberti e mais três jornalistas investigaram por quase dois anos cerca de 500 edições do Diário Oficial guardadas nos porões da Assembleia Legislativa do Paraná. Através da criação de uma base de dados com as informações coletadas, foi possível identificar o desvio de recursos públicos. Atualmente, o banco de dados está disponibilizado para o acesso dos cidadãos através do site: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/diariossecretos/index.phtml?offset=15&>. Em função das denúncias e do corte de gastos indevidos, a Assembléia economiza, atualmente, 4,5 milhões de reais por mês.

outras abordadas por Aristóteles, são recorrentes na teoria do jornalismo, como por exemplo, a importância do acontecimento. Ao analisar a expressão do discurso, Aristóteles cita regras tais como a clareza, a correção, a expressão adequada e a elegância – questões que também estão presentes no discurso jornalístico que, para Armañanzas e Noci (s.n), aparece como uma das “retóricas especiais”: “En cada caso hay que sopesar cuál es la técnica más conveniente, pero siempre hay que aportar pruebas, de dos tipos: las que están fuera del arte o la técnica, y las que competen al arte o a la técnica [...]” (ARMAÑANZAS; NOCI, 1986, p. 19)

Nesta perspectiva, Correia (2011), se refere ao fato de o jornalismo viver entre o saber cognitivo e o saber narrativo, oscilando entre “a ambição de cientificidade que se traduz num predomínio da linguagem denotativa e um saber mais ligado à narrativa, que se reflete na proximidade a vida cotidiana”. Viveria, ao mesmo tempo, ligado à força dos acontecimentos (a realidade objetiva) e a construção narrativa (com suas técnicas específicas) que faz sobre esses acontecimentos, a partir de um lugar – a prática jornalística - que tem suas particularidades.

a) desde logo, uma publicação meramente denotativa e centrada no uso referencial da linguagem seria, além de impossível, ilegível; b) a necessidade de apelar ao interesse implica o equilíbrio estratégico entre marcas estilísticas típicas de cada um dos géneros; c) as notícias usam estratégias narrativas e mecanismos retóricos de captação de interesse que estão para além da dimensão referencial da linguagem; d) o recurso a uma outra destas formas de relato noticioso não depende do tema mas de escolhas do produtor de notícias, muitas vezes em função de variáveis como o tempo disponível ou os critérios editoriais da publicação. (CORREIA, 2011, p. 64).

Um grave engano percorreu, no entanto, o conceito de retórica durante muito tempo. Segundo Lopes (1987), é no Século das Luzes (XVIII) que ela começa a ser desconstituída de suas características originais: a retórica passa a ser entendida como a “arte de enfeitar”, convertendo-se em uma ferramenta, apenas, com suas figuras de linguagem. Foi através deste caminho que, não tardou, chegou a ser atrelada à “arte do engano” – esta idéia, porém, tem resquícios já na Antiguidade, através do pensamento de Platão – que via nas técnicas

argumentativas um descompromisso com a verdade dos conteúdos e uma preocupação excessiva com a forma.

Escrito por Perelman e Olbrechts-Tyteca, o livro “Tratado de Argumentação: A nova retórica”, publicado originalmente em 1954, representa uma tentativa de recuperar ou renovar a reflexão filosófica sobre a argumentação e a retórica: questões tão caras para os filósofos da Antiguidade que praticamente caíram no esquecimento ao longo de vários séculos. A leitura atenta desta obra oferece subsídios para uma reflexão sobre o jornalismo e suas características argumentativas.

O lugar de onde os autores partem parece ser o da síntese entre duas concepções antagônicas: “Entre a ontologia, dotada de uma flexibilidade oca, mas infinita, e a racionalidade apodíctica, matemática e silogística, mas limitada, Perelman tomou uma terceira via: a argumentação, que raciocina sem coagir, mas que também não obriga a renunciar à Razão em proveito do irracional ou do indizível!” (COELHO, 2005, p. XXI).

Já no início, destacam que a publicação de uma obra dedicada à argumentação, com claros vínculos com a tradição grega da retórica e da dialética, representa uma ruptura em relação à concepção da razão com origens no cartesianismo, o que marcou profundamente o pensamento ocidental nos últimos três séculos. Mesmo a estruturação do jornalismo informativo moderno não escapa das influências implacáveis deste paradigma científico e filosófico que mais tarde se desenvolveria através do empirismo, conforme explica Sponholz (2010). Segunda a autora, a relação do jornalismo com a noção de imparcialidade passa a vigorar a partir do momento em que uma visão racionalista ganha certo caráter dominante no mundo ocidental. A partir do Século XIX, os conceitos de realidade e fato ganham preponderância e, aliados a grandes descobertas científicas, influenciam na transformação do modo de ver, entender e explicar o mundo: a experiência passa a ser considerada a única fonte de conhecimento (empirismo). Estas concepções teriam uma influência marcante sobre o jornalismo e, especialmente, sobre o esquecimento a que foram submetidas a retórica e a argumentação.

A argumentação coloca-se, desse modo, contra a centralidade da evidência no pensamento científico moderno. O conceito de *fato como um acordo*, trabalhado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), demonstra muito bem esse antagonismo. Tais questões serão mais

amplamente debatidas adiante. É justamente o verossímil, o plausível e o provável – e não o evidente – que pertencem ao campo da argumentação. O jornalismo, nesse caso, vive entre a evidência e o argumento: ao mesmo tempo em que precisa dos fatos para existir e dar corpo às notícias e reportagens, ele deve levar em conta as contradições de versões – seu papel é questionar, duvidar e desconfiar, mas também oferecer respostas plausíveis para que o leitor possa usar as informações para se conduzir em seu cotidiano.

Ao contrário da evidência – “força à qual toda a mente normal tem de ceder” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005) – a argumentação relaciona-se com o estudo das técnicas discursivas que tem como objetivo aumentar a adesão do público em relação a determinadas teses/argumentos que não estão resolvidas de uma vez por todas – e, portanto, não estão evidentes. Dependem, ao contrário, de probabilidades ou possibilidades. Dependem da persuasão, do convencimento – conceitos que serão melhor abordados adiante. Por ora é possível concluir que quanto menos evidente for algo e quanto mais espíritos (sujeitos) estiverem envolvidos neste ‘algo’, maior será a centralidade da argumentação, pois dela irá depender uma solução, ainda que não definitiva.

A estrutura do texto jornalístico também sofreu transformações radicais em função deste elemento que é fundamental para toda e qualquer argumentação: o público. A formação da sociedade massa, a partir da Revolução Industrial foi um fator determinante para o surgimento do *lead*, assim como a aceleração do ritmo de vida, resultante do processo de urbanização. A multidão é uma das imagens mais características relacionadas à definição da modernidade, momento este onde muitos teóricos identificam o surgimento do jornalismo – ou do jornalismo mais próximo do que conhecemos atualmente. É justamente a complexificação/aumento da multidão que torna a retomada da teoria da argumentação tão relevante. É neste sentido que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) recuperam a noção de auditório a partir da retórica tradicional (greco-romana), pois defendem que é “em função de um auditório que qualquer argumentação se desenvolve” (2005, p. 06).

Para estes autores, também é possível distinguir as formas de argumentação a partir de três diferentes tipos de auditório: o universal - formado por toda a humanidade (retórica), o que é constituído apenas pelo orador e um interlocutor (dialética) e ainda aquele que é formado apenas por um sujeito, que argumenta para si mesmo sobre seus próprios

atos (lógica). O auditório universal, vale salientar, poderia ser caracterizado, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), como a imagem que o orador forma daqueles a quem pretende persuadir. É fundamental, portanto, que o orador faça uma projeção do seu auditório – auditório presumido -, uma vez que não conhecer a quem está se dirigindo pode trazer resultados desagradáveis para a argumentação. Seguindo esta linha de raciocínio, há dois tipos principais de argumentação: de um lado aquela cujo orador está mais interessado no parecer do público e no modo como entra em contato com este; e de outro, o orador apaixonado que está mais preocupado com o que ele mesmo sente e, portanto, descuida da adesão do público.

Como vimos, o conceito tradicional de dialética envolve a argumentação entre duas pessoas. Neste ponto, é preciso ressaltar que há um distanciamento entre este conceito oficial e o modo como o jornalismo exerce a dialética enquanto diálogo: ele a amplia consideravelmente. Sendo assim, é possível considerar que a forma simples da dialética é o diálogo entre duas pessoas; sua forma ampliada seria o grande debate público que o jornalismo pode fazer ecoar.

Quando se trata de convencer um auditório universal, é muito provável que o orador precise lidar com um público heterogêneo, ou seja, que não forma um consenso e que reúne pessoas de diferentes personalidades, valores, vínculos e funções na sociedade. Nestes casos, é preciso utilizar argumentos múltiplos para que seja possível conquistar os diferentes espíritos deste auditório. É precisamente esta capacidade que distingue um bom orador. Conhecer o auditório, vale salientar, também implica conhecer os seus fatores extrínsecos, os seus condicionamentos. A heterogeneidade dos auditórios, sendo bastante expressiva, suscitou o interesse pela construção de uma técnica argumentativa que poderia se impor a todos, independente de suas diferenças, sendo a *objetividade* o conceito central deste esforço. Aproximando esta reflexão do jornalismo, logo podemos compreendê-lo como uma forma de argumentação que visa atingir um auditório o mais amplo possível e por isso também utiliza as técnicas da objetividade neste esforço de suplantar as diferenças e tornar seus discursos mais aceitáveis e legítimos.

Os auditórios têm, de acordo com os autores, uma cultura própria, formada por opiniões dominantes e convicções indiscutidas. Sendo assim, a cultura de um auditório pode transparecer através dos discursos dirigidos a eles. Mesmo não se referindo em nenhum momento ao jornalismo propriamente dito, as ideias apresentadas por Perelman e

Olbrechts-Tyteca podem ser perfeitamente atribuídas a atividade. O jornalismo adquire, portanto, o caráter de argumentação principalmente por que: (a) está preocupado em presumir o auditório ao qual se dirige – que ora é um auditório universal e heterogêneo, ora é um auditório específico e especializado; (b) ao invés de apenas relatar os fatos, preocupa-se com o modo de fazê-lo, o que fica expresso nas diversas técnicas de produção das notícias: o *lead* ou pirâmide invertida, a apuração e os valores-notícia²¹ (o que, de todas as técnicas, leva mais em conta o interesse do público porque está se baseando no que é importante e interessante em relação aos interesses dos leitores).

É possível, nesse sentido, fazer a seguinte constatação: se a retórica tradicional greco-romana, surgida por volta do Século V antes de Cristo, se desenvolveu em função do surgimento da *polis* grega, ela retorna com toda a força na modernidade, em função do processo de urbanização intenso – o que faz com que os sujeitos voltem a interagir no espaço urbano após séculos de isolamento nos feudos medievais²². Retorna, porém, como uma retórica midiaticizada.

Da *ágora* ateniense – o espaço típico de discussão e argumentação – portanto, de exercício da retórica – para o espaço público moderno (dos salões, dos cafés), onde se originaram as Revoluções Inglesa (1689) e Francesa (1789), o mundo se complexificou de forma intensa. A democracia direta inaugurada na Grécia Antiga já havia cedido lugar aos regimes feudais e aos governos absolutistas, combatidos durante os séculos XVII e XVIII pela nova classe em ascensão: a burguesia. Esta que, justamente, vai legitimar o papel da imprensa e do jornalismo como espaço de discussão da esfera pública. Habermas (1984) observa, neste processo, a midiaticização do espaço público. Há, portanto, nessa transição entre o espaço público da antiguidade clássica e o moderno, a inserção de um elemento que não

²¹ Para Lage (2001), os parâmetros principais para a seleção do que será transformado em notícia são a importância e o interesse. Os critérios de avaliação, segundo o autor, seriam: proximidade; atualidade; identificação social; intensidade; ineditismo e identificação humana.

²² De acordo com Sousa (2008), a Idade Média é o período entre o fim do Império Romano do Ocidente (séculos IV e V) e o Renascimento (finais do século XIV/início do século XVI), período marcado pelo feudalismo, pela ruralização da sociedade europeia, que abandona as cidades e passa a viver isolada nos feudos em função das constantes guerras e conflitos. Nestas condições, os fenômenos pré-jornalísticos pouco se desenvolvem e a troca de informação e novidades é feita, majoritariamente, através da oralidade.

pode ter sua importância desconsiderada: os meios de comunicação social, a imprensa ou a mídia (em termos mais atuais).

Se o modelo aristotélico da retórica era triangular, ou seja, formado pelo orador, a mensagem e o auditório, o modelo da retórica midiaticizada é um quadrado comunicacional (FIDALGO, 2010), que acrescenta ao modelo tradicional de Aristóteles, os meios de comunicação: “Não se trata de um mero elemento adicional, mas de um elemento que intervém e refaz as relações entre os outros elementos entre si. A relação de um orador com seu ouvinte modifica-se substancialmente se for midiaticizada, tal como a mensagem se altera consoante o meio em que é veiculada” (FIDALGO, 2010, p. 05). Atualmente, a democracia, como se sabe, sobrevive através da representatividade, de modo que a sua argumentação/legitimação passa pelos meios de comunicação. Só assim é que as ideias podem circular entre todos os cidadãos, ou melhor, entre o máximo de cidadãos possíveis, levando em conta as condições da intensa globalização.

O conceito de espaço público, porém, permanece quase o mesmo – “é o lugar no qual o processo de legitimação se pode cumprir, que passa pela argumentação, pela procura do melhor argumento, e supõe o alcance de um consenso por cidadãos livres e iguais” (CORNU, 1999, p. 223) –, ainda que a cidadania tenha alcançado um novo patamar de direito (e não necessariamente de fato), onde todos têm direitos e deveres. Este é um conceito defendido por Habermas, que se refere ao espaço público numa dimensão que para as gerações atuais parece distante: um *lugar* onde os cidadãos debatem e constroem coletivamente uma posição sobre os acontecimentos políticos, sobre o poder político e assim, logicamente, o legitimam. No entanto, operou-se uma inversão, causada pelas novas mídias, entre a antiga esfera pública e a nova esfera social, conforme destaca Cornu (1999, p. 212):

também nesse ponto há uma inversão entre a antiga esfera pública, que visava por em discussão pública assuntos que o poder entendia tratar em segredo, e a nova esfera social onde, por efeito da publicidade (no sentido do reclamo) e das relações públicas, se trata de dissimular os verdadeiros interesses para obter um amplo assentimento de uma opinião não crítica. Isso aplica-se igualmente aos media que, a coberto do interesse geral do público pela informação, visam na realidade os

seus próprios interesses, por vezes limitados à rentabilidade.

Há, na visão de Habermas, o exercício de uma cidadania simulada, onde os meios de comunicação, no lugar de promoverem o debate sobre as questões de interesse da sociedade, criariam interesses outros, desviando a atenção do público em relação àquilo sobre o que realmente deve ser discutido. É importante observar, no entanto, que a noção de espaço público de Habermas está bastante vinculada à argumentação, conforme explica Sousa (2008, p. 38):

A noção de espaço público inicial de Habermas corresponde ao espaço onde se formam as opiniões e as decisões políticas e onde se legitima o exercício do poder. É o espaço do debate e do uso público da razão argumentativa. Caracterizava-se, inicialmente, na vida social, nos debates racionais sobre política, economia, assuntos militares, literatura e artes que ocorriam nos cafés, clubes e salões, bem ao gosto do espírito iluminista. Era um espaço público ‘físico’, semelhante ao fórum romano e a ágora grega. Porém, a explosão da imprensa transferiu para os jornais e revistas os debates que anteriormente se desenvolviam nesses lugares. A imprensa tornou-se, assim, a primeira grande instância mediadora na configuração do espaço público moderno, um espaço público mais ‘imaterial’ e ‘simbólico’.

O lugar do debate público passa a ser, portanto, a mídia, ou mais especificamente, o jornalismo: este é, também, um espaço onde se estabelecem as controvérsias e, conseqüentemente, as possibilidades de consenso – o verdadeiro processo de comunicação se daria neste espaço de interação entre os sujeitos (BRAGA, 2012). Para dar conta desta função, porém, o jornalismo necessita fazer florescer, mais do que sua vertente retórica e argumentativa (que busca se dirigir a um público heterogêneo), o seu caráter dialético – a controvérsia.

4.2 Dialética e jornalismo: a necessidade da controvérsia e os antagonismos no discurso jornalístico

Como já observado, a dialética pode assumir dois significados principais – de um lado como uma das formas de argumentação (ao lado da retórica) e de outro como referencial filosófico para a compreensão do mundo, marcado pela ideia de mudança, de diálogo e de crítica. De um modo ou outro, sua origem remete à antiguidade clássica: Grécia Antiga. Para alguns autores, o grande pai da dialética foi Heráclito de Éfeso (540 – 480 a.C., aproximadamente), filósofo pré-socrático em cujos escritos lê-se que “tudo existe em constante mudança, que o conflito é o pai e o rei de todas as coisas” (KONDER, s.n, p. 08). O filósofo era conhecido como “Heráclito - o obscuro”, pois, de acordo com Konder (s.n) os gregos tinham resistência em aceitar a ideia de que não havia nenhuma estabilidade no ser. Preferiam, neste sentido, o pensamento de Parmênides, para quem a “essência do ser era profunda e imutável” (KONDER, s.n, p. 09) – o que representa a linha do pensamento metafísico.

Para outros autores, como Mora (2001) o pensador que deu início à dialética foi Sócrates, com seu método de interrogar constantemente a realidade. Sócrates não deixou nada escrito. A maior parte do que é conhecido a seu respeito provém dos escritos de Platão. Sabe-se, no entanto, que Sócrates andava pela cidade grega – *a polis* – dialogando com as pessoas que encontrava, confrontando convicções e questionando o que parecia dado. A dúvida era sua grande aliada. “Só sei que nada sei” é sua frase mais célebre. Sócrates, segundo Aranha e Martins (1993, p. 93), executava um método destrutivo na busca pelo conhecimento:

Sócrates, por meio de perguntas, destrói o saber constituído para reconstruí-lo na procura da definição do conceito. Esse processo aparece bem ilustrado nos diálogos relatados por Platão, e é bom lembrar que, no final, nem sempre Sócrates tem a resposta: ele também se põe em busca do conceito e às vezes as discussões não chegam a conclusões definitivas.

Tal como os repórteres da atualidade, Sócrates utilizava como procedimento essencial o questionamento e a desconfiança – métodos fundamentais para a reportagem jornalística. Ainda, é claro, que suas

perguntas tenham sido de outra ordem – muito mais essenciais e profundas (Sócrates perguntava, por exemplo, “*o que é o bem?*”, “*o que é a justiça?*”). É interessante observar, nesse sentido, que uma metodologia da reportagem envolve perguntas que desconfiam das versões oficiais, fazem o entrevistado cair em contradição e têm a dúvida como princípio orientador.

A dialética adquiriu, através do pensamento de Platão – discípulo de Sócrates -, um status importantíssimo, estando vinculada ao conhecimento e ao alcance da verdade. Em Platão, conforme Marcondes e Japiassu (1990), a dialética relacionava-se ao processo através da qual a alma se eleva, gradativamente, das aparências sensíveis às ideias. No conjunto do pensamento de Platão, a dialética representa a busca pela verdade, pela essência das coisas. Essa busca ocorre, na visão do filósofo clássico, através do diálogo, de modo que o aprendiz de filósofo utiliza sistematicamente o discurso para atingir a ordem da verdade, livre da crença nos dados do mundo sensível. Defensor da autonomia das ideias e de sua existência *a priori*, Platão atribuía à dialética um papel fundamental para que, de ideia em ideia, se alcançasse a ideia suprema, de modo ascendente.

Cabe expor que o termo *dialética* vem do grego *dialektike*, que significa discussão. (MARCONDES; JAPIASSU, 1990, p. 71-72). Mora (2001) segue a mesma linha ao afirmar que a palavra dialética tem estreita ligação com ‘diálogo’, ou que ‘arte dialética’ pode ser definida como ‘arte do diálogo’:

Como no diálogo há (pelo menos) dois *logoi* que se contrapõem entre si, também na dialética há dois *logoi*, duas “razões” ou “posições” entre as quais se estabelece precisamente um diálogo, ou seja, um confronto no qual se verifica uma espécie de acordo na discordância – sem o que não haveria diálogo – mas também uma espécie de sucessivas mudanças de posições, induzidas pelas posições “contrárias”. (MORA, 2001, p. 182).

Como já apontado anteriormente, ao lado da retórica, a dialética ocupava um lugar de destaque na cultura greco-romana, constituindo-se, conforme explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), em uma forma de argumentação. Enquanto a retórica era a argumentação dirigida a um vasto auditório – o auditório universal –, heterogêneo, formado por

pessoas de diferentes personalidades, vínculos e funções na sociedade, a dialética referia-se à argumentação dirigida a um auditório formado apenas pelo orador e um único interlocutor e que tinha como forma predominante o diálogo.

O alcance filosófico da argumentação apresentado a um único ouvinte e sua superioridade sobre a dirigida a um vasto auditório foi admitida por todos os que, na Antiguidade, proclamavam a primazia da dialética sobre a retórica. Esta se limitava a técnica do longo discurso contínuo. Mas um discurso assim, com toda a ação oratória que comporta, seria ridículo e ineficaz perante um único ouvinte. É normal levar em conta suas reações, suas denegações e suas hesitações e, quando constatadas, não há como esquivar-se: cumpre provar o ponto contestado, informar-se das razões da resistência do interlocutor, penetrar-se de suas objeções: o discurso degenera invariavelmente em diálogo. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 39-40).

A argumentação dialética tem origens com os chamados retóricos sofistas. Protágoras de Abdera (480 a.C. - 410 a.C.) desenvolveu uma teoria da argumentação baseada na ideia de antítese. Pretendia, com isso, mostrar como é possível tratar um argumento a partir de diferentes pontos de vista. “Era a técnica da contradição ou antilogia: a contribuição mais escandalosamente inovadora da retórica sofisticada” (GARAVELLI, 1988, p. 20). Ainda de acordo com Garavelli (1988), são inúmeros os relatos históricos que se referem a competições retóricas que ocorriam com base nas técnicas desenvolvidas por Protágoras – baseadas na erística, ou seja, na arte de conduzir o adversário a uma contradição, identificando, assim, as fragilidades internas de um argumento, com vistas a contribuir para a busca da verdade.

Quanto à argumentação dialética, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) tratam da diferença entre discussão e debate, de modo que o primeiro tipo ocorre quando entre as partes há uma busca sincera pela verdade e o segundo, quando cada qual está mais interessado com o triunfo de sua própria tese. É imprescindível notar que para que a argumentação via diálogo obtenha um status filosófico, ela precisa ser válida aos olhos de todos.

Não conviria, no entanto, que a adesão do interlocutor tivesse sido obtida unicamente graças à superioridade dialética do orador. Quem cede não deve ter sido vencido numa contenda erística, mas deve ter se inclinado ante a evidência da verdade. É que o diálogo, tal como é focalizado aqui, não deve constituir um *debate*, em que convicções estabelecidas e opostas são defendidas por seus respectivos partidários, mas uma *discussão*, em que os interlocutores buscam honestamente e sem preconceitos a melhor solução de um problema controvertido (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 41-42).

Tal questão aparece para o jornalismo especialmente em sua relação com as fontes. Estas, interessadas em fazer valer o seu argumento, buscam estratégias para este fim. Os jornalistas, nesse caso, precisa cumprir o papel de levar todas as teses a uma contradição, pois sabe que cada fonte quer fazer valer a sua verdade. É possível observar nesse caso a centralidade da dúvida e da pergunta para a atividade jornalística: uma estratégia metodológica que tem a dialética como princípio de fundo e permite, ainda que de forma muitas vezes limitada pelas condições de trabalho do jornalista, levá-lo além do aparente e do que parece evidente, mas não é.

A retórica dos sofistas foi alvo de críticas muito severas de Platão. Segundo o filósofo, tal procedimento argumentativo era utilizado apenas para distrair as audiências, como um exercício formal e que não estava preocupado com o conteúdo da argumentação. Assim, Platão opôs à retórica sofística uma contrapartida filosófica: a dialética – “arte da discussão, formalmente adequada a conteúdos específicos e destinada a análise dos argumentos de um discurso, a sua decomposição em elementos fundamentais e sua reordenação em categorias essenciais” (GARAVELLI, 1988, p. 22).

Cícero também aborda a questão da controvérsia que aparece nos discursos retóricos. Por mais que suas ideias pareçam mais adequadas ao gênero judicial, cabe expô-las e tentar uma aproximação com o jornalismo. Em primeiro lugar, Cícero (1997) refere-se à necessidade de identificar se a causa que deu origem a uma controvérsia é simples ou complexa. No primeiro caso, deve responder a uma questão completa. Um exemplo: “a polícia deve ou não internar a força as pessoas viciadas em crack que circulam pela cracolândia, na cidade de São Paulo?”. Esta

é uma questão de fundo, relacionada a um tema amplamente abordado em termos jornalísticos no Brasil. Uma causa complexa seria aquela que, segundo Cícero (1997) envolve uma série de questões, ou seja, possui diversas perguntas e necessita diversas respostas. A mesma pergunta antes tomada como uma causa simples pode, desse modo, se converter em uma causa complexa: “O que deve ser feito com os viciados em crack que circulam pela Cracolândia? A operação policial surtirá efeito? É legítima?”²³

A controvérsia, segundo Cícero, pode se referir a um raciocínio (argumento) ou ao texto. Desse modo, ele distingue quatro tipos de controvérsia: quando as palavras utilizadas parecem contradizer a intenção do autor há uma controvérsia da classe do *texto e sua intenção*; outras vezes, duas ou mais leis (argumentos) trabalhados no texto podem ser contraditórios – *leis em conflito*; também ocorre a *ambigüidade*, quando se descobre no texto algo que não está contemplado nele; por último quando se analisam os significados das palavras utilizadas – é a *definição*.

Cícero também define os elementos da controvérsia, quais sejam: a questão; a justificação; o ponto a julgar e o fundamento da causa. A questão, para Cícero (1997) nasce da oposição entre duas teses. Por exemplo: “não tinha direito de fazê-lo. Tinha direito. É o conflito entre as teses, portanto, o que determina o estado de causa; dele surge a discussão que chamamos questão; nesse caso: “teria direito de fazê-lo?” (CÍCERO, 1997, p. 109). A justificação, como o próprio nome sugere, remete aos argumentos utilizados para defender cada uma das teses. Sem a justificação não haveria discussão. O ponto a julgar surge da refutação ou confirmação de uma justificação. É o ponto de partida para a discussão. Por fim, o fundamento seria o argumento mais sólido e mais decisivo com relação ao ponto a julgar. É dessa forma, em síntese, que se estrutura discursivamente a controvérsia, na visão do orador romano.

²³ A questão utilizada como exemplo remete a um levantamento de matérias feitas pelo jornal Folha de São Paulo sobre uma operação policial iniciada no dia 03 de janeiro de 2012 na região conhecida como Cracolândia, na cidade de São Paulo. O objetivo da ação era reprimir o tráfico de drogas na região (matéria em anexo). Durante um mês o jornal publicou cerca de 80 matérias sobre o caso na edição online do jornal (folhaonline.com.br). Ao todo, as matérias tiveram 15 031 comentários de leitores, o que demonstra um índice considerável de participação na discussão sobre o problema.

4.2.1 A ordem e a controvérsia: os conflitos do jornalismo

Por ora, é importante salientar que se a controvérsia é condição essencial que garante a legitimidade do espaço público em uma sociedade democrática, e se o jornalismo é uma das instâncias que materializam esse mesmo espaço público, daí é possível concluir que o jornalismo tem um compromisso com a controvérsia, com o debate público. Cabe, nesse sentido, analisar em que medida consegue operacionalizar este debate. Como uma das instituições que regulam as discussões em uma sociedade, o jornalismo opera no sentido de dar voz a personagens com certo antagonismo. Tal antagonismo, no entanto, responde a necessidade de apresentar diferentes versões sobre um mesmo fato – o que não significa a constituição de um debate propriamente dito, acerca do acontecimento, suas consequências e suas causas. Nestas condições, a argumentação dialética aparece como uma estratégia para garantir a legitimidade e credibilidade do discurso jornalístico. Tal estratégia é, também, resultado da influência que o método científico exerceu sobre o jornalismo.

Sabe-se, que uma das técnicas mais consagradas no fazer jornalístico – ouvir todos os lados envolvidos em um fato – é, ao mesmo tempo, tanto uma estratégia par legitimar a imparcialidade e isentar formalmente o jornalista da tomada de posição, como um princípio ético que garantiria um lugar de “fala” para sujeitos com posições antagônicas. O artigo 12, parágrafo 1, do terceiro capítulo do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros afirma que o jornalista deve: “ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas numa cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas”. Tal princípio vem para corroborar outro, que é “divulgar os fatos e as informações de interesse público e lutar pela liberdade de pensamento e de expressão”.

Ouvir todos os lados não é nada mais do que verificar a veracidade da informação, sua legitimidade – é apurar, investigar. Ao afirmar que a notícia é um jogo de versões sobre realidades, Pereira Júnior (2006), constata que o trabalho do jornalista não se esgota em ouvir o outro lado sobre um fato, equilibrando versões que se anulam: o jornalista precisa produzir uma síntese, que é resultado da investigação, mas também de sua mediação sobre o fato. “como toda matéria é calcada em mediações e discursos (entrevistas, relatos, interpretações de documentos, provas e contraprovas), uma voz anulária a outra, caso não

houvesse evidência ‘consistente’” (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 71). Assim, o trabalho do jornalista,

não se realiza quando equilibra entre o pró, o contra, os ângulos da notícia, pois é comum cair num ceticismo circular, em que uma hipótese (“Fulano é corrupto”) é confrontada por sua antítese (“Não sou”). O feijão-com-arroz do repórter e do editor é impedir a publicação de versões que se anulam. Onde o que é dito por uma fonte é apenas contradito por outra, sem maior checagem (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 71-72).

Outra constatação interessante do autor, quando ensina os jornalistas sobre a validade da apuração, é a de que o seu papel não é transferir dúvidas para o público. Ao contrário, precisa ter a sensibilidade para entender que o destinatário deseja “um chão sólido para posicionar-se”. Neste caso, sua obrigação é apurar cada contradição que se apresenta entre as fontes, até que reste apenas uma versão passível de confiança. Portanto, afirma, “a conduta do jornalista só poderá ser a de quem busca uma única e exclusiva verdade” (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 73).

A centralidade do método de investigação, que precisa ser o mais infalível possível para desviar a notícia de enganos, traz em seu âmago a ideia de que é preciso sempre desconfiar de toda informação: uma prática identificada com a dialética em sua perspectiva socrática. O resultado desse processo, seria, no entanto, algo de caráter pouco controverso: há uma verdade, apenas – o resto precisa ser descartado.

Em outra abordagem, Sponholz (2010) sugere que o conflito é um meio utilizado pelo jornalismo para atrair a atenção do público. Segundo a autora, no caso de uma controvérsia midiática, os atores envolvidos no “problema” não se dirigem uns aos outros, tentando encontrar falhas nos argumentos alheios (tal como ocorria nas disputas erísticas gregas) e, com isso, trazer uma solução para os antagonismos apresentados nas teses. Eles se dirigem ao público, de modo que o sucesso de um debatedor depende muito mais de sua capacidade de expor um ponto de vista da maneira mais adequada para a linguagem midiática, do que da qualidade ou teor de verdade dos seus argumentos. “Em uma controvérsia midiática, o que define a sua duração não é a solução do problema, mas sim o comportamento dos atores e a capacidade de gerar novos conflitos (novas pautas)” (SPONHOLZ, 2010, p. 168). Nesta

mesma direção, os objetivos dos “debatedores” em um confronto midiático não serão, como nas disputas erísticas gregas, demonstrar a fragilidade dos argumentos do adversário. É importante salientar que o conflito tem um valor-notícia evidente, conforme Bergmann (1997 apud SPONHOLZ, 2010).

Observa-se, desse modo, a predominância do confronto “midiático” como uma possibilidade de artifício retórico para chamar a atenção do público e não propriamente o interesse em solucionar conflitos ou buscar alternativas em nome do bem público. Neste sentido, Sponholz (2010) também reflete sobre as funções sociais desempenhadas pelas controvérsias. Aponta, com base em Bergmann (1997), três funções principais: 1) reforçar as regras sociais e morais: conflitos podem contribuir para impor ou consolidar normas e valores sociais; 2) tem uma função cognitiva na medida em que levam a “processos de aprendizado coletivo tanto do ponto de vista das relações intergrupais como também no que diz respeito ao conteúdo das declarações em si” (SPONHOLZ, 2010, p. 169). Em um dos casos, o primeiro, a controvérsia pode levar ao aprendizado sobre como lidar com o outro, na sua diferença. No segundo, proporciona a divulgação de diferentes pontos de vista sobre uma mesma questão, levando a pluralidade; 3) a terceira função seria a de articulação, ou seja, a união ou organização da sociedade em torno de temas, com a finalidade de discuti-los.

Neste contexto, o papel da mídia aparece através da tematização, estruturação e julgamento em torno das controvérsias (SPONHOLZ, 2010). A tematização refere-se à capacidade da mídia de agendamento, ou seja, ao pautar uma controvérsia, a mídia dá relevância a um tema em detrimento de outros. Ao estabelecer os objetos de conflito, a mídia também estabelece os atores, estruturando a controvérsia. Por fim, também acaba por determinar, segundo Sponholz (2010), quais as soluções mais ou menos aceitáveis para os problemas discutidos. “Com isso, um gesto ou um ponto de vista pode pertencer à esfera do consenso, da controvérsia ou do desvio”, aponta a autora (2010, p.169).

Se uma atitude ou uma ação forem colocadas na esfera do consenso, o jornalista procurará defendê-las, na tentativa de preservar tais valores ou pontos de vista. Esta esfera determina as demais. Se um ponto de vista contradisser um outro consensual, ele será classificado como desvio. Neste caso, o papel do jornalista mudará e

este assumirá o papel de crítico. As opiniões desviantes serão rejeitadas e as fontes que as defenderem só serão ouvidas para serem criticadas, se é que serão ouvidas [...] A esfera da controvérsia legítima é a região das discussões parlamentares e das campanhas eleitorais. Neste caso, a função da mídia não é reforçar as regras sociais, mas sim de ser o “mercado de opiniões”, a ágora, o espaço em que as diversas posições políticas são apresentadas e discutidas. Neste caso, o jornalista se entende como mediador, e não como crítico ou defensor. (SPONHOLZ, 2010, p. 170).

Ao se refletir sobre a postura do jornalista diante da controvérsia – seja no sentido de defender, classificar como desvio ou mediar – é possível observar como, através das técnicas de entrevista, o jornalismo faz um exercício dialético. Este exercício é na maioria dos casos de caráter erístico, ou seja, quer simplesmente levar o “adversário” – nesse caso o entrevistado –, a uma contradição, a fim de desqualificar seu argumento e, conseqüentemente, o lugar que esse argumento (discurso) ocupa socialmente. Mas, mesmo ao ser erístico, o jornalista questiona a fonte, pressiona-a, num sentido – ainda que meio enviesado – de “busca da verdade”. Em outros tantos casos, observa-se, o jornalismo procurar fontes que legitimem discursos previamente aceitos e tomados como “verdadeiros”.

Ao propor uma diferenciação entre uma entrevista dirigida por um questionário fechado e outra, cuja proposta é, de fato, estabelecer um diálogo com o entrevistado, Medina (2000), aponta que na maioria dos casos, o jornalista imprime o seu ritmo à entrevista e até mesmo direciona e preestabelece as respostas. A autora observa a necessidade do diálogo – que se dá através da entrevista – caso o jornalismo queira, efetivamente, trabalhar pela comunicação humana. O resultado de uma entrevista dirigida com eficácia pelos meios de comunicação, é que ambos os participantes, entrevistador e entrevistado (e aqui incluímos, obviamente, o público que lê, ouve ou assiste a uma entrevista) saem modificados – há, de fato, uma síntese, no sentido dialético, há uma superação: “Tanto um como outro se modificaram, alguma coisa aconteceu que os perturbou, fez-se luz em certo conceito ou comportamento, elucidou-se determinada auto-compreensão ou compreensão do mundo. Ou seja, realizou-se o Diálogo Possível”

(MEDINA, 2000, p. 07). Tal observação merece atenção seja quando se trata da entrevista como formato jornalístico, seja quando ela é utilizada enquanto método para obter informações (método de investigação) – caso em que a abertura do jornalista para o diálogo com seu entrevistado torna o processo mais enriquecedor.

Observa-se, por outro lado, que a abertura para o debate “livre” sobre as questões que interessam a sociedade – tal como o ideal democrático pressupõe – pode não encontrar no jornalismo um espaço de materialização efetivo. Isso ocorre tanto em função das limitações técnicas da profissão, quanto devido à sua gênese e à sua essência, tão controversa. Para autores como Bird e Dardenne (1993), o jornalismo trabalha na direção da reiteração da cultura e da revitalização de histórias, valores e mitos. Neste sentido, as notícias podem também atuar como um modelo *de* e *para* uma cultura, constituindo-se como uma forma particular de narrativa mitológica, com códigos simbólicos específicos que adquiriram legitimidade perante o público. Tal visão encontra subsídios técnicos e formais na visão de Pereira Júnior (2006), já trabalhada anteriormente, que afirma que o jornalismo não deve provocar dúvidas no público, mas apresentar-lhes certezas e segurança.

Tal perspectiva antidiálogo expressa uma visão funcionalista sobre o jornalismo, que não dá conta de inserir na “forma” o papel da atividade relacionado ao acesso do espaço público e à democracia. Talvez o autor tenha procurado dizer que o jornalismo deve, depois do processo de apuração, oferecer o mínimo de respostas para o público (e não certezas), mas isso não fica claro no modo como expõe a questão.

Para Bird e Dardenne (1993), o que os leitores aprendem tem mais a ver com o amplo sistema simbólico (estrutura) que as notícias constituem, do que com os fatos, nomes e números que apresentam. “Esta confusão de autoridade e legitimidade com objetividade, torna as notícias um agente activo na construção de uma versão restrita, mas obrigatória da realidade – uma versão que é comunicada tão amplamente e cheia de um simbolismo tão familiar que outras versões parecem tendenciosas ou distorcidas” (BENNETT, 1981 apud 1993, p. 276). Bird e Dardenne concluem, por fim, que o jornalismo conta sempre as mesmas ‘estórias’ e da mesma forma, o que exclui, assim, todas as estórias que não são contadas.

Tal abordagem se relaciona de modo interessante com as estratégias argumentativas trabalhadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), dentre elas, especificamente, o cuidado com o público e com a sua disposição em aceitar ou não um argumento. Conhecer um auditório,

segundo os autores, envolveria, até mesmo, um estudo sociológico, já que as opiniões dominantes que circulam nos grupos sociais são constructos históricos, que dependem amplamente das condições sociais nos quais foram criadas. É possível ampliar essa discussão retomando a obra de Bakhtin (1986), especialmente as ideias contidas no livro “Marxismo e Filosofia da Linguagem”. Tal empreendimento se direcionaria para outro objeto de pesquisa. No entanto, a noção de que as palavras são “tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos” (BAKHTIN, 1986, p. 41) é suficiente para a discussão em questão e mantém-se como uma parte fundamental do eixo que conduz esta pesquisa: no mundo que se desenvolve dialeticamente estão em jogo relações sociais e simbólicas completamente associadas a questões ideológicas ou modos de ver o mundo compartilhados através da linguagem.

O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade. A memória da história da humanidade está cheia destes signos ideológicos defuntos, incapazes de constituir uma arena para o confronto dos valores sociais vivos. (BAKHTIN, 1986, p. 46).

Entendida a palavra e os discursos como um ambiente de conflito simbólico, é possível retomar a ideia trabalhada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005): os autores se referem a opiniões dominantes, convicções indiscutidas, premissas aceitas sem hesitação, como evidências, que perpassam cada grupo social, sua cultura. Todo orador, afirma, deve levar em conta estas considerações antes de dirigir um discurso a este auditório. Não é diferente com o jornalista, que também pressupõe as opiniões dominantes no grupo ao qual se dirige. É evidente, no entanto, que o jornalista, ao trabalhar com o acontecimento, retratado via singularidade, tem sempre que lidar com uma evidência. O que intriga, no entanto, é que o enquadramento dado a esta evidência, a abertura de sentido, conforme Genro Filho (1989) passa necessariamente pela particularidade do jornalista, pela particularidade das fontes. Há, no entanto, uma universalidade pressuposta no universo do público, no universo das fontes e do jornalista, e todas essas particularidades e

universalidades pressupostas entram em jogo quando se trata do enquadramento da notícia, via singularidade – uma construção que sintetiza um processo complexo de construção simbólica da notícia e se abre para o público como possibilidade de sentido.

Inserido dentro de outra abordagem, que trata o jornalismo sob o ponto de vista da Semiótica, Henn (2008) traz uma consideração extremamente relevante para o que se pretende argumentar aqui. Para ele, a produção da notícia está em diálogo permanente com outros atores sociais, por isso não é um processo isolado. Várias verdades estão em “confronto” nesse fazer. Assim como, no processo de apreensão da notícia, o horizonte de interpretações possíveis se abre: “As notícias, na condição de signos orquestrados em várias camadas de linguagem estão aptas à produção de interpretantes de qualquer espécie. Mas há um fluxo hegemônico que se converte em uma espécie de ambiente temático em que uma série de sentidos é processada” (HENN, 2008, p. 09).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) afirmam, neste sentido, que em toda a argumentação estão em jogo tipos de acordo que desempenham diferentes papéis na construção argumentativa: separados em duas categorias, estes acordos são relativos ao real – fatos, verdades, presunções – ou ao preferível – valores, hierarquias, lugares;

O fato, para a argumentação, é um elemento em torno do qual há um acordo universal, não controverso. Este acordo, no entanto, nunca é definitivo e o estatuto que leva o acontecimento a ser aceito como um fato pode ser questionado. A adesão a um fato será maior quando forem garantidas, portanto, certas condições que favorecem o acordo, como por exemplo, condições de verificação. “No entanto, assim que temos de fazer esse acordo [acerca das condições de verificação] intervir efetivamente, estamos em plena argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 76), observam os autores, reafirmando mesmo indiretamente o jornalismo como uma prática argumentativa onde estão em jogo estratégias de legitimação sobre a verdade e a validade de um acontecimento: o exemplo mais claro, talvez, seja a utilização da fotografia como uma condição de verificação sobre o discurso jornalístico a respeito do fato.

Outro elemento que está em jogo na argumentação – e também no jornalismo – é a verdade (esta também pertence à categoria do real). A verdade, assim como o fato, depende de um acordo universal em torno de sua legitimidade. Diz respeito, no entanto, a sistemas mais complexos, concepções filosóficas ou teorias científicas que transcendem a experiência. Ao transpor essas duas categorias para o

jornalismo, tem-se a seguinte constatação: os acontecimentos que a atividade transforma em notícia cotidianamente representam a dimensão singular do processo; as verdades/modos de ver o mundo que entram em jogo neste processo de transformação do acontecimento em notícia, estão na esfera da universalidade. Estas duas dimensões não podem, no entanto, ser encaradas de modo polarizado, uma vez que a legitimidade do fato (singular) depende da universalidade, de um lugar a partir do qual se apreende e se constrói o fato jornalístico, assim como a universalidade que aparece como horizonte de conteúdo (GENRO FILHO, 1989) vai ser acionada a partir do que é específico do fato noticiado e do mundo de referências de quem os lê. Desse modo, é difícil separar a singularidade da universalidade, pois uma dá sentido à outra.

Quanto aos acordos da ordem do preferível – valores, hierarquias e lugares -, estes são relativos a auditórios particulares, embora alguns deles possam ser tomados como fatos ou verdades: “a existência dos valores, como objetos de acordo que possibilitam uma comunhão sobre modos particulares de agir, é vinculada à ideia de multiplicidade dos grupos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 84). Logo, aparecem graus diferentes de adesão aos valores e por isso a importância da hierarquia para a argumentação. Para a caracterização de um auditório, portanto, menos determinante são os valores que admite do que a forma como os hierarquiza.

Finalmente, existem os lugares. Designados por Aristóteles como os depósitos de argumentos, os lugares são de onde derivam os *Tópicos*²⁴ e são classificados para serem usados como premissas nos silogismos dialéticos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Estão divididos em “lugares comuns”, ou seja, aqueles que não pertencem a nenhuma ciência específica e podem ser utilizados em qualquer situação e os “lugares específicos”, próprios de uma ciência ou de um gênero oratório em particular. Os lugares da quantidade estão relacionados ao que é normal, são a expressão de uma frequência, portanto, são considerados clássicos ao expressarem o universal e o eterno. Já os lugares da qualidade, os românticos, representam o novo e original.

²⁴ Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), *Tópicos*, de Aristóteles, é a obra onde o filósofo grego desenvolve suas reflexões sobre o raciocínio dialético.

O que é universal e eterno, o que é racional e comumente válido, o que é estável, duradouro, essencial, o que interessa ao maior número, será considerado superior e fundamento de valor entre os clássicos.

O único, o original e o novo, o distinto e o marcante na história, o precário e o irremediável são lugares românticos. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 111).

Novamente é possível associar as técnicas argumentativas com o jornalismo: os lugares da qualidade referem-se ao que é singular, ao passo em que os lugares da quantidade ao que é universal. O jornalismo aparece, mais uma vez, como o articulador dialético entre estratégias de convencimento distintas: se por um lado vive do que é novo (GENRO FILHO, 1989; LAGE, 2001; MEDITSCH, 1997) - e é aí que está seu caráter revolucionário como forma de produção social de conhecimento -, não se desvincula de um horizonte de conteúdo construído com base nos lugares da quantidade ou, em outras palavras, naquilo que é “universalmente” tomado como premissa, como pressuposto.

Esse confronto entre o novo e o permanente dá ao jornalismo uma dimensão dialética estruturante, onde diversos antagonismos entram em confronto. A novidade retratada pelo discurso singular, nesse caso, circula em um ambiente simbólico onde já se configuraram e estabilizaram premissas a partir das quais se formula e se lê a notícia. O lugar do novo parece, nesse caso, um lugar simulado.

Resende (2007) chama atenção para o fato de que as novas tecnologias proporcionaram (referindo-se ao espaço midiático) um ambiente de antagonismos mais acentuados e um processo de polarização das falas. Os lugares de onde se fala ampliam-se e isso tem uma influência direta sobre o modo como o jornalismo retrata o novo e, mais especificamente, como o novo é apreendido pelo público. O autor sugere que a mídia está vivendo uma nova situação: os relatos chegam de todos os lugares com muito mais rapidez. Esse processo, mais do que representar um exemplo sobre os modos como os conflitos aparecem na mídia ou legitimar o fato de que todos tem algo a dizer, de todos os lados, traz em evidência a dimensão de que todos os discursos querem se apresentar como mais verdadeiros: utilizando-se de Foucault, Resende (2007) refere-se à vontade de verdade: “a simultaneidade de exposição desses dizeres, que nos chegam por meio dos discursos da mídia, é fundamental para entendermos que o embate alcança o seu extremo,

reduzindo o discurso à vontade de verdade” (RESENDE, 2007, p. 84). Nesse contexto, de embate de vontades de verdade, a argumentação e o convencimento são peças centrais, assim como a legitimidade e os lugares de fala passam a ser questionados em sua legitimidade – duvide-se, inclusive, da própria verdade (RESENDE, 2007). A aparição de várias verdades, de lugares distintos, de valores contraditórios pode favorecer o discurso jornalístico como produtor das diferenças:

O avanço tecnológico que exacerba a produção das narrativas e nos faz saltar aos olhos a pluralidade de modos de narrar os fatos do cotidiano deve, pois, nos fazer atentos à perspectiva de que há narrativas que dotam o mundo de diferenças, enquanto há outras que não; de que há as que rechaçam as particularidades e ainda há as que as ressaltam; há as que dizem de um lugar em movimento e as que narram o mundo como algo estático. Do mesmo modo, devemos nos atentar para o fato de que podemos ler as narrativas de modo a reforçar a estática das coisas – uma leitura de perspectiva culturalista – ou de modo a compreender e ressaltar suas dinâmicas, uma perspectiva que se deseja cultural. (RESENDE, 2007, p. 91).

Nada mais dialético para o jornalismo em termos formais do que a produção da notícia pelo viés das diferenças. Se há uma força objetiva que dá ao fato uma dimensão de evidência, há diversos enquadramentos possíveis e lugares de fala que colocam o jornalismo lado a lado com a teoria da argumentação: ao mesmo tempo em que é retórico ao lidar com um auditório o mais universal possível, conforme salientou Groth (2011), é também dialético pois coloca na arena de debates visões e perspectivas distintas.

4.3 Um golpe de estado ou um processo legitimamente democrático? A crise paraguaia em *Veja* e *CartaCapital*

Para exemplificar esta reflexão, opta-se por apresentar a representação jornalística de um dos acontecimentos políticos mais marcantes do mês de junho de 2012, para a América Latina: a destituição do Presidente do Paraguai Fernando Lugo. Independente dos

sentidos atribuídos a este acontecimento pela imprensa é algo cuja singularidade irrompe com certa força, desestabilizando a organização política daquele país. No dia 22 de junho, uma sexta-feira, o Congresso paraguaio votou pelo *impeachment* do presidente eleito nas urnas em 2008. O julgamento foi anunciado um dia antes, na quinta-feira. Após o afastamento de Lugo, quem assumiu foi seu vice, Federico Franco, líder do Partido Liberal. Ambos compuseram a Aliança Patriótica pela Mudança que venceu as últimas eleições.

A controvérsia gira em torno da legitimidade da decisão do Congresso, pois as acusações contra Lugo parecem insuficientes. Mesmo garantido pela Constituição Federal Paraguaia, o julgamento ocorreu de forma muito rápida, sem qualquer tipo de investigação. Na imprensa, houve inúmeras discussões sobre o caráter golpista, ou não, da ação do Congresso do Paraguai. Nas matérias observa-se uma polarização quanto à legitimidade da decisão, como demonstram os dois exemplos escolhidos para a análise.

De um lado, a reportagem da Revista *CartaCapital*, do dia 4 de julho, traz na capa a questão: “Em cena, o neogolpismo”. As reportagens que ocupam quatro páginas não fazem rodeios e consideram a destituição um golpe de Estado. O *lead* traz as seguintes informações: “A aparente calma popular contrasta com a ebulição de teorias que começaram a ser formuladas para o golpe que ocorreu na sexta-feira 22 no Paraguai. Uma semana depois de o Congresso destituir em rito sumário o presidente do país democraticamente eleito, aumentam as certezas de que não foi por governar mal que Fernando Lugo caiu, e sim por contrariar interesses. E mais: surgem indícios de que o impeachment foi o último lance de uma grande armação possivelmente posta em prática no conflito entre os sem-terra e um fazendeiro, causa apontada para sustentar o processo de cassação” (MENEZES, 2012, p. 30).

Os neogolpistas

PARAGUAI | Aumentam os indícios de que o impeachment de Fernando Lugo, votado no Congresso em tempo recorde, foi o último ato de uma grande armação

POR CYNARA MENEZES, DE ASSUMIÃO

NAS RUAS de Assunção quase não há mais protestos. Alguns poucos paraguaios, a maioria oriundos de outros países, permanecem a postos no cercado da sede pública. Aos 70 anos, José Cardillo, ator de cinema e velho militante do Partido Socialista, entende que o pedido de Lugo foi ter confiado em seu vice, Federico Franco, indicado presidente. É aí que a campanha antagônica contra o presidente, um ex-bispo católico acusado de ter mantido relações sexuais e tido filhos com várias filhas. “Utilizaram muito a questão das filhas. Mas os senadores têm filhos por todos os lados, apenas tapam a boca das mulheres com diabolagem”.

A aparente calma popular contrasta com a turbulência da festa que começara a ser formalizada para o golpe que ocorreu na noite de 22 de fevereiro. Logo depois do Congresso decretar em votação a destituição do presidente, foi imediatamente eleito, aumentaram as chances de que não há para governar mais que Fernando Lugo está, não pode continuar no governo. É mais o mesmo indício de que o impeachment foi o último lance de uma grande armação pensada e montada em prática no conflito entre os senadores e um presidente, caso oportuno para reiniciar o processo de eleições.

Além disso, muitos analistas se perguntam por que derrotar Lugo e não necessariamente o governo do Paraguai? Bem, se na aprovação popular continuava



Francotiradores podem ter atuação no conflito em que morrem 6 policiais e 11 camponeses. A serviço de quem?

Resposta: O novo governo Franco temete para a direita e a esquerda da Assembleia.

Alto, se não havia nenhuma razão concreta que justificasse pedir ao parlamentarismo, precisava ser Constituinte, mas encavado ao processo, seria difícil de defender. Antes de simplesmente aceitar a decisão feita em outubro de um presidente eleito com mais de 90% de votos paraguaios em 2008, é preciso tentar reabrir algumas alternativas para essas eleições. Como se necessita mostrar que parte essencial da base do movimento de participação participativa da força do acampamento, que dispõem as Forças Armadas, distribuído de igualdade.

O principal jornal do Paraguai, o ABC Color, de um levantamento opinado de desleixo desde que o Congresso ordenou o julgamento de Lugo. O primeiro episódio ocorreu em 2009, no centro do golpe em Itaipava, de soldados e guardas, dos atos do Legislativo paraguaios. Quando o pedido do presidente deu a seu passo, o ABC Color a partir de fevereiro deu início ao texto e possui um exemplar mais claramente a derivada do governo. Entretanto, no início de maio intitulado “Não diretas militar sem respeito ao voto” o congresso Lugo empunha menos que o general Alfredo Stroessner, o ditador de entre os anos que foram quando ele chegou, apontaram em 1989 a legitimidade eleitoral.

Seu nome em evidência, o ditador argentino que Lugo e sua equipe, “Há os seguidores do manual do bolivarianismo marxista, resultando em estado per-

Figura 3

De outro lado, a reportagem da revista *Veja*, também em edição do dia 4 de julho. O caso do Paraguai não é capa, e sim uma reportagem sobre o cientista Stephen Hawking, que sofre de uma doença degenerativa e busca formas de se comunicar através do uso da tecnologia, mesmo só podendo movimentar uma das bochechas. Há, no entanto, uma chamada para a reportagem intitulada “A vergonhosa tentativa de Chávez de insuflar um golpe militar no país vizinho”. O texto tem cerca de cinco páginas e o lead traz o texto seguinte: “Na sexta-feira passada, na cúpula do Mercosul na cidade argentina de Mendoza, três dos quatro países-membros decidiram suspender o Paraguai do bloco econômico. Os presidentes do Uruguai, José Mujica, da Argentina, Cristina Kirchner, e do Brasil, Dilma Rousseff, consideraram que o impeachment do colega paraguaio Fernando Lugo, há duas semanas, representou uma ‘interrupção da ordem democrática’ no país. Nunca antes, em 21 anos de vigência do bloco, um de seus integrantes havia sido punido por qualquer razão, quanto mais por uma decisão política interna”(TEIXEIRA, 2012, p. 74-75). No parágrafo seguinte o texto afirma que é possível criticar a rapidez com que se deu o processo, mas que qualificá-lo como golpe de Estado é um “descalabro”.



Figura 4

São duas posições antagônicas, é fácil notar. Enquanto a reportagem da *CartaCapital* procura demonstrar as contradições envolvidas no suposto “golpe de Estado” e o perigo que isso representa para a democracia latino-americana, *Veja* qualifica a ação do Congresso Paraguaio como legítima e atribui ao presidente venezuelano Hugo Chávez a culpa por ter quase provocado um derramamento de sangue em solo paraguaio. Segundo *Veja*, Chávez teria incentivado os militares daquele país a usar sua força para impedir a queda de Lugo. A reportagem afirma que com a saída do Paraguai do Mercosul (único país que se opunha a entrada da Venezuela na Cúpula), o caminho ficou livre para Chávez ingressar no Mercosul, o que seria de fato um perigo. Para *CartaCapital*, que disse ter ouvido vários cidadãos paraguaios, a maioria afirmou ter medo de que o país pudesse acabar como a Venezuela e por isso, de certa forma, compreendia a cassação de Lugo.

A primeira fonte ouvida pela reportagem da *CartaCapital* foi um ator paraguaio de 70 anos, militante do Partido Socialista, que protestava nas ruas contra o suposto golpe. Um dos poucos, dizia a reportagem, a levantar a voz contra a ação parlamentar. A segunda fonte ouvida foi o

próprio presidente deposto, Fernando Lugo. O texto traz declarações do ex-presidente e um *box* com uma entrevista concedida por telefone. A reportagem ainda utiliza fragmentos de uma entrevista de Horacio Carte (concedida ao jornal argentino *Clarín*), ex-candidato à presidência que concorreu com Lugo, e é acusado de ter planejado o “golpe”. Ainda foram ouvidos um representante do Alto-Representante Geral do Mercosul, Samuel Pinheiro Guimarães (que pediu afastamento do cargo um dia antes da cassação de Lugo) e Alejandro Biel, sociólogo. De todas as fontes, menos Heracio Carte, se manifestaram contrárias ao processo de afastamento de Lugo. Biel, que encerrou a matéria, declarou considerar tremendamente perigoso o que ocorreu no Paraguai: “Em uma democracia que está em processo de consolidação, que ainda falta muito para chegar a um patamar aceitável, foi um golpe...um golpe de mestre das forças conservadoras”, afirmou.

A reportagem de *Veja* diz ter ouvido quatro cidadãos paraguaios que testemunharam a incitação ao golpe que supostamente o presidente venezuelano estava “incitando”. Mas não deixa claro quem ouviu e tampouco traz declarações destas fontes. Há, ainda, apenas mais uma declaração na reportagem: do atual presidente Federico Franco e outra do senador Marcelo Duarte. A declaração do atual presidente apenas diz que ele não iria interferir no processo de votação da cassação, pois isso é uma atribuição constitucional.

As duas revistas trazem, ainda, um panorama sobre as reações que o *impeachment* provocou nos demais presidentes latino-americanos. *Veja* afirmou que os países que viam Lugo como um aliado reagiram mais radicalmente – Bolívia, Argentina, Equador e Venezuela – países que não são propriamente “campeões em democracia”, afirma a reportagem. Em uma matéria à parte, *CartaCapital* também se refere à diferença de tons na reação. Afirma que Venezuela, Equador, Bolívia e Nicarágua foram mais radicais, cortaram relações diplomáticas com o Paraguai e pediram sanções econômicas. A Venezuela tomou sua decisão sem consultar outros membros do Mercosul e cortou a exportação de petróleo para o Paraguai. A Argentina teria ficado no meio termo e o Brasil ficou com a atitude mais branda, pois suas relações com o Paraguai são mais complexas, a começar por Itaipú. Para *Veja*, o Brasil não chegou a qualificar o processo como golpe, justamente em função de suas relações econômicas com o Paraguai. *CartaCapital*, ao contrário da revista *Veja*, apresentou os países que apoiam Federico Franco: EUA, Canadá, Alemanha, Vaticano e Taiwan.

A partir da análise das duas revistas, abordando exatamente o mesmo acontecimento, é perceptível que há dois enquadramentos e processos de significação radicalmente distintos. Apesar de se assemelharem brevemente quanto à reação do Brasil, *Veja* e *CartaCapital* apresentam duas “visões”, dois “lugares de fala” e, portanto, duas “universalidades” distintas: de um lado uma visão mais conservadora, que não vê nenhum perigo para a democracia, mas alerta para a entrada da Venezuela no Mercosul como uma ameaça. De outro, uma visão que claramente qualifica o golpe de Estado ocorrido no Paraguai como algo preocupante e que desqualifica o processo democrático. É mais ou menos sabido que, ao representar uma visão mais à esquerda, *CartaCapital* se dirige a um público específico que se alinha com esse pensamento. *Veja*, ao contrário, por representar uma visão mais à direita também está “discursando” para o seu público. Fica clara, nesta situação, a dimensão argumentativa do jornalismo, que sempre leva em conta as “universalidades” ou valores socialmente compartilhados pelo público ao qual se dirige²⁵.

No entanto, ao analisar o processo de apuração de cada uma das revistas, é inegável que *CartaCapital* traz uma abordagem mais crítica, polêmica, com mais contraposições e controvérsias – o que se aproximaria de uma perspectiva dialética. A revista ouviu 5 fontes, enquanto *Veja* apenas ouviu 3 fontes, de forma mais simples, e nem chegou a utilizar muitas declarações. Não ouviu o presidente deposto, apenas o atual. *CartaCapital*, ao contrário, não chegou a ouvir o atual presidente, mas ouviu aquele que foi diretamente acusado pelo golpe, dando-lhe a oportunidade de dizer a “sua verdade”. Todas as fontes ouvidas, no entanto, são fontes interessadas. Pretendem, acima de tudo, defender o seu ponto de vista muito mais do que discutir a questão da democracia. Quem faz isso, apenas, é o sociólogo ouvido por *CartaCapital*, ainda assim, comprometido com suas visões de mundo, certamente.

Nada mais polêmico do que um “golpe de Estado” em pleno Século XXI. O jornalismo, nesse caso, traz a questão para o

²⁵ Um exemplo emblemático desta questão ocorreu quando a *CartaCapital* publicou uma reportagem “criticando” a aliança do PT com Paulo Maluf, em São Paulo. Após a manifestação de muitos leitores contrários à reportagem, Leandro Fortes, correspondente de Brasília para a revista utilizou o Facebook para expressar sua opinião, afirmando que a revista podia até estar “mais” alinhada ao governo, mas tinha independência e não estava cega diante dos fatos.

conhecimento da sociedade brasileira. Tem, certamente, muito mais condições de levantar questionamentos do que propor soluções, especialmente no caso da reportagem de *CartaCapital*, que abre diversas possibilidades de sentido. Um exemplo disso aparece na entrevista do presidente deposto, Fernando Lugo, quando ele mesmo afirma talvez ter cometido um erro ao se candidatar presidente sem contar com o apoio do Congresso Nacional. A esmagadora maioria dos parlamentares paraguaios pertence, segundo ele, aos partidos tradicionais e se mostrou contrária a grande maioria das ações propostas pelo presidente, tais como o fim das *listas sábanas*, que garantiam mandatos praticamente perpétuos aos parlamentares.

Se o acontecimento, como já vimos, é o que irrompe a superfície lisa (não tão lisa) da história – conforme afirma Rodrigues (1999) e a singularidade é o modo através do qual o jornalismo significa e retrata esse acontecimento, o caso do Paraguai é um exemplo bastante ilustrativo. Muitas questões poderiam ser trazidas à tona pelas duas reportagens, para problematizar de modo significativo a questão da democracia na América Latina – um tema evidentemente controverso. Percebe-se como é possível apresentar a controvérsia de modo a questionar o desenrolar da história, mas isso depende muito dos interesses particulares das empresas jornalísticas. *Veja*, como se pode observar, não faz questão disso. Prefere desqualificar a discussão e culpar o presidente venezuelano. *CartaCapital*, ainda que expresse diretamente seu ponto de vista, contribui mais, à medida em que trata o acontecimento de um ponto de vista bem mais polêmico, ao questionar os motivos que levaram o congresso a derrubar Lugo. Ainda que não seja possível para o leitor ter certeza sobre os fatos descritos na reportagem, a revista trabalha muito mais no sentido de semear a desconfiança, fundamental para que não seja compartilhada a ideia de que a democracia está pronta, acabada, funcionando perfeitamente. Há algo além da aparência e isso fica claro na reportagem de *CartaCapital* sobre o Paraguai. A controvérsia proposta gera a dúvida, o que leva à discussão. Estes elementos, por sua vez, garantem uma perspectiva mais próxima do que entende a dialética sobre o conhecimento, a verdade e a compreensão do mundo para além dos fenômenos, da pseudoconcreticidade e da alienação. Percebe-se, nesse caso, que quanto mais polêmica há num assunto, mais importante pode ser o estabelecimento da controvérsia. No entanto, ao mesmo tempo em que o jornalismo faz isso, é um “sujeito” interessando – assim como as suas fontes – o que cerceia seu poder dialético.

Como argumentação, o jornalismo herda da dialética de origem grega dois elementos principais: a noção de controvérsia (imprescindível para o alcance da verdade) e de diálogo (KARAM; HAUSER, 2011). Mas ao mesmo tempo em que institucionaliza o diálogo e dá espaço aos conflitos, não tem condições de permitir que este debate se estenda em demasia, pois seu objeto principal é o cotidiano e o imediato. Em outras palavras, a aparência. Nesta perspectiva, Perelman e Olbrecht-Tyteca (2005) fazem menção ao fato de que, mesmo nos casos em que os debates são favorecidos, o seu prolongamento pode não ser tolerado, em função da necessidade de ação. Tendo em vista que o jornalismo cumpre um papel de orientar os indivíduos no presente que se desenrola de modo intrincado, conflituoso e acelerado, o imperativo do tempo – que cada vez exige mais agilidade – esgota o potencial dialético do jornalismo. A necessidade de ação e de adequação a um ritmo já imposto de cotidianidade – de *práxis* - se impõe sobre a reflexão e o debate, favorecendo, muitas vezes, a ordem em detrimento do novo.

É possível observar, neste sentido, uma certa dificuldade do realmente novo aparecer. *Novo*, aqui, é visto em um sentido propriamente revolucionário e desestruturante. Ao obedecer as estratégias de negócio, a necessidade do público em saber o que se passa de modo imediato e, também, ao seguir uma lógica hegemônica que se preocupa com possíveis perdas, caso haja um processo de liberdade e conhecimento plenos, o jornalismo vive num campo de conflito. Ao mesmo tempo em que carrega esta utopia de exercer o papel de agente do debate público, é carregado pelas determinações políticas e econômicas já impostas, para quem a ordem social deve sempre ser recomposta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor uma pesquisa teórica, a dissertação chega ao final de um processo – ele mesmo controverso, com algumas considerações que podem até se insinuar como possíveis respostas. Chega, entretanto, com diversas novas perguntas. Esta pesquisa nasceu com outros contornos e, como a maioria dos trabalhos de mestrado, foi se redesenhando ao longo do percurso. Algo natural, sem dúvida.

Inspirada no pensamento de Groth (2011), para quem a essência do jornalismo seria sua ideia, seu projeto, sua finalidade, independente dos formatos que ele adquire, a pesquisa tomou conscientemente essa direção: tentar refletir sobre o jornalismo em sua dimensão totalizante, para além dos gêneros e dos suportes. Seria uma pesquisa teórica, de caráter epistemológico, que encontrou aporte teórico principalmente nas obras de Genro Filho (1989) e Moretzsohn (2007). Para dar conta desses objetivos, o trabalho foi dividido em três partes.

No primeiro capítulo buscou-se contextualizar o jornalismo na atualidade, abordando-o a partir da perspectiva da “crise” que ele supostamente enfrenta, ao ser tensionado por novas práticas e novas tecnologias. Percebeu-se que, embora existam muitas transformações ocorrendo no modo de fazer jornalismo, o que está diretamente ligado ao seu “novo” suporte, a internet, existem também características que se afirmam como uma diferenciação da profissão. Uma dessas características, talvez a mais essencial, seja a apuração. A apuração envolve inúmeras técnicas, a começar pela observação, coleta de dados, entrevista, investigação. No entanto, suas bases são a desconfiança e a dúvida. Literalmente, apurar significa conhecer ao certo, ou seja, se livrar dos possíveis enganos e desse modo, essa estratégia profissional aparece como uma dimensão crítica importante que ressurge com certa força no momento em que a própria necessidade do jornalista, enquanto profissional qualificado, é colocada em questão.

Ao partir para o segundo capítulo, pretendeu-se considerar três instâncias do jornalismo a partir do ponto de vista dialético: 1) o acontecimento, que impulsionaria a produção de notícias, foi entendido como o ponto de partida do jornalismo. Dialético, no sentido desestabilizador e crítico a ele atribuído por autores como Queré (2011), Benetti (2011), Henn (2011) e mesmo por Genro Filho (1989), que ao tratar da abertura de sentido do acontecimento remete para a dimensão única do jornalismo, que trata problemas do cotidiano, pelo viés da singularidade, com capacidade de revelar contradições e ideologias mais

profundas; 2) a singularidade, conceito que aparece como central na obra de Genro Filho (1989) para compreender o jornalismo como forma de produção social de conhecimento capaz de revelar o novo. Sintetizada pela ideia de que *a realidade transborda do conceito*, a reflexão sobre o jornalismo pelo viés da singularidade expõe de forma evidente uma visada dialética sobre a realidade e sobre o mundo. Aliada à compreensão de que a singularidade é sempre crítica (GENRO FILHO, 1989), essa poderia ser a essência do jornalismo, sua dimensão teleológica, na visão de Groth (2011), ao ser a forma como o jornalismo reproduz a realidade, projetando através de um acontecimento singular, aquilo que é particular e universal.

Na relação mais direta com a dialética, essa discussão relaciona-se com a noção de concreticidade e pseudoconcreticidade, expressas por Kosik (2005). Ao tratar do fenômeno, enquanto fato ou acontecimento, o jornalismo manuseia aquilo que pertence ao mundo das aparências, da pseudoconcreticidade. No entanto, não necessariamente limita-se a isso, revelando algo de mais essencial, através das contradições que emergem, e expõe o mundo em sua dimensão mais profunda. Tudo dependeria da abertura de sentido. É como a imagem de uma agulha que é imersa verticalmente em uma superfície líquida. Quanto mais fina sua ponta (ou em linguagem física, quanto menor a área de sua extremidade), mais rápido ela afunda. Se colocada horizontalmente sobre a água ela bóia, somente. A notícia, nesse sentido, ou a reportagem, podem carregar através de uma singularidade muito apurada (como a agulha muito fina), muito do universal, como horizonte de conteúdo, e assim alcançar certa profundidade e não ficar somente na superfície; 3) a práxis, ou seja, o uso e a finalidade do jornalismo no cotidiano dos sujeitos. Se a atividade serve para orientá-los no seu dia a dia e fazê-los compreender minimamente o que acontece no mundo, não é possível que ele se aprofunde demais nos assuntos. Sua profundidade deve ter um limite. Mas esse limite não deve permitir que seus conteúdos sejam todos da ordem do “normal” e da manutenção de estereótipos e lugares de quantidade. O jornalismo deve cumprir consigo mesmo um papel crítico, como aponta Moretzsohn (2007); para cumprir sua finalidade – o esclarecimento, como garantia de autonomia aos sujeitos nas sociedades democráticas – de forma mais fecunda e, por que não dizer, mais coerente com a essência crítica e desestabilizadora que foi atribuída ao acontecimento e à singularidade.

Para dar conta de abordar a dialética em suas duas dimensões, o capítulo três trata da sua relação com o jornalismo do ponto de vista da

forma: a dialética e a retórica como elementos fundantes do sistema democrático grego. Ao retomar a história da retórica e seu processo de mediação, compreendeu-se a centralidade da argumentação nas sociedades não autoritárias. Ou seja, onde há liberdade de pensamento e expressão também há, naturalmente, a abertura para a diversidade de argumentos, para a capacidade de persuasão e, principalmente, mais confronto de opiniões – o que seria a dimensão dialética da argumentação. Partindo para a compreensão do lugar dos antagonismos no discurso jornalístico, refletiu-se sobre como os acontecimentos são apresentados em suas diferentes dimensões, sobre como o “confronto de vozes” e “vontades” de verdade é indispensável para a formulação de uma notícia legítima. Mais do que estratégias de legitimação do discurso, tais artefatos argumentativos podem ser utilizados com vistas a uma maior abertura de sentido. Entretanto, não basta ao jornalismo apresentar diferentes vozes e interesses antagônicos. Sua responsabilidade recai sobre a formulação de uma síntese, através da investigação, e construção de um discurso de referência para os leitores do cotidiano. Aflora, mais uma vez, a necessidade de apuração e investigação – duas instâncias de caráter dialético.

Por mais que os sentidos possam ser os mais variados possíveis, através da dimensão singular e revolucionária do jornalismo, existem ambientes temáticos mais ou menos hegemônicos através do qual circulam as interpretações produzidas por jornalistas e por leitores. Os estereótipos mobilizados pelo texto jornalístico se fazem, muitas vezes, fortalecer. Necessitam ainda mais aquela visada crítica solicitada pela reflexão de Moretzsohn (2007), um exercício de suspensão, característico de um processo de apuração qualificado, onde se duvida de tudo. Parece, no entanto, que o verdadeiramente novo, aquele capaz de desestabilizar ordens, consensos e conceitos, é condicionado. Na síntese entre o velho e o novo, há uma sobreposição do que já é consagrado. No movimento de *suprassunção* hegeliano, é o passado histórico que se mantém fortemente atrelado ao presente e à construção do futuro, do novo. “Se é verdade que só depende dos homens vivos a construção do mundo humano, também é verdade que esse livre arbítrio dos indivíduos também é limitado, historicamente, por um mundo humano já pré-existente [...]” (MEDITSCH, 1997, p. 36).

Alguns casos analisados no capítulo quatro levam a crer que o jornalismo é capaz de qualificar-se na direção da dialética – entendida enquanto crítica constante e enquanto sínteses feitas de confrontos. São sínteses incansáveis, que novamente irão enfrentar novas antíteses e

assim por diante. Integram um processo interminável de transformação e mudança com vistas a um fim que nunca chegará. Se houver um fim (no sentido de ideal) de confrontos, contradições e se houver uma universalidade realmente universal, um consenso absoluto, acabou a dialética e também o jornalismo.

Conclui-se, portanto, que o jornalismo vive da dialética, dos movimentos impulsionados pelas contradições entre o novo e o velho, entre o bom e o ruim, entre uma vontade de verdade e outra, entre a liberdade e a necessidade, entre o justo e o injusto, entre todas as coisas. A finalidade do jornalismo não é nada mais do que o constante confronto entre diversos mundos de referência: o mundo real, o mundo do jornalista, o mundo do jornalismo e o mundo do leitor. É uma grande síntese ininterrupta. É isso que move a humanidade rumo a um futuro incerto, que só ela é capaz de construir, constituindo sua própria história, com autonomia.

A palavra autonomia, aliás, remete à outra: liberdade. Para Hannah Arendt²⁶, esta é a única causa de uma revolução. Assim como o jornalismo (tal qual o seu conceito mais tradicional) não era conhecido antes da Idade Moderna, as revoluções – ao contrário das guerras – são um fenômeno desta mesma era. São recentes, portanto. Por se assemelharem em idade, deveriam se parecer também na causa: a aniquilação da tirania e dos abusos de poder. O caráter revolucionário do jornalismo, como salientou Genro Filho ao longo de sua obra, está justamente no fato de que tudo pode ser diferente do que é. A revolução coloca isso em prática. O conhecimento encontra na dialética uma de forma valorizar tudo o que poderia ser. O jornalismo, mais do que reafirmar o que acontece pode, cada vez mais, trabalhar pelo futuro através do presente e do cotidiano, lutar pela liberdade dos homens. Existem armas violentas que entram em jogo nessa luta, outras menos. As do jornalismo são a palavra e os argumentos, postos no papel como um campo de batalha.

O jornalismo se move com as circunstâncias de seu tempo, mas também cria determinadas circunstâncias; expressa com sua própria voz a variedade de vozes do mundo; para tanto, como sua base continua a ser a palavra, necessita de elementos que permanecem atuais, embora encontrem suas origens na antiguidade greco-romana – a dialética e a retórica.

²⁶ Hannah Arendt (1906 – 1975) filósofa política alemã.

É sobre uma tênue linha que separa seus limites de suas possibilidades que o jornalismo se equilibra, atrelado ao passado, à história e ao mesmo tempo aberto para um futuro cheio de possibilidades. É desse movimento que constrói sua história – entre a força do passado (da argumentação, do debate público, das estratégias de persuasão) e a intensidade de um futuro ainda desconhecido – em que o ciberespaço, parece, se afirma como ambiente onde o jornalismo exercerá novas possibilidades, mas também com limites outros.

Se é uma obra cultural de dimensão teleológica, um contínuo, como afirma Groth, ele se adequará constantemente ao modo de vida das sociedades, aos objetivos dos homens. Suas estratégias de afirmação se fortalecerão à medida em que essa mesma sociedade necessitar, mais enfaticamente, decidir sobre seus rumos. Ao contribuir com o debate público, dentro de seus limites, o jornalismo contribui para a construção de novas possibilidades de mundo. Assim como o conhecimento, não é algo definido de uma vez para sempre, mas uma construção dinâmica dos homens que, ao objetivar-se, ganha certa força autônoma. Esta separação, no entanto, não pode ser levada ao extremo. A prática jornalística deve sempre reconectar-se com sua dimensão teleológica, cumprindo certas finalidades controladas e refletidas pelos sujeitos. É nesse ponto, acredita-se, que se justifica, entre outros motivos, a extrema importância da academia e da pesquisa em jornalismo.

Nesse processo, a dialética tem muito a contribuir, pois fazer jornalismo tendo em vista a dimensão conflituosa e mutável da realidade pode favorecer uma perspectiva mais crítica. Contrapor visões e argumentos era uma técnica da antiga retórica, utilizada também por Marx e Engels em seu trabalho como jornalistas, conforme constata Romano (1983), ainda que naquela época, a prática jornalística fosse muito diferente do que é hoje. Prática que, acredita-se, não deve ser deixada de lado tanto em nome do jornalismo, como da própria democracia contemporânea. Afinal de contas, para Marx, conforme Romano (1983, p. 13), “o objetivo do jornal está, entre outras coisas, em sua intervenção diária no movimento, nas tendências que apontam a mudança futura. O *novo* é a expressão individual, particular, do devir histórico em um de seus momentos”.

Mesmo constrangido por inúmeros aspectos, mesmo imerso em antagonismos insolúveis, há uma dimensão transformadora que irrompe em muitos momentos tanto na realidade como no modo como o jornalismo a apreende. Ela é dinâmica, complexa e controversa, no

sentido de dar a ver que o futuro é algo aberto, que depende da ação e da consciência dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miguel. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: Introdução à Filosofia. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

ARMAÑANZAS, Emy; NOCI, Javier Díaz. **Periodismo y argumentación**: géneros de opinión. Bilbao: Universidad Del País Vasco, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Orgs.). **Jornalismo e Acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010, p. 143-163.

BECERRA, Martín. Practica periodistica y practica científica. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; KARAM, Francisco José Castilhos (Orgs.). **Jornalismo investigativo e pesquisa científica**: fronteiras. Florianópolis: Editora Insular, 2011, p. 99-110.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico. Tipologias do Acontecimento Jornalístico. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Orgs.). **Jornalismo e Acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010, p. 121-142.

BOURDIEU, Pierre. The political Field, the social science Field, and the journalistic Field. In: BENSON, R.; NEVEU, E. Bourdieu and the journalistic field. Cambridge: Polity Press, 2005.

BIRD, Elizabeth S.; DARDENNE, Robert W. Mito, registo e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Orgs.). **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Lisboa: Veja, 1993, p. 263-277.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1998, v.1.

BRAGA, José Luiz. Interação como contexto da comunicação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 21, 2012, Juíz de Fora (MG). **Anais...**Juíz de Fora. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1879.doc> . Acessado em: 16 de maio de 2012.

BRUNS, Axel. Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o jornalismo. **Brasilian Journalism Research**. Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo, vol. 7, n. 11, 2011, p. 119-140.

CÍCERO. **La Invención Retórica**. Madrid: Editorial Gredos, 1997.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Linguagem dos conflitos**. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2001.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade**: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

CORREIA, João Carlos. **O admirável mundo das notícias**: teorias e métodos. Covilhã: LabCom, 2011. Disponível em: <www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110524-correia_manual_noticial.pdf>. Acessado em: 22 de outubro de 2011.

EIRE, Antonio López. **Poéticas y Retóricas griegas**. Madrid: Sínteses, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

FIDALGO, António. Da retórica às indústrias da persuasão. In: FERREIRA, Ivone; GONÇALVES, Gisela (Orgs.). **As indústrias da persuasão**. Covilhã: Labcom, 2010, p. 5-25. Disponível em:

www.livroslabcom.ubi.pt/livro.php?l=10>. Acessado em: 16 de setembro de 2011.

_____. Jornalismo Online segundo o modelo de Otto Groth. In: **Biblioteca online de Ciências da Comunicação**. Portugal: Labcom, 2004.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A atualidade no jornalismo: bases para sua delimitação teórica**. 336p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

FOUCAULT, Michael. O que são as luzes? In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GARAVELLI, Bice Mortara. **Manual de Retórica**. Madrid: Cátedra, 1988.

GENRO FILHO, Adelmo. **Marxismo: filosofia profana**. Porto Alegre: Tchê, 1986.

_____. Teoria & Revolução. **Revista Teoria & Política**. São Paulo: Brasil Debates, 1987, n. 4.

_____. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

GOMIS, Lorenzo. **Teoria del periodismo: cómo se forma el presente**. Barcelona: Paidós, 1991.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984.

HENN, Ronaldo. Jornalismo como semiótica da realidade social. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 17, 2008, São Paulo (SP). **Anais...**São Paulo. Disponível em:

http://www.compos.org.br/data/biblioteca_375.pdf> . Acessado em: 20 de abril de 2012.

_____. O acontecimento em sua dimensão semiótica. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Orgs.). **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010, p. 77-93.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p. 71-72.

KARAM, Francisco José Castilhos. Alguns apontamentos e um futuro aberto: sociedade da informação e do conhecimento, convergência tecnológica, diversidade midiática e ciberjornalismo. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 278-287, set/dez 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/8195/5884>>. Acesso em 23 de maio de 2012.

_____. Retórica, Grécia e Roma Antigas: vestígios da futura linguagem jornalística. **Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política**. v. 10, n.19, p. 109 -117, jul./dez, 2009.

_____. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KARAM, Francisco; HAUSER, Vanessa. Retórica e dialética: o tributo do jornalismo aos greco-romanos. **Estudos em Comunicação**, Covilhã (Portugal), nº 10, 2011, p. 261-278. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/10/pdf/EC10-2011Dez-15.pdf>>.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** São Paulo: Brasiliense, s.n.

_____. **A derrota da dialética**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. **Ideologia e técnica da notícia.** Florianópolis: Insular/Edufsc, 2001.

LEVEBFRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LOPES, Edward. **Metáfora.** São Paulo: Atual, 1987.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Edições Loyola, 2010.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas.** São Paulo: Ciências Humanas, 1978, n. 4.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **Manuscritos Econômicos Filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. **Teses sobre Feuerbach.** Coleção Grandes Cientistas Sociais, Editora Ática, São Paulo, 1982. Organizador Octavio Ianni., p.178-180.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** São Paulo: Cultrix, 1967.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista o diálogo possível.** São Paulo: Ática, 2000.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos.** Florianópolis: Insular, 2010, p. 19-42.

_____. **O Conhecimento do jornalismo.** Florianópolis: EdUFSC, 1992.

_____. **O Jornalismo é uma forma de conhecimento?** 1997. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.html>. Acessado em 3 de junho de 2009, às 10h22min. 13p.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORAES, Alfredo. Dialética da alteridade. **Ágora Filosófica**, Pernambuco, nº 1, 2005, p. 56-66.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano, do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NEVEU, Erik. As notícias sem jornalistas: uma ameaça real ou uma história de terror? **Brasilian Journalism Research**. Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo, vol. 6, n. 1, 2010, p. 29-57.

NUNES, Angelina. Jornalismo, o prazer do ofício. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; KARAM, Francisco José Castilhos (Orgs.). **Jornalismo investigativo e pesquisa científica: fronteiras**. Florianópolis: Editora Insular, 2011, p. 23-39.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo na sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles S. (Org.). **Meios de Comunicação de Massa**. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 168-185. 2ª edição.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação: A nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v.1, n. 2, Florianópolis: Posjor UFSC/Insular, 2004, p. 13-30.

QUERÉ, Louis. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. Revista Trajectos, n.6, 2005, p. 59-76.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 31-43, dez. 2009.

_____. O discurso jornalístico contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 14, p. 81-93, dez. 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1999, p. 27-33.

ROMANO, Vicente (Org.). **Sobre prensa, periodismo y comunicación**. Madrid: Taurus, 1983.

SILVA, Gislene. Teorias do Jornalismo: discussão teórico-metodológica e epistemológica do jornalismo como prática social e exercício público de entendimento do mundo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 1, 2003, Brasília. **Anais...**Brasília. Disponível em:

sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/t024.doc.

Acessado em: 13 de setembro de 2011.

SILVA, Gislene; PONTES, Felipe Simão. Acontecimento jornalístico e história. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Orgs). **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010, p. 43-61.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: SOUSA, Jorge Pedro (Org.). **Jornalismo: história, teoria e metodologia**. Porto: UFP, 2008, p. 12-92.

_____. **Tobias Peucer**: progenitor da Teoria do Jornalismo. Estudos em Jornalismo e Mídia. v.1, n.2, Florianópolis: Posjor UFSC/Insular, 2004, p. 31-46.

SPONHOLZ, Liriam. O papel do jornalismo nas controvérsias. In: **Estudos de Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, vol. 1, n. 1, p. 165-172, jan-jun, 2010. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/.../12706 Acesso em: 12 de agosto de 2011.

_____. **Jornalismo, Conhecimento e Objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. V. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia e circunstâncias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VIRISSIMO, Vivian. **Apuração na Internet**: Definição e Características. Um Estudo de caso com jornalistas de rádio, televisão, jornal e internet do Grupo RBS em Florianópolis. 2009. 160 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

VOGEL, Daisi. O acontecimento no jornalismo e na arte. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Orgs). **Jornalismo e Acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010, p. 63-76.

WEAVER, Paul. As notícias de jornal e as notícias de televisão. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

Periódicos

HARLOW, Summer. [Jornais americanos cortam versões impressas e se concentram na publicação online de notícias diárias](#). **Knight Center for Journalism in the Americas**. Disponível em: <<http://knightcenter.utexas.edu/es/comment/reply/10278>>.

MENEZES, Cynara. Os neogolpistas. **CartaCapital**, São Paulo, 04 jul. 2012. Nós e o Mundo, p. 30-35.

ROCHA, Carla; VASCONCELLOS, Fábio; DAMASCENO, Natanael. A silenciosa praga das lavouras. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 jun. 2012. Rio, p. 17.

_____. “É preguiça mesmo. Tenho a roupa, mas é quente e incômoda”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 jun. 2012. Rio, p. 18.

TEIXEIRA, Duda. O golpe fracassado de Chávez no Paraguai. **Veja**, São Paulo, 04 jul. 2012. Internacional, p. 74-78.

ANEXOS

Anexo 1 – Matéria “A silenciosa praga das lavouras”, publicada no dia 03 de junho de 2012, no jornal *O Globo* (RJ)

A silencios praga das lavouras no estado do Rio

Regiões agrícolas com forte uso de agrotóxicos têm mais suicídios e mortes por câncer

Carla Rocha, Fábio Vasconcellos e Natanael Damasceno

RIO - As lesões vermelhas no rosto, que vez ou outra se espalhavam para braços e pernas, não o fizeram parar de roçar a lavoura. Era seu ofício desde os 15 anos, de sol a sol. Por anos, conviveu com crises, mais ou menos intensas. Teve que amputar o dedo indicador direito, que encarçou como uma espiga de milho. Para as lesões num braço, quase no osso, precisou fazer enxertos de pele. A audição, frágil, evoluiu para uma quase surdez. Vinte e cinco anos depois de os sintomas surgirem, mais de 40 dias de internação e biópsias, José de Andrade, de 77 anos, descobriu que podia ser mais uma vítima do uso indiscriminado de agrotóxicos. Era só ele e a enxada, sem capa ou máscara. Às vezes, até sem galochas.

— A gente macerava o veneno, que era em pó, com a mão, antes de misturar na água. Depois sentava para almoçar. Durante 30 anos usei os produtos sem proteção. Pegava sol, chuva, tudo. Aplicava contra o vento; saía todo molhado. Não sabia do risco — conta o agricultor, que estudou muito pouco e não entendia as instruções do rótulo dos produtos.

Um levantamento do GLOBO com base em dados do Datasus e do IBGE revela que o Rio tem altas taxas de mortalidade por câncer e suicídio — que pesquisas científicas sugerem ter associação com o uso de agrotóxicos — em três regiões agrícolas. O mapa de ocorrências desses dois problemas coincide com as manchas de produtividade de tomate, escolhido para a pesquisa por ser uma das principais culturas do estado e ter apresentado alto índice de resíduos tóxicos nas últimas análises.

O Centro-Sul aparece na frente em mortes causadas por neoplasias, com 133 casos por cem mil habitantes (22% acima da média, que é de 109); depois vem a Região Serrana, com 125 (14%); e o Noroeste Fluminense com 117 (7%). Um detalhe salta das estatísticas: no Centro-Sul, onde estão grandes produtores de tomate, como Paty do Alferes, os índices são acentuados entre adultos de 40 a 49 anos. Nessa região, os índices estão mais de 52% acima da média do estado. O suicídio é mais frequente no campo. Enquanto a taxa na Região Metropolitana é de 1,58 caso por cem mil habitantes, no Noroeste Fluminense

chega a 5,89 (51% acima da média, que é de 3,9), a mais alta. Na Região Serrana, são 5,25 casos por cem mil (34%); e no Centro-Sul, 5,50 (41%).

No Brasil, agrotóxico movimenta US\$ 7 bi

Maior consumidor mundial de venenos agrícolas, que, em 2010, movimentaram US\$ 7,3 bilhões, o Brasil responde hoje por 10% do mercado internacional (mais de 900 mil toneladas por ano). As cifras são também de um mercado recheado de polêmicas, como a dos possíveis efeitos desses produtos, o que divide fabricantes e pesquisadores. Para entender a realidade que está por trás desses números, repórteres do GLOBO foram buscar a história contada pelos próprios agricultores. O que José de Andrade relata é uma rotina marcada por uma mistura de necessidade extrema e ignorância absoluta sobre os efeitos prejudiciais dos agrotóxicos. Aos 40 anos, sem qualquer explicação para uma série de distúrbios psicológicos, ele saiu de seu pequeno sítio em Secretário, distrito de Petrópolis, e foi caminhando até Santana do Deserto, em Minas Gerais.

— Deu problema na mente. Um dia, saí andando sem querer voltar. Dormia no meio do mato. Depois de 40 dias, o pensamento assentou. Voltei para casa — conta. Ele passou a beber em excesso e só quietou das crises de depressão, durante as quais mal se levantava da cama, recentemente, depois de ser tratado no Centro de Tratamento Oncológico (CTO), hospital privado de Petrópolis, que atende pelo SUS. Ele teve alta depois de tratar um câncer num dedo, que perdeu após uma necrose, num braço e no nariz.

Dois irmãos de José morreram de câncer. Um que o ajudava na lavoura teve um tipo semelhante ao dele, amputou um braço e faleceu aos 50 anos. O outro, que não tinha contato direto com agrotóxicos, morreu aos 70, vítima de um câncer na garganta. Todos foram criados em áreas de plantações.

Estudioso do assunto — que já teve mais de 30 artigos científicos publicados — , Armando Meyer, professor adjunto e diretor do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (IESC) da UFRJ, fez parte de uma equipe que, em 2003, constatou um risco maior de morte por câncer de esôfago e estômago entre agricultores da Região Serrana em relação às populações do Rio e de Porto Alegre, que registram altas taxas da doença. Dependendo da idade, o agricultor chegava a ter 300% mais chance de morte.

— O poder econômico e político do agronegócio no país é imenso. Os primeiros passos que tornaram o Brasil um jogador pesado do agronegócio foram dados nos anos 70, quando um decreto do governo determinou que uma parte do financiamento agrícola deveria ir para compra deste tipo de insumo. E o segmento não para de crescer em países como Brasil, China, Índia e Rússia. A situação de hoje ainda é o legado do passado — observa Meyer. — O agricultor usa o produto de forma errada. A culpa não é dele, mas do governo.

Professor do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Unicamp e pesquisador dos efeitos do agrotóxico, Ângelo Trapé analisou os dados obtidos pelo GLOBO e não considerou as relações um indicativo importante:

— Estudos epidemiológicos que investigam supostas relações entre câncer e agentes ambientais são longos, até de décadas. Não é possível qualquer

correlação com os dados apresentados. Além disso, não há um estudo clínico epidemiológico que indique que são cancerígenos os agrotóxicos registrados no país, aos quais aquelas populações poderiam estar potencialmente expostas.

Desde 2000, a Anvisa já retirou de circulação 11 ingredientes ativos de agrotóxicos considerados nocivos à saúde. Dois são analisados com indicações de banimento e 17 estão à venda com restrições. O gerente geral de toxicologia do órgão, Luiz Cláudio Meirelles, explica que o país lida com um passivo que exige uma série de estudos e avaliações até a retirada de um produto do mercado. Para ele, os dados obtidos pelo GLOBO merecem ser investigados:

— Há uma grande preocupação em torno dos efeitos crônicos a longo prazo, no agricultor e no consumidor. Alguma coisa acontece nessas áreas do interior para registrar taxas de câncer acima da média. O levantamento aborda uma questão importante.

O lavrador Oséias de Oliveira Rodrigues morreu devido a um câncer no cérebro em 2009, aos 37 anos. Ele estava na lavoura desde os 8 anos e deixou dois filhos. Segundo sua irmã, Maria José Rodrigues, de 51 anos, nunca usou proteção durante a pulverização dos produtos na lavoura em Teresópolis:

— Ele sentia dores de cabeça e tontura mas, nos postos de saúde, recebiam dipirona e remédios para enjoo. Nunca associaram as dores ao veneno. Sequer perguntavam em que ele trabalhava.

Responsável pelo departamento de Vigilância do Câncer Relacionado ao Trabalho e ao Ambiente do Instituto Nacional do Câncer, Ubirani Otero afirma que o país precisa vencer o “silêncio epidemiológico”.

— O profissional de saúde atende um paciente com câncer e não pergunta em que ele trabalha. Mais de 50% das pessoas com câncer na Serra se tratam no Inca — afirma Otero, que costuma dizer que agricultores tomam “banho” de agrotóxico.

Breno Braga, médico do Programa Saúde da Família que trabalha há oito anos na localidade de Vargem Alta, no distrito de São Pedro da Serra, em Nova Friburgo, diz que ligou casos de pacientes com depressão e suicídio a venenos agrícolas. Maior produtora de flores do Rio, a cidade tem plantações com uso intenso de agroquímicos.

— É muito difícil estabelecer uma relação de causa e efeito, mas a localidade registra muitos casos de depressão e suicídio, que impressionam porque atingem jovens entre 20 e 30 anos. É muito comum eles beberem o próprio agrotóxico — afirma Braga.

URL: <http://glo.bo/KB9Am3>

Anexo 2 – Matéria “Tenho preguiça mesmo. Tenho roupa, mas é quente e incômoda”, publicada no dia 03 de junho de 2012, no jornal *O Globo* (RJ).

‘É preguiça mesmo. Tenho a roupa, mas é quente e incômoda’

Agricultores são flagrados aplicando agrotóxicos sem qualquer proteção

Carla Rocha, Fábio Vasconcellos e Natanael Damasceno

Com jatos que produzem uma nuvem de agrotóxico, a pequena produtora de Barracão dos Mendes, distrito de Nova Friburgo, pulverizava sua plantação de salsa. Aos 42 anos, Elane Freitas da Silva percorre o terreno vestida com calça comprida, blusa e galochas. Apesar de ter o equipamento de proteção individual (EPI) — vestimenta especial feita para defender os trabalhadores da ação dos agrotóxicos — Elane não usa a roupa, por achá-la incômoda.

— É preguiça mesmo. Tenho todo o equipamento, mas a roupa é quente e incômoda. E, se for muito lavada, acaba rasgando. Então, não utilizo. Eu sempre usei o veneno e nunca tive problemas de saúde — afirma a agricultora, admitindo que já recebeu, de técnicos da Emater, orientação sobre o perigo das substâncias aplicadas nas plantações.

Elane mora com os três filhos em uma casa a poucos metros do terreno no qual planta salsa e feijão. Esta característica da moradia, comum à realidade dos trabalhadores rurais da Região Serrana, é objeto de estudo sobre a ação de agrotóxicos porque se acredita que as substâncias, além de afetar o agricultor diretamente, podem causar danos em diferentes níveis de exposição. A embalagem do produto que Elane usava, um fungicida sistêmico, recomenda o uso do EPI, entre outros cuidados. E ainda alerta que a aspiração do produto pode causar edema pulmonar e pneumonia, entre outras reações. A agricultora, no entanto, não acredita que possa adoecer.

O comportamento de Elane não é exceção. Debruçada sobre o problema há uma década, a promotora Anaiza Helena Malhardes Miranda, titular da Primeira Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo de Teresópolis, diz que as informações que acompanham os produtos são de difícil entendimento para o pequeno agricultor. E afirma que o uso de EPI na região é praticamente inexistente.

— Este equipamento disponível no mercado não foi concebido para o uso com o agrotóxico, mas para outros produtos químicos. São quentes e não protegem o trabalhador de forma adequada — diz a promotora, que conduz inquéritos para buscar respostas sobre os riscos da exposição humana e ambiental aos agrotóxicos na Região Serrana.

Os modelos de EPIs variam segundo os riscos da atividade exercida pelo trabalhador. Na agricultura, eles envolvem uso de calça e camisa com capuz,

confeccionados em plástico e lona, avental, galochas, luvas de borracha, óculos de plástico e uma máscara com filtro de ar.

Para agricultor, ‘mata-mato’ não tem efeito tóxico

A questão sobre o uso da roupa especial é complexa. Os agricultores, em geral, mesmo quando doentes, são capazes de jurar que as usam toda vez que aplicam agrotóxico na lavoura. Paciente do CTO de Petrópolis, Angelino Batista, de 72 anos, na lavoura desde os 15, tem câncer de próstata. Ele garante nunca ter usado agrotóxicos, e conta que trabalhava apenas na colheita. Os insumos eram guardados num barraco, diz ele, longe do local no qual os agricultores dormiam. Ao longo da vida, Angelino plantou milho, arroz, feijão, café. Mas ele admite ter usado o que chama de “mata-mato”, que considera inofensivo.

— A gente jogava a remédio no mato para facilitar a capina. Em dez dias, o capim está morto. Depois, a gente queima e deixa a água da chuva levar a poeira e as cinzas. Aí fica mais fácil capinar — diz Batista.

Os agrotóxicos se dividem em vários grupos, incluindo fungicidas, inseticidas e herbicidas — este inclui os tipos apelidados pelos agricultores de “mata-mato”. Os produtos podem ser classificados de acordo com cinco classes de toxicidade. Presidente da Sociedade Franco-Brasileira de Oncologia, a médica Carla Ismael, que estuda há 30 anos a evolução da doença em Petrópolis, explica que as substâncias dos agrotóxicos, ao entrarem em contato com o organismo, pela inalação ou por contato físico, podem ter um efeito altamente cancerígeno no organismo.

— Começamos a ver muito tumor gastrointestinal, de estômago e de cólon em pacientes que mexiam com plantação, com hortas. Então, eu comecei a estudar na teoria para depois ver na prática. Os agricultores têm muito pouco conhecimento — explica a médica. — Há ainda muitas outras complicações como a síndrome mielodisplásica (que pode progredir para leucemia), anemias sem causa, alteração dos glóbulos brancos.

O CTO tem, atualmente, cerca de 150 pacientes que trabalhavam como agricultores na região.

Serra terá hospital para pacientes com câncer

A Secretaria estadual de Saúde informou, em nota, que “os estudos científicos realizados até o presente momento não são conclusivos sobre o uso de agrotóxico como causa determinante de câncer”. O órgão acrescentou que o Rio é um dos que menos utiliza agrotóxicos na comparação com outros estados. “Portanto, não é prudente indicar a relação do aumento de casos de câncer com uso de agrotóxicos sem estudos específicos para essa finalidade”, diz a nota. De acordo com a secretaria, houve aumento nos investimentos no diagnóstico e no tratamento da doença. “Há menos de 4 anos, sequer havia no estado unidades de saúde que realizavam, por exemplo, exames de mamografia. Hoje, eles são realizados no Hospital da Mulher e no Rio Imagem”. O órgão informou que vai construir dois hospitais para tratamento de pacientes com câncer: um em Friburgo, na Região Serrana, e o outro em Nova Iguaçu, na Baixada.

URL: <http://glo.bo/LWElyR>

Anexo 4 – Reportagem “O golpe fracassado de Chávez no Paraguai”, publicada no dia 04 de julho de 2012, na revista *Veja*.

Internacional



O GOLPE FRACASSADO DE CHÁVEZ NO PARAGUAI





SOBERANIA DO LUGO
Chávez pede ao presidente paraguaiano Hugo Chávez e seus aliados a apoiar o presidente Lugo em Caracas, e o presidente paraguaiano a apoiar Chávez no seu país.

Na sexta-feira passada, na capital do Mercosul, o Paraguai decidiu não reconhecer o golpe de Estado em seu país e apoiar o presidente Lugo. Os outros membros do bloco econômico — Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela — também se comprometeram a apoiar o presidente Lugo. O Paraguai é o único país do bloco que não reconheceu o golpe de Estado em seu país. Numa reunião em 21 de junho, o Paraguai decidiu não reconhecer o golpe de Estado em seu país. Numa reunião em 21 de junho, o Paraguai decidiu não reconhecer o golpe de Estado em seu país.

Lugo um aliado — ou seria melhor falar em subalterno? — de Chávez. O presidente paraguaiano Hugo Chávez e seus aliados a apoiar o presidente Lugo em Caracas, e o presidente paraguaiano a apoiar Chávez no seu país. O Paraguai é o único país do bloco que não reconheceu o golpe de Estado em seu país. Numa reunião em 21 de junho, o Paraguai decidiu não reconhecer o golpe de Estado em seu país.

74 | O GOLPE FRACASSADO DE CHÁVEZ NO PARAGUAI | VEJA

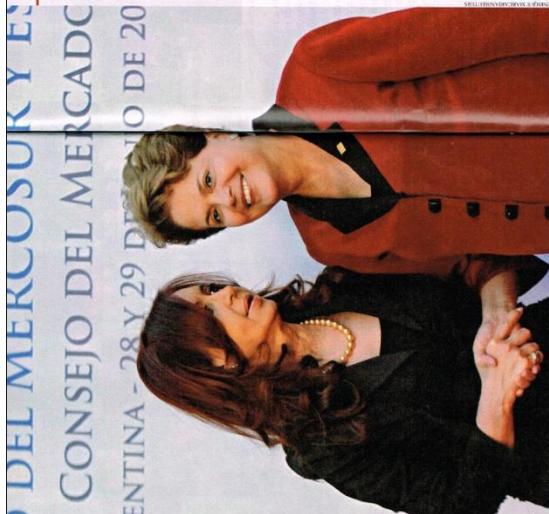
Internacional

foi empossado, ainda que o Brasil tenha mantido a decisão de isolar politicamente o Paraguai. Por pouco, contudo, a decisão brasileira não foi aprovada no Conselho do Mercosul. A oposição de Chávez e companhia de incitar os militares paraguaios a assar a força para impedir a posse de Lugo, que poderia ter resultado em um banho de sangue na rua de Assunção, foi confirmada pela ministra da Defesa paraguaia, María Eugenia Rodríguez.

VEJA o congresso como quarto paraguaios que testemunharam a inclinação ao golpe. Na sexta-feira 22, de manhã, o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Jorge Taiana, afirmou que, em quase 2 metros de altura, temo preto e gravata vermelha, entrou no Senado paraguaios liderando os demais, chamencelando o presidente Lugo. A decisão de não reconhecer o novo governo paraguaios (Unasur), criada para ser uma OEA sem os Estados Unidos. Eles se reuniram com um grupo de parlamentares na sede do Senado em Assunção, no dia 23, antes da apresentação da defesa de Lugo no plenário. Com rispidez, Maduro avisou que, se Lugo fosse destituído, o Brasil poderia fornecer petróleo ao país. O senador Marcelo Duarte respondeu:

"Lugo não é um criminoso, ele é um cidadão da República do Paraguai e ler para vocês". Durante o discurso que não havia golpe em curso e que a Carta do Paraguai não estabelecia prazos para a votam

ção do novo governo paraguaios, o senador paraguaios afirmou que não havia golpe em curso e que a Carta do Paraguai não estabelecia prazos para a votação do novo governo paraguaios. O senador paraguaios afirmou que não havia golpe em curso e que a Carta do Paraguai não estabelecia prazos para a votação do novo governo paraguaios. O senador paraguaios afirmou que não havia golpe em curso e que a Carta do Paraguai não estabelecia prazos para a votação do novo governo paraguaios.



MUITO BRASILHO - Lugo, o presidente Dilma Rousseff e Kirchner com a Argentina Cristina Kirchner na capital do Paraguai, Assunção. Lugo (à esquerda na foto) com Patriota e Maduro (da direita para a esquerda) no dia do impeachment, em Assunção. Maduro tornou-se pessoa non grata no Paraguai

	COMÉRCIO	TAIPIU	BRASIGUAIOS	MERCOSUL
Situação atual	O Brasil tem um superávit comercial com o Paraguai de 2,2 bilhões de dólares. Exporta trapeiros, giletes, adorno e tênis.	A usina hidrelétrica binacional produz 20% da eletricidade consumida no Brasil.	Há meio milhão de brasileiros e descendentes vivendo no Paraguai. Eles produzem óleo de girassol, milho, trigo e 70% da soja do país.	O Congresso paraguaios foi o único que se negou a aprovar a entrada da Venezuela no bloco, porque o governo bolivariano não preenche os requisitos democráticos.
O que o isolamento político pode provocar	O novo presidente paraguaios, Federico Franco, diz que a suspensão do Mercosul abre as portas para que seu país faça acordos de comércio externo sem precisar consultar o Brasil nem os outros sócios do bloco.	Nada muda, pois ambos os lados são beneficiados. A interrupção de energia no Brasil e a falta de Paraguai sem sua maior fonte de renda.	Os brasileiros afetam com as fraturas, o que pode levar a uma situação de instabilidade e com ameaças de pistoleiros. Sem o diálogo direto entre os presidentes, o governo brasileiro não tem um instrumento para pedir segurança aos produtores.	Sem o veto paraguaios, a Venezuela poderia se tornar o maior produtor de petróleo do bloco econômico e para subordinar os interesses dos países membros, entre eles o Brasil, aos desejos do presidente Hugo Chávez.

Internacional

ordenou aos militares que cercassem o Congresso e impedissem a votação ou que se sublevassem caso Lugo fosse destituído. Se não o fizessem, estariam sujeitos a expulsão de suas corporações. Os comandantes cogitaram expulsar imediatamente os diplomatas do país pela ousadia. "Sou militar do Paraguai, não da Venezuela", disse um deles. Avisados do ocorrido por telefone, os presidentes dos partidos, no Senado, concordaram que a votação deveria se dar imediatamente. Patriota não participou da reunião com os militares. Em vez disso, esteve com outros chanceleres da Unasul no gabinete do vice-presidente Federico Franco. O grupo pediu a ele que fosse até o Senado para impedir o julgamento. "Isso é uma atribuição constitucional de um dos poderes do estado, o Legislativo. Não vou interferir", disse o atual presidente. O Itamaraty confirma a participação de Patriota nas reuniões com os senadores e com Franco, mas não discute sobre os temas tratados.

As sanções políticas acertadas na cúpula do Mercosul terão efeito limitado sobre o Paraguai, e certamente não trarão Lugo de volta ao poder. A pior consequência da crise será a aceitação da Venezuela como membro pleno do Mercosul. O Congresso paraguaio era o único que se negava a aprovar a entrada do país no bloco. Com o Paraguai impedido de participar das decisões multilaterais até que realize eleições presidenciais, Brasil, Argentina e Uruguai aproveitaram para permitir a adesão da Venezuela a partir de 31 de julho. Quem mais perde com isso é o Brasil. Chávez repudia o conceito de livre-comércio, razão de ser do Mercosul. Sua postura de confrontação com países ricos será uma barreira às já difíceis negociações de tratados comerciais do bloco com a União Europeia, por exemplo. Cristina Kirchner, que vem impondo salvaguardas aos produtos brasileiros, encontrará em Chávez um aliado em sua campanha protecionista. A tentativa chavista de manter Lugo no poder pelo uso da força fracassou, mas o autoritarismo bolivariano ganhou um prêmio ainda maior: a chance de pisotear nos restos mortais do Mercosul. ■



MUJICA CONCORDA Marcha em Montevideo pela legalização da erva, em maio passado

A maconha do governo

O Uruguai quer legalizar o comércio estatal da droga

O Uruguai é um país tradicionalmente pouco afeito a proibições e regulamentos. O jogo é liberado nos cassinos de Punta del Este, e sua legislação financeira cheia de buracos faz do país um paraíso fiscal muito citado nas investigações internacionais sobre lavagem de dinheiro. As zonas francas fronteiriças fazem a alegria dos gaúchos na compra de produtos importados. Em breve, o Uruguai também poderá ser conhecido como um território livre para a maconha, caso seja aprovado no Congresso um projeto apresentado pela Junta Nacional de Drogas, subordinada à Presidência. Por ser um país, paradoxalmente, aferrado aos monopólios públicos, o projeto estabelece que a produção e a distribuição dos cigarros de maconha serão feitas exclusivamente pelo estado. Cada cidadão terá direito a 30 gramas de maconha por mês, mas poderá comprar mais desde que apresente a ponta que sobrou do cigarro fumado. O preço será determinado pelas autoridades. Se a lei vingar, o Uruguai terá o primeiro baseado estatal do planeta.

Parte do dinheiro arrecadado com impostos sobre a maconha será direcionada para clínicas de reabilitação de drogados. Os defenso-

res do projeto acreditam que, com a legalização da maconha, estarão dando um golpe de morte no crime organizado. Outro argumento para a legalização é que a maconha só leva ao vício de drogas mais poderosas, como a cocaína e a heroína, quando a pessoa se vê obrigada a comprá-la de traficantes, que sempre dispõem de um "catálogo" mais vasto de entorpecentes. O governo está desiludido com os resultados dos métodos atuais de combate às drogas. "A abordagem policial não tem funcionado", disse o presidente do Uruguai, José Mujica. Os críticos da lei afirmam que ela não evitará que o país continue sendo usado como corredor de drogas para a Europa e para os Estados Unidos.

Como mercado consumidor de drogas, o Uruguai é pouco significativo. Calcula-se que 5% da população de 3 milhões de habitantes fume maconha. O Uruguai é um dos poucos países em que o consumo de droga não é proibido. Apenas cidadãos uruguaios poderão comprar cigarros de maconha. Seus nomes serão acrescentados a um banco de dados de usuários. Mas obviamente ninguém tem a menor ideia de como impedir que os cidadãos uruguaios cedam generosamente a droga a visitantes estrangeiros. O mais provável é que, além de um paraíso fiscal no campo das finanças, o Uruguai se torne também uma conhecida destinação turística para usuários de drogas de todos os continentes. ■